



GABRIEL ARRIEL PEDROZO

HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA INDÍGENA DE LAVRAS E DO CAMPO DAS VERTENTES

GABRIEL ARRIEL PEDROZO

**A HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA
INDÍGENA DE LAVRAS E DO
CAMPO DAS VERTENTES**

Lavras (MG)

Geovani Németh-Torres

2024

Série Lavrensiana, Volume XIV

© Copyright by Gabriel Arriel Pedrozo

Contato:

E-mail: gabrielarqueo@hotmail.com.

O editor autoriza a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo ou pesquisa, ressalvado os direitos morais do autor.

Pedrozo, Gabriel Arriel, 1996- .

A História e Arqueologia Indígena de Lavras e do Campo das Vertentes / Gabriel Arriel Pedrozo. – Lavras, MG: Geovani Németh-Torres, 2024.

108 p. : il.

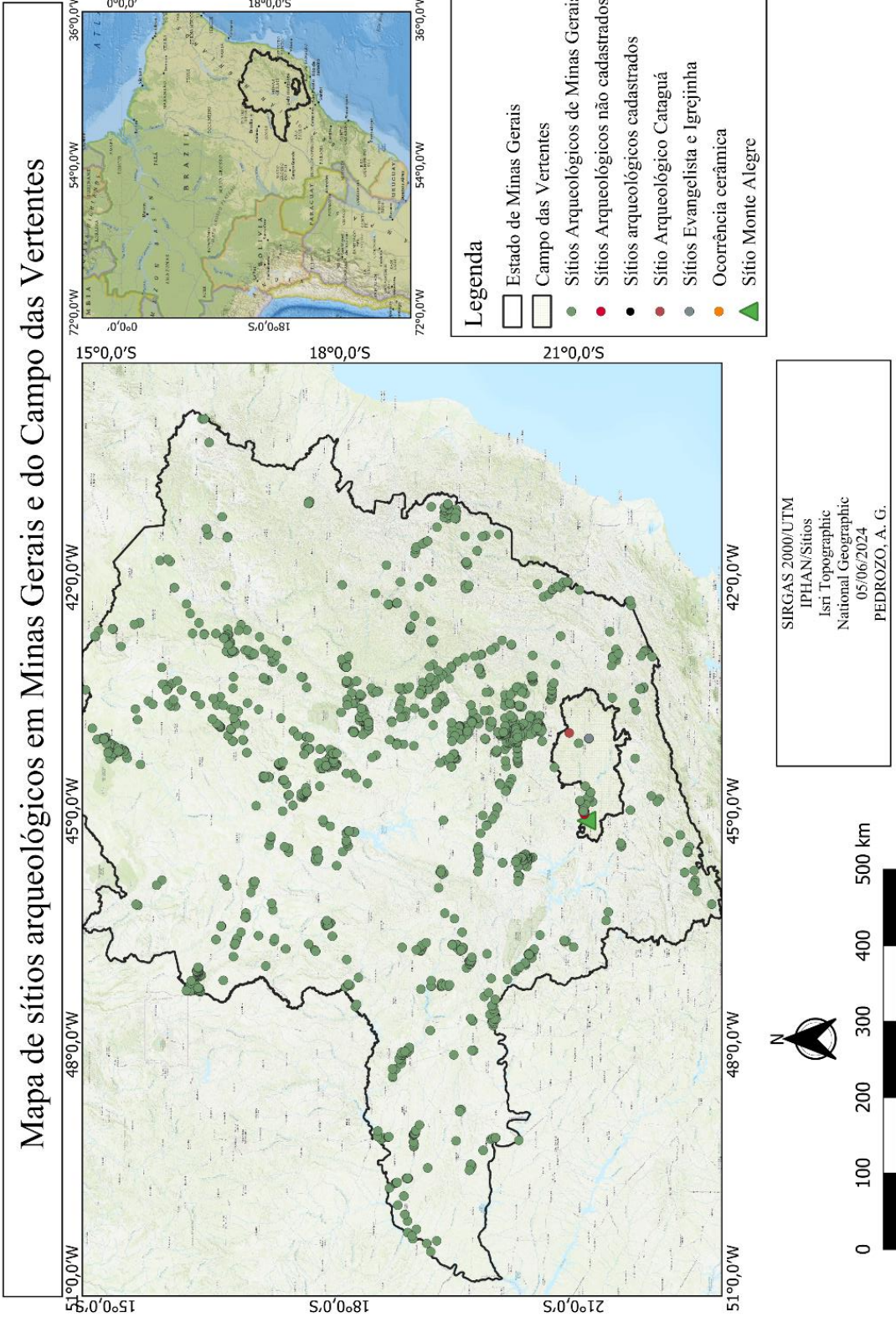
1. História Indígena. 2. Brasil Pré-Colonial. 3. Minas Gerais. I. Título.

ISBN: 978-65-01-06732-2

CDD – 930.11

Capa: Colagem de fotografias de vários fragmentos cerâmicos de indígenas antigos das cercanias de Lavras. Fotografia, 2023, por Gabriel Arriel Pedrozo. Acervo do Museu Bi Moreira. Design: Gabriel Arriel Pedrozo.

1.^a edição



Pergunte às gerações anteriores e descubra o que os seus antepassados aprenderam, pois nós nascemos ontem e não sabemos nada. Nossos dias na terra não passam de uma sombra. Mas eles ensinarão a você, e lhe contarão, e da sua mente tirarão palavras.

Jó 8:8-10 (NVI)

ÍNDICE

1 Um caco sob a mesa e o passado profundo 15

Para além do tempo presente / As distintas temporalidades / O problema da Pré-História / O passado profundo: Ver a humanidade como um todo / Onde a Arqueologia e os fragmentos de cerâmica do início do capítulo entram em tudo isso? / Referências bibliográficas

2 Uma pintura na parede, um respiro do passado, uma manifestação para além do concreto..... 33

As visões de mundo / Perspectivismo ameríndio / Uma visão mais concreta e simbólica / Sociabilidade como fundamento humano / Grande adaptabilidade ao ambiente / A relação e o poder dos objetos / Referências bibliográficas

3 Contando uma história por meio dos artefatos 52

Que é arqueologia? / Arqueologia e os vestígios / A cerâmica / Os tipos de artefatos cerâmicos no Campo das Vertentes / Os demais tipos de artefatos na localidade: lítico, solos antrópicos e pinturas rupestres / Referências bibliográficas

4 Os antigos habitantes do Alto rio Grande 83

As condições físicas do ambiente e seus possíveis impactos no modo de vida dos antigos habitantes / Sobre a alimentação dos antigos habitantes / O sítio Monte Alegre, os demais sítios arqueológicos e seus artefatos e a condição histórica da localidade / Referências bibliográficas

APRESENTAÇÃO

Já há algumas décadas, os historiadores reconhecem os desafios para recontar a história de Minas Gerais, aquela que esteve soterrada nos escombros de uma longa “pré-história” ou quando não foi apagada pelo domínio colonial que impôs uma narrativa canônica e oficial, omitindo as brutais contendas que ocorreram nessas terras contra os povos indígenas. Portanto, para conhecermos a nossa “história profunda” é preciso rever esse “vazio” ou “apagamento” na reconstrução dessa narrativa.

Uma tarefa incontornável é discutir apropriadamente o sentido de “pré-história”, essa extensa temporalidade da história em “longa duração” de Minas, então território ocupado há milhares de anos pelos ancestrais das populações indígenas. Aliada a isso, é muito importante promover a divulgação desses estudos, por meio de um texto para ser lido, apreciado e compreendido pelos leitores, sobretudo, um público não-especialista, ou ainda para professores do ensino médio e da graduação. Esse livro cumpre definitivamente esses objetivos de forma magistral.

Gabriel Arriel Pedrozo, jovem arqueólogo e historiador, colocou em prática a tão desejada (e necessária) adaptação do conhecimento acadêmico produzido na universidade ao alcance de todos. Recorrendo a uma variada iconografia, mapas e imagens ilustrativas, de forma muito didática, com linguagem dialógica e acessível, faz uma viagem no passado, baseada em estudos atuais, para nos colocar em outra temporalidade, no Campo das Vertentes, região ainda tão pouco investigada.

Utilizando os métodos da pesquisa arqueológica, apresenta aos leitores a análise de artefatos, como vasilhames cerâmicos ou ferramentas líticas, as pinturas rupestres e as marcas nos solos (terra preta) para revelar a presença de grupos pretéritos, particularmente do município de Lavras e seu entorno. Ao “desenterrar” vestígios e fragmentos materiais, nos sítios arqueológicos, ele vai nos contando, de forma instigante, as descobertas feitas sobre as populações locais que aqui habitavam antes da chegada de Cabral em 1500. Mas não só! O autor não se limita a voltar a um passado distante para descrever figuras exóticas “pré-históricas”, mas para reencontrar povos semelhantes a nós, com suas culturas, tradições, enfim, com seus modos de viver onde hoje é a localidade em que nós estamos. Ou seja, o autor faz um bom uso do ensinamento dos estudiosos da Escola dos Anales quando defenderam que o relevante na história é conectar o passado ao presente.

Quem de nós, dessas “Minas que são muitas!”, não vai se interessar por essa viagem tão estimulante e curiosa? Sejam os habitantes das Minas colonial ou sejam os geraizeiros, todos devemos reconhecer e conhecer a presença milenar das populações originárias. E, assim, compreender que esse pretenso passado permanece no nosso presente.

Boa leitura nessa viagem no tempo!

Prof.^a Maria Leônia Chaves de Resende
Historiadora especialista em História Indígena

PREFÁCIO

“Soldados! (...). Do alto dessas pirâmides, quarenta séculos vos contemplam!” Estas foram as palavras de Napoleão Bonaparte antes da Batalha de Embabeh, ocorrida em 1798, tendo a Grande Pirâmide de Gizé ao fundo. Sem dúvida, contemplar estruturas, artefatos e registros feitos por pessoas que viveram em outras eras é um dos elementos mais fascinantes da Arqueologia.

É sabido que o território de Minas Gerais já era ocupado por seres humanos há pelo menos oito mil anos, e muitos são os registros arqueológicos encontrados na mesorregião do Campo das Vertentes, e também no município Lavras.

Difundir o conhecimento sobre os primeiros moradores deste território às pessoas do tempo presente é uma tarefa que coube ao exímio arqueólogo lavrense Gabriel Arriel Pedrozo. Tendo já realizado vários estudos técnicos sobre os sítios arqueológicos de Lavras e imediações, o autor, que também é mestre em História e doutorando em Geografia, nos brinda com a primeira obra que trata especificamente sobre a Arqueologia lavrense.

O livro “História e Arqueologia Indígena de Lavras e do Campo das Vertentes” traz, em linguagem acessível, a chave para acessar um mundo tão distante no tempo, ainda que tão próximo no espaço: estamos falando de Lavras antes de ser Lavras.

Sem dúvida, após realizar pesquisas técnicas e difundir o conhecimento de nossa Arqueologia, haverá uma mudança de perspectiva

dos cidadãos lavrenses a respeito do seu território. E, tal como ocorre nas nações desenvolvidas, a existência de sítios arqueológicos num lugar será visto como fonte de riqueza cultural e econômica, chamando atenção dos visitantes apaixonados pelo passado.

Sabemos, pois, que da mesma forma que houve indígenas em nosso município séculos atrás, as sociedades de um futuro longínquo também terão muito interesse na Lavras atual. Eis que, se o passado remoto é fragmentado e incompleto, analogamente, a única certeza que os pesquisadores do porvir terão sobre a Lavras da virada do Terceiro Milênio é a grande dificuldade que essa sociedade teve em preservar seus monumentos e suas fontes escritas. Muito já foi perdido... o que restará de nosso legado?

Prof. Geovani Németh-Torres

Historiador lavrense

INTRODUÇÃO

O livro tem como ponto de partida contar acontecimentos que não foram registrados em textos ou documentos. Um período profundo, mudo e silencioso. Uma história com palavras eliminadas, ecos que não se ouvem, ocultados pela imensidão do tempo que nos separa. É uma tarefa difícil. Como se lembrar de algo que não se encontra na memória de nosso povo?

A arqueologia surge para lidar com essas questões. Ao escavar um sítio arqueológico, inicia-se do conhecido para o desconhecido. Aquilo que se encontra encoberto sob o solo esteve séculos ou milênios ocultados da luz do sol, bem como da ciência dos nossos olhos. É ter acesso a materiais que viajaram pelo tempo, transitaram por todas as épocas desde a sua criação até chegar ao contemporâneo, ao hoje. São bens preciosos, os quais, por meio de uma série de detalhes, conseguem nos dizer sobre algo do passado, do qual fizeram parte.

Contudo, sempre haverá uma condição desconfortável. As dificuldades e a escassez de evidências nos forçam a realizar esforços imaginativos, especulações e sondar possibilidades para uma infinidade de coisas que pouco sabemos. Todo esse esforço pode levar, com facilidade, à fantasia. Alienígenas na Amazônia, tupis com origem fenícia e cruzados em Santa Catarina são exemplos que surgem e vão. Entre as tantas páginas da história, o que diz respeito ao que antecedeu a Cabral, sempre foi para a brasileiro uma mistura de mistério e indiferença.

É sobre esse passado que, muitas vezes, é mudo e silencioso que pretendo redigir este livro. Contar por meio de artefatos uma história não apenas dos povos que por aqui habitaram, mas a história do cotidiano, do dia a dia dos homens e mulheres que viveram nas cercanias dos atuais municípios de Lavras e região.

Sempre é um desafio passar de uma folha para outra, burilar um texto que seja palatável e abordar temas que considero difíceis de expor. Sei que nem tudo que gosto fará sentido para os outros, nem tudo que planejei pode funcionar, mas sempre é importante tentar. Escrever algo não ficcional exige um estudo prévio, mesmo que o prazo e tempo sejam demasiadamente curtos – praticamente tive dois meses. Tenho a vantagem de já ter em mente aquilo que escrever e já ter escrito algo semelhante, mas, na universidade, uma dissertação de mestrado.

Muitas pessoas até podem pensar que este livro seja justamente o produto da minha dissertação, mas não o é. Trata-se de um trabalho à parte, algo feito em paralelo, abordando questões fundamentais que antecedem as questões mais elaboradas que foram trabalhadas no texto acadêmico.

Em razão do fetichismo da forma e utopia do conteúdo que a universidade e meios acadêmicos tanto pregam, busquei riscar as referências indiretas do texto, para que o leitor comum não se engasgue nas idas e vindas de “(SILVA, 2013), (MENEZES, 1987), (ALBUQUERQUE, 1993)”, etc. Mesmo que se trate de um livro que tenha o intuito de divulgação científica, ele não necessariamente tem que seguir as normas da ABNT ou de uma Revista Científica, já que lucidamente não se trata de um artigo, dissertação ou tese. Não obstante, naturalmente, tive o cuidado de inserir, nas referências de cada capítulo, os temas e assuntos que foram abordados no capítulo em específico e abaixo as devidas referências de cada um dos autores, cuja pesquisa me proporcionou a redação do texto de forma indireta. Além de demonstrar as fontes, fazer o reconhecimento de pesquisadores, espero, sobretudo, auxiliar o leitor mais curioso com o tema a buscar mais informações desejadas.

Sei que o livro que tens em mãos não é algo popular, um livro para todas as idades. Mas espero que aprendas coisas totalmente novas. Busquei trazer uma diversidade que, longe da universidade, pude explorar, uma pluralidade de exemplos que me vinham à mente e que, em um mestrado, seriam – por mim – logo riscados. Contudo, como o intuito é explorar novos horizontes, espero que o objetivo seja cumprido. O passado profundo, conhecido até então como “Pré-História”, exige-nos avançar sobre algo novo, navegar sobre águas pouco conhecidas, até mesmo para os especialistas que se dedicam ao tema, os quais possuem a árdua tarefa de lidar com uma história com vários mistérios e lacunas. O passado humano parece ser tão infinito como o próprio humano.

Gabriel Arriel Pedrozo

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Escrever não é uma tarefa fácil. O domínio da língua em um texto longo ainda exige mais de uma pessoa para o seu refinamento. Trabalhos que envolvem a transmissão de conhecimento, como o presente caso, não nasce sozinho, de um indivíduo solitário. A ciência, mesmo que atribua atores individualizados para seus feitos, ainda é feita em comunidade, em cooperação de uma teia de autores e pesquisas que permitem a construção, a sintetização e a divulgação do conhecimento. Este livro não fora, em nada, diferente.

Em outras oportunidades, em trabalhos mais longos e demorados, havia a possibilidade de mais pessoas poderem contribuir no desenvolvimento, nas opiniões e nos ajustes finos. Porém, particularmente neste livro, este foi escrito em um tempo demasiadamente curto, o que resultou em um número diminuto de pessoas que puderam contribuir diretamente para o seu desenvolvimento. Contudo, mesmo que fossem poucos auxiliares, suas contribuições foram essenciais para que o leitor tenha em mãos a obra acabada como tal.

Primeiramente agradeço a Deus que, por meio de Sua Graça, possibilitou a concretização deste trabalho, por ter-me permitido escrever tais páginas em meio a tantas circunstâncias que diziam não para a obra.

Também agradeço ao meu editor e amigo, prof. Geovani Németh-Torres, por seu trabalho e esmero sem iguais nos acabamentos e correções da obra. Agradeço por seus incentivos e conselhos editoriais no desenvolvimento deste livro.

À dr.^a Maria Leônia Chaves de Resende, expresse minha profunda gratidão. Desde o início, ela apoiou a realização deste livro e tem sido uma inspiração constante no trabalho e na pesquisa da História Indígena.

Agradeço a tantas pessoas especiais como Karen de Andrade por seu indispensável apoio e meus familiares. Também aos pesquisadores e colegas do Laboratório de Paisagem Arqueológica e dos Povos Originários (LAPA) da Universidade Federal de São João del-Rei, por suas pesquisas realizadas no Campo das Vertentes, das quais tenho a felicidade de fazer parte.

Por último, mas não menos importante, agradeço à Prefeitura Municipal de Lavras, particularmente à Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer por proporcionar através da Lei Paulo Gustavo o financiamento para produção deste livro, que se volta para a comunidade como um retorno das pesquisas arqueológicas desenvolvidas na região.

1 UM CACO SOB A MESA E O PASSADO PROFUNDO



Figura 1: O passado profundo: Para além do tempo presente

Era o início de uma noite quente de setembro. Meu coorientador e eu estávamos entusiasmados. Encontrava-se, sob a mesa do laboratório, um punhado de cacos cerâmicos, um microscópio e blocos de notas. Ele se sentou e depositou seus olhos no microscópio. Logo começou a fazer expressões em seu rosto e passou a descrever os minerais que estavam ali naqueles fragmentos de cerâmica. O objetivo de estarmos analisando aqueles artefatos era bem claro: queríamos conseguir o máximo de informações possíveis, para ter alguma pista sobre as misteriosas pessoas que os criaram, pois já havia história antes de Pedro Álvares Cabral chegar ao que seria hoje o Brasil.

Mas, antes de começarmos a conhecer sobre estas pessoas misteriosas que criaram esses objetos, muitos séculos atrás, temos que falar de seu tempo e como o estudamos.

Para além do tempo presente

Como visualizar e descobrir coisas de um passado tão distante? Que poderia sobrar dos humanos antigos que um dia habitaram e perambularam onde hoje é a nossa cidade, escola e até mesmo o chão de nossa casa? São perguntas que nos forçam a recuar no tempo e imaginar um mundo que foi diferente, pensar que a História Humana possa ser mais antiga que imaginamos. Visualizar uma História do Brasil, quer seja nas vastas planícies dos cerrados, ou nas profundezas densas da floresta Amazônica, onde havia pessoas que viveram por milênios. Trata-se de algo instigante relacionado a mistérios do mundo real, os quais podem ser contatos em diferentes formas, sejam eles por artefatos, ruínas ou documentos históricos.

Na realidade, o “passado tão distante” chegou até nós antes mesmo de pensarmos nele. Uma série de objetos antigos sempre esteve coexistindo, ao longo do tempo entre as pessoas, nas Américas ou mesmo na Europa. Apenas porque os “homens das cavernas”, que habitaram num planeta gelada no Pleistoceno¹, ao lado de mamutes, não significa que as pontas de suas lanças desapareçam e não foram parar nas mãos de romanos, por exemplo. O Coliseu não desapareceu na Antiguidade e ressurgiu agora; ele esteve também presente durante toda Idade Média junto aos cavaleiros, a Renascença, com os pintores e Modernidade, com as ferrovias. Mesmo que pareça que um objeto de nossa casa “suma” literalmente, ele ainda continua existindo, em algum lugar, mesmo que perdido. Tal como um objeto desaparecido em casa, são as pistas, que os arqueólogos chamam de *artefato*, que evidenciam a história, a cultura e a vida de milhares de homens e mulheres de muito tempo atrás.

Talvez haja pessoas que irão começar a leitura deste livro esperando aprender sobre “aquele tempo retrógrado e atrasado”. Porém, o que pretendo revelar neste pequeno livro é o oposto: uma visão de um ser humano que não difere de nós atuais. Fisiologicamente, ou seja, em termos do nosso corpo e esqueleto, houve poucas mudanças nesses últimos milhares de anos. Aqui, não me refiro aos hominídeos a quem são atribuídos milhões de anos, como o

¹ Trata-se de uma época geológica que antecede a atual (Holoceno). No final do Pleistoceno, havia momentos de clima extremamente frios, e um desses ciclos de temperatura ficou conhecido popularmente por “Era do Gelo”.

Australopithecus, o *Homo habilis* e o *Homo erectus*, mas ao *Homo sapiens* que surgiu em um tempo muito mais recente. A nossa espécie o “Homem que sabe”, a princípio, foi retratada em grande parte da sua história como um período de “homens das cavernas”. Porém somos mais semelhantes às pessoas do passado que gostaríamos de admitir. Os primeiros vestígios arqueológicos da espécie são sempre um “balaio de gatos”, uma discussão enorme, mas ressalto que a humanidade surge no registro arqueológico como algo não distante de nós.

No entanto, é importante notar que a evolução humana é um processo complexo e contínuo, e nem todas as mudanças na fisiologia são necessariamente óbvias ou dramáticas em um período de apenas cem mil anos. Mudanças mais sutis também podem ocorrer em resposta a pressões seletivas mais suaves ou mudanças ambientais menos drásticas.

Para alguns, isso possa ser contra intuitivo, mas significa que, se pegarmos um bebê daquela época e trazer para os dias atuais, ele se tornará um adulto como todos nós, sem qualquer diferença e não um animal feroz e pré-histórico – inclusive seríamos uma grave ameaça para a criança, pois teríamos uma infinidade de doenças para lhe transmitir. Além da fisionomia, não existe, também, uma diferença de capacidade intelectual; o que nos distingue entre nós, contemporâneos, e eles, do passado, em linhas gerais, é a diferença cultural e o avanço tecnológico. Não se pode esquecer que esses últimos quatro mil anos foram muito atípicos para a espécie, já que a escrita possibilitou, além de registrar o número de ovelhas do rebanho, garantir o acúmulo de conhecimento. Se não fosse esse acúmulo sucessivo, ao longo dos milênios, não haveriam cirurgias de coração, aviões e computadores, elementos que os humanos modernos tanto se gabam em ter.

Olhar para o passado com respeito é, antes de mais nada, reconhecer a humanidade em nossos ancestrais. Não como animais “pré-históricos”, distantes e exóticos, mas como seres humanos semelhantes a nós em sua essência.

São ideias como essa de um progresso retumbante da humanidade, ao longo dos anos, que proporciona às pessoas acreditarem e, inclusive, recorrerem a criaturas de outros mundos como explicação para a construção das pirâmides. Pensar que homens e mulheres de alguns milênios atrás fizeram coisas monumentais, por meio de sua engenhosidade, algo que hoje se parece difícil, pode ser inaceitável para muitos. Contudo, essa percepção de mundo e de História Humana possui suas raízes no Século XIX com o Positivismo, a mesma corrente de pensamento que se encontra por detrás dos dizeres da bandeira brasileira. O ser humano nunca deixou de ser sagaz, inteligente, criativo e, paradoxalmente, tanto bom quanto mau.

Reconstruções faciais de humanos do passado

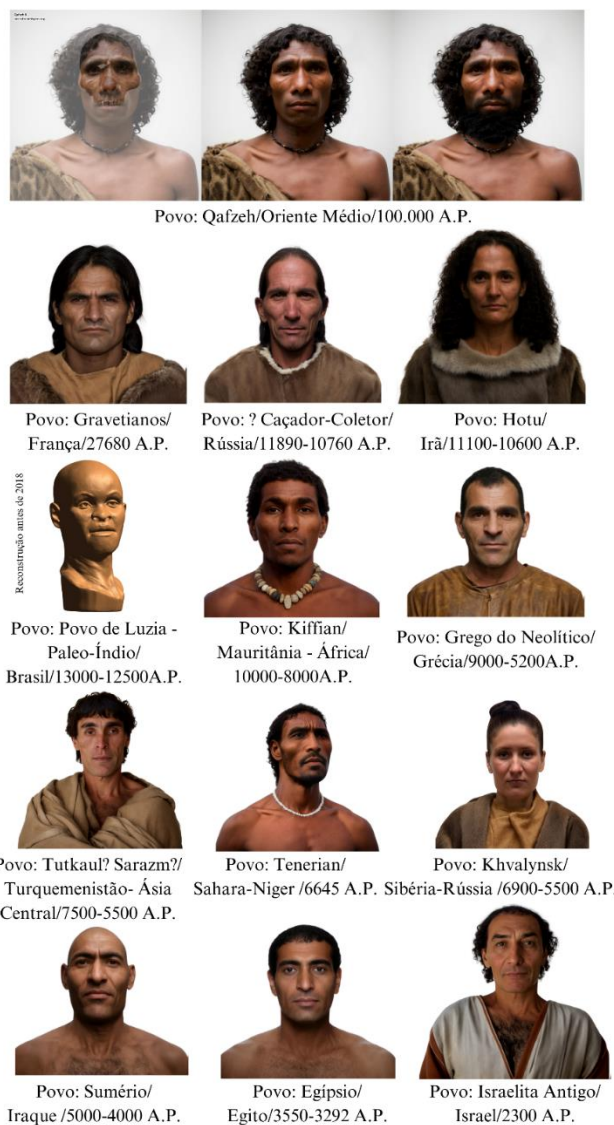


Figura 2: Uma coletânea de reconstruções faciais de indivíduos da nossa espécie, *Homo sapiens*. São originários de diversos povos, em diversas partes do mundo (Ásia, África, Europa e América), partindo um crânio antiqüíssimo de 100 mil até chegar a tempos mais recentes com povos conhecidos da antiguidade como Sumérios, Gregos, Egípcios e Israelitas. Fonte: <https://www.ancestralwhispers.org/reconstructions>, acessado em abril de 2024; editado pelo autor.

Além de crer que somos mais “evoluídos”, temos a falha ideia de acreditar que tudo, ao nosso redor – hospitais, escolas, a política de Direita e Esquerda – trata-se de algo que sempre existiu, ou “sempre foi assim”. Mas a esmagadora parte do tempo, em que a humanidade existiu, não convivia com tais elementos concretos ou questões políticas. O fato é que nascemos em um mundo já disposto ao nosso redor. Crescemos e ganhamos consciência com um nome, família, casa, língua e identidade. As crianças, por exemplo, descobrem que são brasileiras, quando há uma Copa do Mundo e que existe Brasil durante as eleições presidenciais. É normal, em grandes países, como Brasil, Austrália, Estados Unidos, acreditar que todos no mundo falam a sua língua. Quando pequeno, acreditava que falar português e pensar em português seria a coisa mais natural e basilar da realidade. Somente depois descobri que existem outras línguas, que as pessoas falam, vivem e morrem em outro idioma e que nem sequer sabem o que é o português ou mesmo se existe o Brasil. Ao ponto que, para se ter ideia, o próprio português, como todos idiomas, um dia surgiu, no decorrer de um longo processo linguístico: no caso, o português, tal como conhecemos, possui por volta de mil anos. Em outras palavras, no início do Império Romano, quando Jesus Cristo estava vivo, não existia falante desse idioma. Agora imagine sete, oito, nove mil anos atrás no Brasil, onde hoje é a sua cidade, o que poderia ter? Hoje sabemos que havia pessoas, ou melhor, povos que por séculos falaram outras línguas, as quais já não existem, tornando suas palavras esquecidas para sempre, havendo um grande silêncio. Pode ser melancólico, mas, um dia, o mesmo acontecerá com o português e com próprio país Brasil.

Esta percepção de um tempo mais longínquo, em relação à nossa memória, de uma história humana que vai muito além dos 1500 com a descoberta do Brasil e que mergulha por milênios no profundo oceano do passado, não de homínidos, mas de *Homo sapiens*, pessoas como eu e você, trata-se de uma visão mais concreta e realista da História Humana. Em vez de pensar que todos os problemas do mundo surgiram no Século XIX – mesmo que muitos deles sejam realmente criados e produzidos nos acontecimentos recentes de duzentos anos atrás – é considerar algo que vai além do momento presente: é possuir uma visão mais ampla da história e reconhecer que o mundo, mesmo que pareça, não nasceu ontem.

As distintas temporalidades

Os tempos são muitos e eles se entrelaçam. Nós, contemporâneos, gostamos de criar períodos do passado, algo como classificar épocas. Na escola, aprende-se que houve a Idade Antiga, a Idade Média, a Moderna e a Contemporânea, porém ainda existem elementos da Idade Antiga presentes nos dias atuais, logo essa época não passou por completo. Esses elementos podem ser edifícios, crenças e textos – os quais podem ser lidos por muitas pessoas se for em latim, por exemplo. O mesmo vale para Idade Média, com castelos e os idiomas, e a Idade Contemporânea com as ferrovias e os sotaques. Agora, imagine quando se extrapola e salta para um passado além da Idade Antiga e se volta ainda mais no tempo, encaramos um cenário diferente, todavia ainda há elementos deles presentes!

Mas não é apenas uma questão de ter ruínas e vestígios pendurando, ao longo dos séculos e milênios, as temporalidades podem ser encaradas como um momento, em que se encontra um *modo de estado*, em que as pessoas vivem. Ou seja, trata-se de formas diferentes de se organizar socialmente, adaptar e interagir, quanto ao ambiente do entorno e aspectos culturais, os quais se alteram com maior velocidade ou não com o passar do tempo. Dessa forma, ao olharmos para a Idade Média, não se trata de um *estágio*, mas um recorte de tempo em que as pessoas tinham aquelas características. E o interessante, ao mesmo tempo complexo, é que essas características “medievais” podem ser mais preservadas em certas regiões e alteradas em outras! Por exemplo, Portugal, no Século XII, após uma batalha contra cinco reis mouros, liderada pelo primeiro rei português, Afonso Henriques, o país medieval conquistou algo singular para a época, uma unificação política e territorial que assemelha aos estados da Modernidade e não da Idade Média. Outro exemplo foram os portugueses, enquanto navegavam pelo mundo – já pelos idos de 1500, encontraram sociedades na África e na Ásia que compartilhavam características com aqueles presentes no período da Idade Média. Um bom exemplo foi no Japão, que, em 1543 (apenas quarenta anos depois da descoberta do Brasil), o navegador Fernão Mendes Pinto chegou ao arquipélago japonês. O Japão, naquele período estava dividido em feudos, algo parecido com que havia na Europa séculos antes, e havia samurais com suas *katanas* (espada japonesa) ao mesmo tempo que os portugueses chegavam portando seus mosquetes (arma de fogo).

Por isso, a afirmação dos tempos se entrelaçarem. As sociedades humanas não se encontram em “estágios”, pois, para haver esses “estágios” ou “degraus”, deve haver um sentido, uma direção evolutiva, porém isso não existe,

o que há são ramificações, muitas diferenças e alterações, especialmente, na cultura e tecnologia. Quando os portugueses, em 1500, chegavam às costas do litoral que hoje é o Brasil – ou os espanhóis, em 1795, ao litoral oeste do Canadá – e se deparavam com embarcações indígenas bem menores, o que havia ali era um *diferencial tecnológico*, cujo diferencial foi produzido por processos históricos e culturais que resultaram nessas diferenças e não uma questão de “evolução da civilização” ou “superioridade racial” – ideia que nem é época das navegações, mas algo posterior, no Século XIX.



Figura 3: Os Biombos de Namban são representações feitas pelos olhos de um artista japonês sobre a chegada de uma comitiva portuguesa. Nas ilustrações, está presente uma série de estranhezas culturais que os nipônicos tiveram, uma vez que os navegantes levaram uma série de animais exógenos, como elefantes, camelos e felinos. Na imagem acima, vê-se uma mulher japonesa e uma criança que observa pela porta os comerciantes portugueses com estranheza; na imagem abaixo, um português sob um elefante é conduzido por marinheiros (ou escravos) africanos para serem recepcionados por nobre japonês. Fonte: Biombos Namban do Museu de Arte Antiga de Lisboa.



Figura 4: Acima navio espanhol liderado por Juan Perez realiza contato com os nativos do povo Haida, na costa do Oceano Pacífico do atual Canadá, em 1774. Juan Pérez foi um navegador espanhol do Século XVIII, conhecido por suas explorações na costa Noroeste da América do Norte. Em 1774, liderou uma expedição que foi a primeira a documentar a presença europeia na região, contribuindo para o mapeamento e reivindicação espanhola do território.



Figura 5: Ilustração de Theodoro de Bry, representando uma cena de negociação, para a libertação do mercenário alemão Hans Staten entre portugueses e tupinambás, no litoral brasileiro, em meados de 1500. Os Tupinambás foram um grupo indígena do Brasil, pertencente à família linguística tupi-guarani, que habitava a costa brasileira no período pré-colonial. Conhecidos por sua resistência aos colonizadores europeus, tiveram grande influência na cultura e história do Brasil. Fonte: Obra de Mark Richard Myers, artista contemporâneo estadunidense. Gravura. Theodorus de Bry (1528-1598), em *America*, volume 3 (1590-1634).

O problema da Pré-História

Talvez alguns colegas meus já poderiam afirmar que até tardei em abordar este tema e poderia, inclusive, iniciar o capítulo já desenvolvendo este assunto em específico, pois trata-se, para nós, pesquisadores da área, de algo importante e caro em razão dos problemas do termo.

O termo “*Pré-História*” surge nos meados de 1800, a princípio, para se referir a um tempo antes da escrita, algo claro pela utilização do prefixo “pré-”, mantendo-se ainda vigente na Europa com esse significado. Porém, nas Américas e outras porções da Oceania, o termo foi empregado para se referir aos povos nativos que ali habitavam. Nesse sentido, o termo passou a ter outra conotação, isto é, outro significado, o de que essas sociedades indígenas se encontravam “primitivas”, “atrasadas”, à margem da história e da “civilização”. Como se não bastasse, a pré-história também traz consigo a desconsideração das culturas que possuem o sistema de oralidade para a sua propagação, ou seja, mesmo que sem escrita, suas memórias, crenças e demais traços culturais eram propagados por meio do relato falado. Em alguns casos, para ser ter ideia, nativos aborígenes da Austrália, seus mitos, fazem referências a acontecimentos geológicos de cinco mil anos atrás e que foi comprovada a veracidade do acontecimento! Porém muitos dos relatos dessas sociedades tradicionais não se preocupam ou se sustentam em ser provados factualmente, mas obedecem a outras lógicas de crenças distintas das nossas, ocidentais modernos.

Além de expressar a desconsideração por outras formas culturais e enaltecer um preconceito originado no Século XIX, o termo Pré-História possui imprecisão cronológica. Como exposto acima, muitas periodizações da história possuem brechas e pontos falhos e a Pré-História por referir-se aos últimos 100 mil anos, isto é, todo o imenso período da existência dos seres humanos que antecede a existência da escrita (que surgiu por volta do 4.º milênio antes de Cristo). Essa longa faixa causa problemas.

O passado profundo: Ver a humanidade como um todo

Já discorri a respeito do problema moderno de acreditar que o “mundo nascera ontem” e que, antes da eletricidade, as coisas eram mais primitivas ou que a vida era uma constante luta selvagem por sobrevivência. Mas, ao olhar para o passado com uma visão descarregada desse preconceito, serão vistos os seres humanos sendo o que de fato são, humanos. Possivelmente alguém até tente encontrar, ao primeiro olhar, previamente condicionado, alguma mudança

drástica de algo mais robusto, rude, “primitivo”, nos rostos humanos, que caminham para algo mais sofisticado e “evoluído”. Na verdade, houve uma série de mudanças modestas, porém nada que faça ser outra espécie com uma linguagem pré-verbal de “Uga-Uga”.

O fato é que essa visão mais longa de passado compreende uma percepção mais realista, desprendida dos maneirismos que o senso-comum possa ter. A humanidade, em sua fascinante trajetória, navega por um mar de temporalidades distintas que, por vezes, mesclam-se. Cada época, cada período ostenta suas próprias características, seus próprios ritmos e nuances. Para isso, encontra-se abaixo as distintas temporalidades em que os seres humanos habitaram e habitam.



Figura 6: As distintas temporalidades. Obs. Cada uma dessas linhas não se exclui, elas apenas são mescladas e sobrepostas. E, por não haver números, não se encontram em escala de proporção, pois se houvesse o “Tempo Jornalístico” nem daria para ser visto. Fonte: Elaborado pelo autor.

O tempo geológico trata-se da escala de tempo mais longa que possuímos no planeta terra, na realidade, trata-se do tempo do próprio planeta. Ele se divide em Éons, Eras, Períodos e Épocas e, naturalmente, encontramos inseridos no último, Éon (Farenozoico), na última Era (Cenozoica, relacionada ao predomínio dos mamíferos), no último período (Quaternário, que está relacionado, sobretudo, aos eventos climáticos mais recentes, em especial, às eras glaciais e interglaciais), mas as épocas são diferentes! Como se pode ver acima, os humanos encontram-se vivendo no final do Pleistoceno, com suas flutuações climáticas (mudanças entre climas quentes e frios) e as glaciações, com a última conhecida como Era do Gelo, uma época em que se encontravam presentes manadas de mamutes e rinocerontes lanosos (rinocerontes com pelos), os quais pastavam nas grandes planícies europeias. Já na América do

Sul, a fauna também era singular, com bichos-preguiças gigantes (*Megalonyx*), tigres-dentes-de-sabre (*Smilodon*), mastodontes (um parente dos elefantes modernos), todos presentes em Minas Gerais! Inclusive, as matas de Araucárias, naturais da região Sul do Brasil, tiveram sua expansão associada a esse período, encontrando-se, ainda hoje, em diversas porções no Sul de Minas Gerais e, por causa de um clima mais seco e frio, a vegetação que predominava era de um tipo de savana-cerrado que era um bom habitat, para os grandes mamíferos citados acima, empurrando as matas úmidas, para trechos mais curtos, com a Amazônia encolhendo e o cerrado ganhando espaço. Até as estrelas do céu no Pleistoceno-Tardio eram diferentes, já que, nesse curto espaço de 20-15 mil anos, daria para haver estrelas que hoje não mais existem e vice-versa.

Então o Tempo Geológico na imagem se estende longamente para trás (à esquerda) e no finalzinho chega o Holoceno, a última época geológica e que ainda vigora, com clima mais estável, mudança na biodiversidade com a extinção gradual de alguns – não todos – animais da megafauna. Além disso, ele é marcado pela expansão e intensificação da população humana, como a agricultura.

Acima do Tempo Geológico, há o “Tempo Arqueológico”, referindo-se à presença humana. O termo pode ser trocado pela “Pré-História”, caso quem escrevesse estivesse na Europa, já que compreende os últimos 100 mil anos, porém, além das questões que expus acima sobre “Pré-História”, recorri ao termo Arqueológico, já que não existe arqueologia sem seres humanos. Uma vez havendo *Homo Sapiens*, eles deixam rastros, evidências, artefatos que apontam para suas presenças e existências de milênios de anos atrás e somente por meio da Arqueologia – que estuda esses artefatos – que conseguimos estimar uma existência tão antiga. Logo Tempo Arqueológico refere-se, nesse cenário, em que há seres humanos, ou tempo da humanidade, que existe um período sem escrita, no qual usei “Pré-História” (bem mais longo) e o Tempo Histórico que sobrepõe.

O “Tempo Histórico” na imagem, naturalmente, refere-se ao tempo em que há escrita e documentos, fontes para a historiografia. Ele é apresentado em pontilhados “- - -” para representar que nem em todos lugares existe e existiu a escrita, trata-se de uma invenção localizada.

Enquanto o “Tempo Jornalístico” é bem intuitivo, o tempo rápido das notícias, algo que obedece a uma cadência de registro e relato bem menor e mais ágil. Sua durabilidade também é tão rápida quanto o seu surgimento. Um exemplo é guardar na memória um trecho do livro *Retórica*, lido em 2014, outro é recordar dez anos após um acontecimento pontual e sem muita importância

descrito num jornal. Existe uma diferença de natureza e funções de textos, e essa função imediata e informativa trata-se do “Tempo Jornalístico”. Além dele se poderia colocar o “Tempo Informacional”, o tempo das redes sociais e da internet, contudo, mesmo não obedecendo a uma escala de proporções, não tem como colocá-lo na mesma imagem que o “Tempo Geológico” e venceu quem é mais importante, maior e que ficará independente do que acontecer com a humanidade, no final das contas: o Geológico.

Para não alongar muito, o intuito em expor e escrever todo esse subcapítulo é de, além de mostrar essas dimensões de tempos longas, tal como um astrônomo faz, ao apresentar as gigantescas distâncias das galáxias, o objetivo é de proporcionar reflexões, como a realizada acima sobre o tempo das rochas, dos continentes e do planeta Terra com o tempo de rede social e a importância de cada um deles. Sendo o “Tempo Informacional” um bem leviano e diminuto, em relação ao geológico, ao ponto que antes de sua existência e, caso deixe de existir, não fará diferença em comparação à escala do processo natural que antecedeu e que irá suceder, tal como as nossas vidas humanas, que raramente passam de um século em relação às serenas águas dos rios dos tempos “Geológico”, “Arqueológico” e “Histórico”. Ter essa visão é se ver na História, e saber que cada um surgiu em um mundo já existente, com suas implicações naturais e sociais, entender que, depois da vida, as coisas continuarão existindo, e todos nós, individualmente, não somos o centro do universo.

Onde a Arqueologia e os fragmentos de cerâmica do início do capítulo entram em tudo isso?

Ter essa noção de tempo histórico profundo é uma das contribuições da Arqueologia. Desde o seu surgimento, enquanto ciência no final do Século XVIII, com as escavações de Pompeia e, especialmente, a consolidação de uma pré-história europeia, no Século XIX, esse campo do saber proporciona o rompimento de fronteiras e limitações que tínhamos até então. Muitos historiadores da Grécia Clássica, por exemplo, olhavam para os gregos e ressaltavam especialmente seus atributos culturais, sociais, filosóficos, bélicos e linguísticos. Porém, mesmo com todos os avanços nessas direções, os gregos, de acordo com esses autores, eram desprovidos, por assim dizer, de “corpos físicos” e “ambientes físicos”, especialmente por meio das investigações arqueológicas e trazer à vida toda uma miríade de ruínas e montanhas de

artefatos que o cotidiano, o corriqueiro e o dia a dia dos gregos antigos poderia ser melhor compreendido e entendido.

Já no caso de Pompeia e Herculano, duas cidades romanas, localizadas ao Sul da Itália, onde foi a Magna Grécia – terra natal, inclusive, de Pitágoras – o impacto das descobertas dessas cidades foi ainda maior. Até então, ruínas e artefatos eram encontrados, mas não em tão grande quantidade e com tamanha qualidade de preservação. A cidade fora literalmente “lacrada” pelas cinzas do vulcão Vesúvio, após a sua erupção no ano 79 d.C. Cidadãos de diversos reinos italianos e estrangeiros puderam ver paredes, azulejos, casas inteiras (chamadas de Domus), virem à luz, após milênios soterradas, com um grau de preservação fantástico. Até mesmo os próprios residentes, infelizmente – por meio de uma técnica com gesso – tiveram seus corpos e últimas posições e gestos antes da morte congelados. Naquela época, a idade de identidade de diversos países europeus ainda ecoava como herdeiros dos romanos, algo que também esteve presente na Idade Média, como o caso de Carlos Magno da França e o Sacro Império Romano Germânico. Para aqueles itálicos modernos dos finais de 1700 escavarem as ruínas de seus ancestrais, tão aclamados culturalmente pelas poesias e feitos do passado, teve grande impacto na Europa, estavam trazendo de volta elementos constituintes de suas identidades culturais, o que foi um dos grandes momentos iniciais da Arqueologia.



Figura 7: Descoberta da estátua romana de Antinous, em Delfos, Grécia, 1893. Fonte: Domínio Público.



Figura 8: Jovem moça contempla antiga parede romana com afresco (pintura na parede) de uma mulher romana. Um detalhe curioso, observado nas escavações das cidades romanas na Itália, é o uso indiscriminado da mão de obra feminina. Enquanto os homens se encarregavam de escavar, às mulheres cabia o trabalho de carregar os produtos das escavações. Fonte: Quadro Garota pensativa nas escavações de Pompeia, de Filippo Palizzi, 1865.

Esse foi o exemplo de um período com documentos históricos e amplamente conhecido. No entanto as contribuições da arqueologia, para outros momentos, particularmente para aqueles que antecederam a invenção da escrita, são ainda maiores.

Antes do Século XIX, muitas crenças sobre o passado humano eram feitas com aquilo que se conhecia. Em *De Rerum Nature*, o poeta romano, Lucrécio, diz que antes de utilizar o Ferro e o Bronze, as ferramentas eram feitas de rocha. Todavia relatos como esse apenas apontavam para um passado anterior com dificuldade. Mas o passado antigo e profundo nunca deixou de existir (os tempos se sobrepõem), instrumentos líticos – as antigas ferramentas confeccionadas em rocha – como pontas de flecha, não deixaram de serem encontradas na Europa e, em muitas vezes, interpretadas como de origem élfica. No Brasil, o mesmo acontecia e acontece, atribuindo a esses artefatos produtos

de raios “pedras raios” e, em certas localidades do país, são jogadas nos telhados com a crença de evitar que raios caíam nas casas.

Se a arqueologia “complementa” os períodos em que existem documentos históricos que relatam como era a época, as investigações arqueológicas assumem papel primordial quando não há escrita alguma. Sobretudo para remontar a história indígena no Brasil antes da chegada de Cabral em 1500.

Mas, afinal de contas, como isso pode ser feito? Como contar a história de um passado se não há nada escrito? Seria possível determinar onde eles moravam, o que comiam, as coisas que eles usavam? Essas perguntas estão relacionadas diretamente com aqueles cacos cerâmicos misteriosos do início do capítulo!

A princípio, tudo parte das nossas evidências de que essas pessoas existiram. Com certeza, houve milhares de grupos de 30 a 50 pessoas que perambularam sobre nossas cidades brasileiras, ao longo de milênios, e cada um deles era constituído por pessoas, indivíduos próprios, tal como você e eu. Muitos desses grupos de caçadores-coletores de 5 mil, 3 mil, 2 mil anos atrás não falavam a mesma língua e tinham a mesma cultura, no decorrer dos milênios, da mesma forma que hoje somos diferentes, em certa medida, com as pessoas de 1500, esses indígenas antigos também se distinguiram cultural e materialmente (em seus objetos) no decorrer vagaroso dos séculos. Toda essa multidão de pessoas, que perambulavam no Brasil e em Minas Gerais, deixaram poucos vestígios, muitos dos quais foram efêmeros com o tempo e hoje, nós pesquisadores contemporâneos, nada, infelizmente, nada encontramos deles. Porém, mesmo que não seja de todos esses homens e mulheres que por aqui habitaram, ainda há evidências de alguns grupos humanos.

Falarei mais sobre cada um dos tipos de artefatos que encontramos e como fazemos para achá-los, mas de antemão, sobressaem os artefatos cerâmicos, as ferramentas líticas, pinturas rupestres e as marcas nos solos (terra preta). Mas por que cerâmica? É algo curioso, que panelas de “barro” sobrevivam, mas imagine uma aldeia, o que há nela? As casas, chamadas de ocas, são de madeira e palha, e os arcos e canoas de madeira, tudo apodrece e some com o tempo, logo o que sobra, em grande parte, são esses três tipos de objetos que mencionei acima.

Agora o leitor consegue entender o porquê dos cacos de cerâmica estarem sendo analisadas no laboratório, lá no início do capítulo. O que encontramos são apenas esses objetos, amontados em um lugar – que chamamos de sítio arqueológico – ou espalhadamente soltos por aí, rolados e

carregados pela chuva e vento, feito pedras num pasto. Fazer a história desses indígenas antigos não é algo nada fácil, como tirar tanta informação somente por meio de cacos de vasilhas? Como saber quantas pessoas existiam por aqui? A resposta pode até ser desanimadora, mas é a verdade, o número real e exato de pessoas nunca saberemos, não fazemos ideia do nome, quantos anos tinha e se era feliz ou não. Mas podemos saber um pouco sobre seus hábitos alimentares, sobre as influências de outros indígenas sobre eles, saber se eram muitos ou poucos e a maneira que se distribuíam no espaço e muitas outras informações.

Neste breve livro, pretendo mostrar um pouco sobre essas informações dos indígenas que por aqui, no Campo das Vertentes, especialmente, nas cercanias de Lavras, viveram. O mesmo que pegar uma lanterna e apontar para um grande galpão escuro e lá encontrar um várias pegadas, alguns objetos largados e dali reconstruir a história desses povos.



Referências bibliográficas

⇒ Sobre o passado pré-histórico

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História** (São Paulo), v. 30, p. 349-371, 2011.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. Sobre os conceitos de etnohistória e história indígena: uma discussão ainda necessária. **ANPUH. Anais XXII Simpósio Nacional de História**. João Pessoa, 2003.

ELIADE, Miceia. **Mito e realidade**. Ed. Perspectiva, 2019.

FUNARI, P. P. A., e NOELLI, F. S. **Pré-história do Brasil**. Editora Contexto, 2002.

GOSDEN, Chris. **Pré-história**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

HODDER, Ian, Çatalhöyük: the Leopard's tale, London: Thames & Hudson, p. 233-258, 2006.

MARTIN, G. **Pré-História do Nordeste**. 5.^a ed., Recife, Editora Universitária da UFPE, 2013.

NEVES, Walter Alves & PILÓ, Luís Beethoven. **O povo de Luzia**: em busca dos primeiros americanos, São Paulo, Globo, 2008, pp. 61-97.

PEDROZO, Gabriel Arriel. Por uma arqueologia em Lavras. **Revista do Patrimônio Cultural de Lavras**, Ano I, n. 1, Lavras, p. 2020.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Ed. UNB, 1992.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**: a pré-história e os verdadeiros colonizadores. Archaeo, 2019.

TONÓRIO, Maria Cristina (org.). **Pré-história da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

Gabriel Arriel Pedrozo, 2024

A História e Arqueologia Indígena de Lavras e do Campo das Vertentes

⇒ Sobre o surgimento da arqueologia

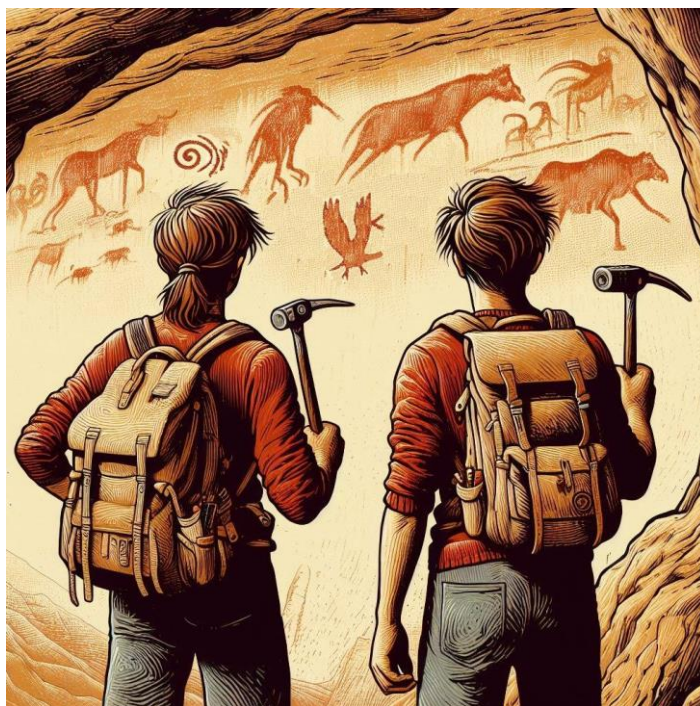
LANGER, Johnni. As origens da Arqueologia Clássica. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 9, p. 95-110, 1999.

LUCRÉCIO, Titus Carus. **De Rerum Nature**. Autêntica; 1ª edição, 2021.

SARIAN, Haiganuch. A cerâmica como documento arqueológico. **Revista de Pré-História**, v. 6, p. 195-204, 1984.

TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. Odysseus 2006.

2 UMA PINTURA NA PAREDE, UM RESPIRO DO PASSADO, UMA MANIFESTAÇÃO PARA ALÉM DO CONCRETO



O sol escaldante nos fustigava, em nossa frente um paredão de rochas, eram quartizitos, que um dia foram dunas de um antigo mar que se petrificaram numa montanha. A formação de rochas metamorfozadas se estendia por todo o panorama de nossas vistas. Minha amiga e eu tínhamos pressa, o ônibus com a turma iria já logo partir, e o dia estava quase se pondo, juntamente com o nosso tempo ali, porém eu ainda não tinha visto as pinturas rupestres do local. Nossas mentes estavam concentradas em encontrar o caminho correto e tínhamos o cuidado de não perder os martelos geológicos que trazíamos conosco, os quais poderiam cair de nossas mãos e se perder entre as vendas das rochas. Mas, com certo custo na escalada, chegamos e, por detrás de uma moita de espinhos, ali estava, calma e serena, absorta e alheia a tudo. Interrompemos sua antiga canção silenciosa, os gestos imortalizados dos animais, como se saltassem com leveza absoluta, espantava-nos. Não fomos os primeiros, em dois mil anos e tampouco naquele mesmo ano, mas, para mim, foi a primeira vez que me deparava com uma manifestação tão profunda vinda do passado. Não era um texto ou um relato, era concreto, tocável, estava à minha frente e era real.

Mesmo que seus significados fossem desconhecidos para nós, ainda foi possível de se estudar e buscar compreender as formas de vida do passado. Neste capítulo, vou explorar um pouco sobre como os homens e mulheres do passado viviam e interagiam com o mundo, bem como suas marcas e evidências, com algumas delas presentes aqui em Minas Gerais.

As visões de mundo

Todo ser humano possui uma visão de mundo, trata-se de uma maneira como um indivíduo ou grupo social compreende e interpreta o universo que o cerca. É um conjunto de crenças, valores, símbolos e práticas que moldam a percepção da realidade e orientam as ações dessas pessoas no mundo. Neste subtópico, pretendo explorar sobre essas questões aplicadas para os homens e mulheres do passado e o quanto eles eram diferentes de nós contemporâneos.

Visão de mundo, cosmovisão ou mundovidência – expressão mais comum em português europeu – é um termo que se refere à forma que vemos as coisas, e cada cultura e povo possui a sua maneira de visualizar a realidade. Trata-se como uma lente, um óculos que usamos. Caso nascêssemos na Índia, usaríamos os “óculos da Índia”, e as coisas tidas como normal, como se alimentar de carne bovina seria um absurdo, ou se pegássemos os “óculos” de um estadunidense iria ser estranho comer coração de galinha em um churrasco. Não se precisa ir tão longe, na imagem, a seguir, há diferentes formas de ver uma batida de carro. Essas percepções de realidade variam, e gostaria de explorar essas visões voltadas para aquilo que chamamos de sociedades do passado.

A figura seguinte ilustra bem a existência de outras maneiras de visualizar um dado acontecimento normal e corriqueiro do mundo contemporâneo, sob diferentes óticas. Mas grupos indígenas brasileiros, por exemplo, trariam significados distintos somente pelo ouvir um rugido de onça, pelo arco de caça se quebrar, pelo avistamento de uma ave em voo. São acontecimentos do dia a dia que se entrelaçam numa grande teia, que interagem, por exemplo, com a gestação de um filho e o significado que todos eles possuem uns com os outros. Trata-se de uma exemplificação bem simples, e existem muitos casos mais complexos e elaborados registrados pela antropologia, numa área conhecida como Etnografia. Um exemplo estudado pela antropologia, a respeito dos povos amazônicos, chama-se *Perspectivismo Ameríndio*.

Batida do carro sob diferentes perspectivas



Na cosmovisão cristã, a batida de carro no meio da noite possui um significado e motivo. Seria vista como um exemplo da fragilidade da vida humana e da soberania divina. Pode ser interpretada como um lembrete da necessidade de redenção espiritual, que Deus encontra-se no controle de tudo, e que foi um livramento.



Na visão comunista, a batida de carro no meio da noite seria interpretada como um sintoma das falhas do sistema capitalista. A exploração do proletariado, com desgaste e longas horas de trabalho fragilizou o motorista. A falta de manutenção das estradas, e a desigualdade socioeconômica seriam fatores destacados.



Na perspectiva evolucionista-biológica, a batida de carro pode ser entendida como um acidente causado por erros humanos, como a falta de atenção ou a falha na avaliação de riscos. Fatores como o metabolismo, hormônios e outros elementos podem ter contribuído para uma possível maior agitação do motorista. Além disso, o acidente também pode ser interpretado como um reflexo do instinto de sobrevivência.



Na perspectiva freudiana, a batida de carro no meio da noite poderia ser interpretada como uma manifestação do inconsciente humano. Poderia ser analisada em termos de desejos reprimidos, como a agressão, a impulsividade ou o desejo de autodestruição. O acidente pode representar a expressão de conflitos internos não resolvidos.

Perspectivismo ameríndio

Retornando para o passado, as crenças e práticas religiosas dos nossos ancestrais eram de milênios atrás, trata-se de algo bastante intrigante para os pesquisadores. Sabemos que o *simbólico* permeava cada aspecto da vida do homem do passado. Para esses homens e mulheres, o mundo não era apenas um amontoado de objetos materiais e puramente concretos, mas havia um cosmo impregnado de significados que transcendia a mera visão. Cada elemento da natureza, como exemplificado anteriormente, representava algo além de si mesmo, e parte dessa visão de mundo antiga ainda persevera atualmente, um exemplo se encontra na visão de povos indígenas nos Amazônicos conhecido por *Perspectivismo Ameríndio*.

É difícil explicar esse conceito de maneira clara, especialmente em um livro breve como este. Mas lá vamos! Esse nome complicado, *Perspectivismo Ameríndio*, é uma síntese conceitual sobre uma matriz filosófica dos indígenas, particularmente da Amazônia, ou seja, “*Perspectivismo*” é perspectiva, visão de mundo; e “*Ameríndio*” é indígena, logo, em uma expressão menos complicada, “perspectiva indígena”. Nessa visão de mundo, vários seres da natureza, como animais, possuem almas, como as dos humanos (até aí, tudo fácil de entender). E todo ser que tem alma se vê como humano, sim, uma queixada se vê como um humano, mas, ao olhar para uma onça, não se a vê como outro humano, mesmo ela (a onça) também tendo alma de humano e também se vendo como humano, mas ela também não vê a queixada como humano. Ou seja, todo mundo se vê como humano, mas vê o outro como animal. A humanidade só é visível para quem compartilha o mesmo tipo de corpo.

Ser humano, para nativos da Amazônia, é a forma de perceber a si mesmo e depende de quem olha. A natureza, dessa forma, não existe em si mesma, como algo objetivo e real, mas como efeito dos olhos de quem vê. Por exemplo, pode-se estar vendo uma manada de javalis, mas, aos olhos dos javalis, são gente, são uma multidão de pessoas. E, se todo mundo é gente, por assim dizer, o que as pessoas compartilham com a natureza não são seus corpos naturais, mas suas almas humanas, já que todos as possuem.

O xamã, uma espécie de sacerdote indígena, detém outra característica, inclusive bastante especial. Ele é capaz de transpassar essas barreiras entre os diferentes corpos e visualizar a humanidade em outros seres, ou seja, consegue vê-los como humanos também.

Então, vamos avançar um pouco nessa visão com um exemplo. Quando um grupo indígena sai para caçar queixadas, eles vão atrás de animais. Mas, em

meio ao pleito da caça, caso caçador não tomar os devidos cuidados e precauções, as visões de ambos se fundem e, em vez de ser uma caça (homem X queixada), pode ser uma guerra (homem X homem) e, se a alma do caçador for entrelaçada, dessa forma em guerra, ele pode terminar morto por outros “humanos/queixadas”, nesse conflito de iguais, enquanto para outras pessoas, elas apenas verão como um acidente de caça, já que suas almas não se misturaram com as das queixadas.



Figura 12: Pintura “Aquele gente que se transforma em Catitu”, de Danilson Baniwa. Fonte: (MACIEL, 2009, p. 2).

Uma visão mais concreta e simbólica

É claro que o perspectivismo ameríndio se trata de uma visão de mundo contemporânea e, tal como a nossa, ela possuiu raízes antigas, mas ainda vigora nas mentes de vários indivíduos. Porém, do mesmo modo que todo traço cultural está sujeito a mudanças e como toda pessoa, que um dia, quando criança, gostou de algo e depois de um tempo não mais, as ideias e cosmovisões

também estão sujeitas a alterações do tempo. E essas alterações também oscilam entre localidades, criando aquilo que se chama de *regionalização*. Logo o que havia exposto acima foi apenas um resumo genérico e não significa que os antigos habitantes da região de Lavras ou do Sul de Minas Gerais pensavam daquela maneira. Contudo há traços que povos antigos compartilhavam.

Um dos pesquisadores que explorou esta faceta da história foi Micea Eliade. Para ele, os homens e mulheres desse passado profundo possuíam uma visão profunda e abrangente de vários aspectos da vida humana, em que o simbólico permeava. Para essas pessoas de milênios atrás, o mundo não era apenas constituído por um amontado de objetos materiais, mas um cosmo impregnado de significados que transcendiam para algo além. Cada elemento da natureza representava algo além de si mesmo, servindo como aquilo que Eliade chamou de “*elo entre o humano e o ‘divino’*”.

Essa visão profunda da realidade se manifestava em diferentes maneiras. As pinturas rupestres, por exemplo, não são meras representações da fauna e flora local, são – como referido acima – algo que vai além de si mesmo, possuem significado simbólico e religioso para a cultura do passado que as fez. Ao contrário de nós, imersos em um mundo com problemas abstratos e, em muitas vezes, estando numa realidade virtual, os nossos ancestrais viviam em um universo palpável e imediato. Para eles, a realidade era algo mais do que algo palpável e sensitiva. E, nesse sentido, a teoria de Eliade se torna ainda mais interessante. Para o estudioso, em vez de entender as pessoas do passado, com um pensamento religioso etéreo e desconectado da realidade, ele visualiza a profunda imersão do simbólico no concreto, ou seja, o sagrado não se manifestava em grandiosos templos ou dogmas complexos e distantes, mas manifestado em elementos-chave e cotidianos, como na caça, no social e na morte.

Logo, o que pretendo explorar neste subcapítulo é demonstrar que as pinturas rupestres, os rituais, os adornos corporais representavam e ainda representam um mundo permeado pelo simbólico, cujo sagrado se manifestava no concreto, tecendo os fios da vida cotidiana com a transcendência. E que as pinturas rupestres não são meras representações grosseiras e rudimentares, mas uma forma de expressão sofisticada feita por pessoas que não diferem de nós contemporâneos, se não for pela cultura, língua e a visão de mundo.

É importante também ressaltar que a análise das ideias de Eliade deve ser feita com discernimento. Uma vez que há distintas correntes de interpretação dessas questões, na arqueologia e na história das religiões apresentadas, trata-

se de uma visão de um autor e não algo homogêneo e aplicável para todos os povos ao longo da história.

Sociabilidade como fundamento humano

Neste capítulo pretendo mostrar traços dessas pessoas do passado, antes de chegarmos a seus vestígios e a seu contexto arqueológico, sobretudo, no Campo das Vertentes, em Minas Gerais. Há um outro elemento de grande importância e sem o qual, nós, humanos, não existiríamos hoje: a sociabilidade.

Seres humanos são seres sociais e nunca vivemos tão solitários como nos últimos cem anos. Porém a sociabilidade é algo fundamental para a existência enquanto espécie e me refiro não a uma questão de apego psicológico, mas de se manter vivo. Pode parecer uma afirmação contraditória, se observarmos alguns indivíduos adultos, que, de fato, são autônomos em questão de sobrevivência. No entanto essas pessoas esqueceram de algo essencial, um momento importante e especial na vida de qualquer um: a fase de recém-nascido e a infância.

Qualquer um que já foi mãe ou pai, sabe que o bebê nasce completamente dependente e exige daqueles do seu entorno um investimento caro de esforço. Agora imagine uma mulher, em um mundo de milênios atrás, mesmo que jovem e antes dos vinte anos, ter um bebê, trata-se de algo crítico. Como essa moça teria a capacidade de caçar e se alimentar ao longo de tantos meses de gestação? E, caso sobrevivesse ao parto, o que aconteceria com ela e a criança sozinhas? Ficaria coletando frutas e brotos por uma semana? Para quem já esteve em ambientes de selva, sabe que esse tipo de atividade não aparece em todo lugar. Logo a condição é clara, ela dependeria de outras pessoas. Ao longo de toda a história, foi necessário, para sobreviver, estar em uma tribo, fazer parte de um corpo social, caso contrário não haveria bebês.

Os seres humanos, diferentes de outros animais, nascem ainda pouco desenvolvidos e comparados aos outros mamíferos; os bebês humanos são prematuros. Nosso cérebro, membros, olhos e demais partes ainda não se encontram completamente funcionais, o que significa que, além de ter todos os cuidados, durante a maternidade, parte do pós-parto (puerpério), a prole humana ainda continua dependente e segue por vários anos do investimento de atenção e energia de outros indivíduos adultos. Não é por acaso que um vaqueiro consegue criar cinquenta bovinos, todavia criar cinquenta crianças de quatro anos é uma tarefa irrealizável para apenas um indivíduo.

Portanto, para a espécie humana ter existido e continuado se espalhando por continentes inteiros, explorando, adaptando-se e vivendo em ambientes diversos (vide a figura anterior, em que há achados arqueológicos, em localidades extremas, como na Sibéria), foi necessário um conjunto de pessoas que se apoiavam umas nas outras para a sobrevivência. Somos seres tão adaptados, para viver com outros semelhantes, que um atleta tem maior desempenho em corridas de passar o bastão para outro colega que depende dele que uma corrida solitária. O mesmo para o levantamento de peso, em que há maior desempenho, quando o indivíduo vê outros também se esforçando.

Tudo isso parece muito fantástico, o impacto do elemento social em nossa sobrevivência, força e saúde mental. Condiz com a nossa dependência social, de interagir com outros indivíduos e de se relacionar com eles, em razão da esmagadora faixa de tempo de nossa existência de 100 mil anos. Apenas por volta dos últimos 15 a 10 mil anos que abandonamos esse sistema de tribos e começamos a habitar as pequenas cidades, período conhecido como Revolução do Neolítico. Em todos esses 90 mil anos, os seres humanos encontravam-se vivendo em grupos menores, com possíveis altos graus de interação social, o que foi sendo mitigado aos poucos nas cidades e, à medida que elas cresciam, menor a sociabilidade. Basta ver as cidades pequenas, em que “todos conhecem todos”, com as cidades grandes, com todos individualizados. Trata-se de algo anormal na história da espécie, os seres humanos viverem aos milhões, em um lugar, morando em pequenas habitações encaixotadas em prédios, com cérebros atados aos estímulos visuais de aparelhos eletrônicos. Se esses últimos 10 mil anos foram tão atípicos, para a história da espécie, os últimos dois séculos foram ainda maiores com a industrialização, resultando numa maior individualização e declínio do Homem Público, um legado da Antiguidade romana que foi pauperizado no Ocidente.

Tal traço fundamental para os humanos não estaria, obviamente, ausente entre os antigos habitantes do Campo das Vertentes. Os artefatos, antigas evidências de cerâmica e instrumentos líticos, indicam a presença de uma comunidade, mais fixa que móvel, ocupando uma grande espacialidade, ramificando-se ao longo das margens do rio Grande. Não sabemos ainda se eram assentamentos que coexistiam ou se eram apenas um, o qual, ao longo dos séculos, mudara e reocupara as mesmas posições. Mas o fato é que independente das longas distâncias de tempo que nos separam, ainda, é capaz de supor um elemento básico, que tais membros dessa tribo se valiam uns nos outros. Mesmo podendo haver uma estratificação social, ainda era necessário

cada integrante do grupo para a sua mobilidade, caça, coleta, plantio e construção.

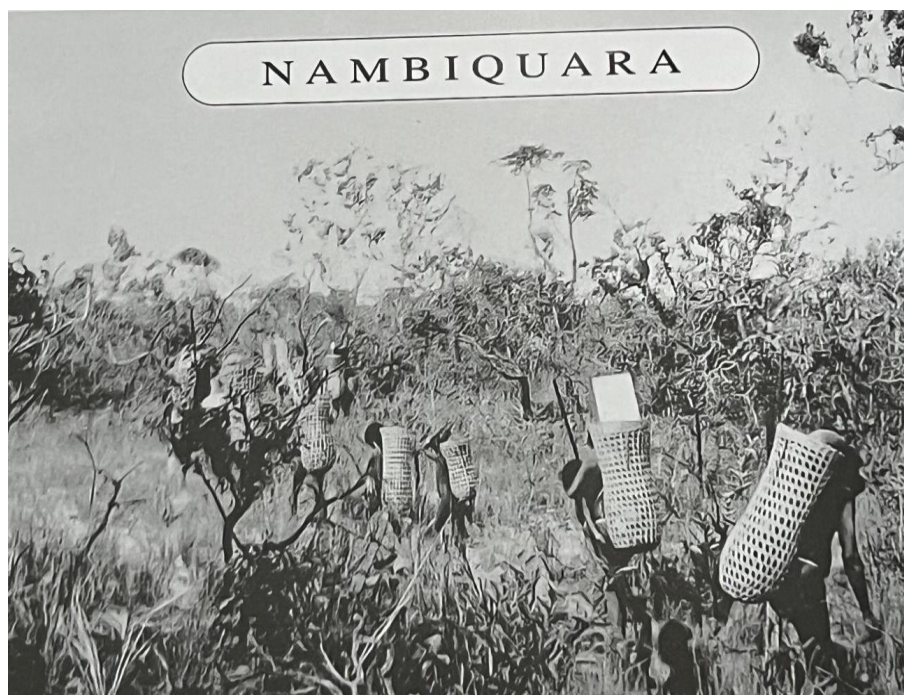


Figura 13: Grupo de indígenas nambiquaras (Nambikwara) em viagem. Fonte: (STRAUSS, 2019, p. 230).

Grande adaptabilidade ao ambiente

É de conhecimento comum a grande capacidade de adaptação e resiliência humana. Existem, hoje, inúmeros exemplos de seres humanos habitando em ambientes e condições extremas, ao redor do mundo, quer seja em baixa incidência de luz nos polos, temperaturas extremas, ambientes desérticos e ermos e até sujeitos de forma perpetua a uma alimentação depauperada. Diferente de nós, populações citadinas, sujeitas às condições climáticas de ambientes urbanos, já as condições dos seres humanos antigos era outra, estavam sujeitos a condições da natureza mais que nós, porém não estavam subjugadas às condições humanas de forma tão intensiva, isto é,

circunstâncias sociais e econômicas a que estamos sujeitos hoje, que, em grande parte, são de maneira indireta.

Diferentemente do mundo contemporâneo, em que milhares de pessoas sofrem de fome crônica², os seres humanos do passado, no Paleolítico³, ou mesmo há 30 ou 15 mil anos – antes da revolução neolítica – não enfrentavam fome crônica. Podia haver escassez de alimentos pontual e circunstancialmente, mas não havia indivíduos, como hoje, fadados a viver com uma nutrição paupérrima pelo resto de suas vidas.

No passado, houve momentos de grande oscilação climática com graves secas e invernos rigorosos em distintos pontos do globo. Contudo as pessoas não moravam em cidades ou vinculadas a uma terra para resguardar e dela tirar o seu sustento. Eram nômades e, caso uma região estivesse sujeita a condições ruins, a pessoa que ali vivia passava para outra região.

As migrações sempre foram constantes, ao longo da história humana e muitas delas se deram em razão dessas condições expostas acima. Um grande exemplo trata-se da movimentação dos povos falantes de língua indo-europeia⁴ para as porções em que hoje é a Europa. Um outro exemplo, mas originado por uma série de fatores – com alguns pouco conhecidos – foram os fluxos migratórios dos falantes de tupi-guarani. Possivelmente, ao longo dos séculos VII e XIII, nas porções onde hoje é o estado do Roraima, os nativos que ali viviam partiram para várias localidades, muito além da floresta amazônica – bioma vigente de seu lugar de origem. Seguiram em rotas diversas, com sucessivas levadas migratórias ao longo de vários anos. Um novo território ocupado foi o litoral brasileiro para onde seguiram margeando as águas do mar até alcançar outras localidades mais ao Sul, como o Paraguai e, nesse caminho, produzindo diversas outras ramificações culturais e linguísticas.

A resiliência sempre foi algo presente em organismos vivos, desde grandes mamíferos ou pequenos artrópodes. Os nativos que habitavam o território que hoje conhecemos como Brasil também a detinham. Criaram diferentes estratégias para enfrentar condições difíceis. Em muitas comunidades, as mães adotam a lactação prolongada – amamentação por mais meses que o

² Quando a alimentação diária habitual não é capaz de proporcionar energia suficiente para o indivíduo.

³ Compreende o período antes dos 80 mil anos antes do Presente.

⁴ Os povos indo-europeus são grupos étnicos antigos que falavam a língua indo-europeia, um proto-idioma ancestral reconstruído pelos linguistas. Esse idioma deu origem à família das línguas indo-europeias, que inclui o latim (de onde vem o Português, Francês, Espanhol etc), grego, sânscrito (idioma presente na Índia) e as línguas germânicas (Alemão, Inglês, dinamarquês, etc), eslavas (Russo e Ucraniano) e célticas (gaélico irlandês e escocês), entre outras.

comum – que assegura à criança a nutrição do leite materno por mais tempo, garantindo-lhe um “suplemento” e maior chance de sobrevivência, além de reduzir a chance de outra gravidez, durante esse processo, a qual exigiria outras medidas. Muitos indígenas do Alto Xingu são capazes de se alimentar por semanas apenas de mandioca e efetuar esporádicas caçadas e pescarias. Após a caça, normalmente, o ameríndio se alimenta de uma grande quantidade de carne, de uma só vez, absorvendo mais nutrientes que nós. Essas populações apresentam traços genéticos que favorecem passar por longos períodos alternados entre a fome e a abundância.

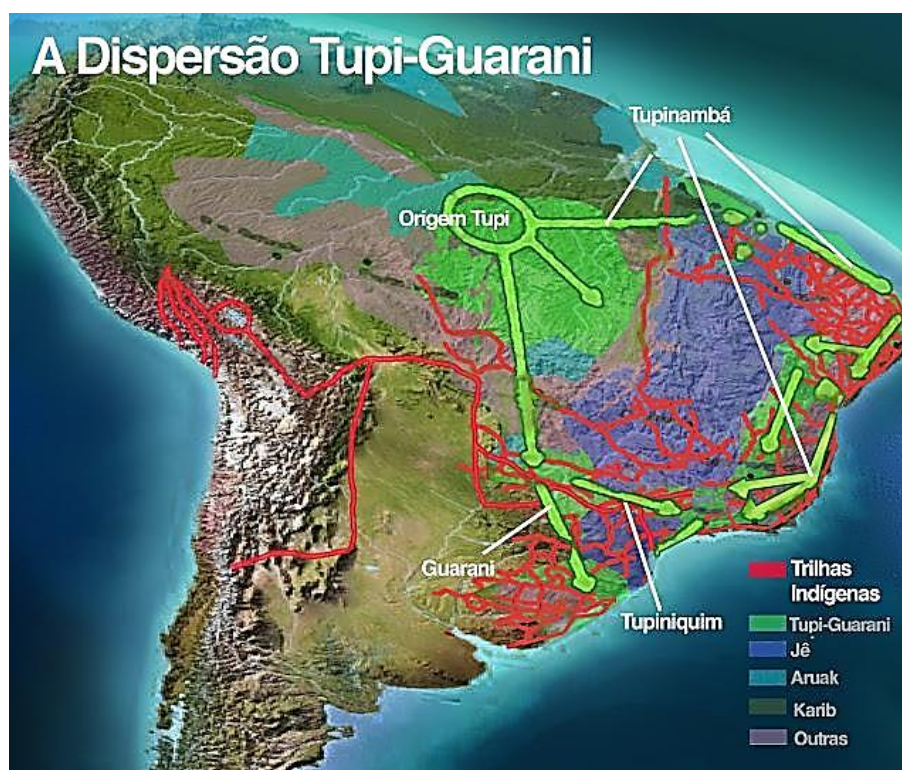


Figura 14: Mapa das dispersões dos povos Tupi-Guarani e depois outros grupos linguísticos. Nota-se os Jê ocupando as regiões do Brasil central, sobre os quais falaremos mais adiante no próximo capítulo. Fonte: <https://indigenasbrasileiros.blogspot.com/2020/07/tupinamba-antigo.html>



Figura 15: Aldeia indígena Tupinambá, em Ubatuba, nos anos de 1550. Note as mulheres indígenas com seus filhos presos às costas colhendo mandioca, e outros nativos nas redondezas da aldeia. Ilustração do mercenário alemão Hans Staden, que esteve no litoral a serviço dos portugueses e foi capturado pelos nativos. Nessa imagem, há ele erguendo uma cruz no canto inferior direito. Fonte: (STADEN, 2017, p. 143).



Figura 16: Indígenas tupinambás pescando com arco e flecha durante a piracema. Ilustração de Hans Staden. Fonte: (STADEN, 2017, p. 140).

Algo semelhante também se encontra registrado na carga genética de muitas outras pessoas. Uma explicação, para indivíduos com um metabolismo considerado hoje desacelerado, reside nestas condições em que seus ancestrais, quer habitantes da África ou Europa, estavam sujeitos. Um metabolismo lento favorece absorver mais gordura a partir de pequenas quantidades alimentos. Atualmente, a abundância de comida industrializada faz com que descendentes desses ancestrais tendem a apresentar um aumento de peso em consequência a esse gene de “acúmulo”.

A relação e o poder dos objetos

Imagina, você, em uma grande canoa, ao seu lado dezenas de nativos que bradam com lanças em mãos. O local é a Nova-Guiné, um lugar da Oceania, próximo à Austrália. Qual o motivo da gritaria? Por que os guerreiros se sentem aterrorizados? O motivo era bem claro, uma sequência de proas das canoas inimigas, as quais possuíam uma decoração cujo detalhe *estético* e significado, para aqueles homens, causava temor. Não eram as armas ou o número de seus inimigos, não eram ferimentos ou qualquer coisa que normalmente para a nossa visão de mundo se espera um ataque. Ali, aquelas proas infligiam, agiam e impunham influência sob aqueles homens. Foi com esse exemplo que Alfred Gell, antropólogo da arte, usou na sua explicação sobre a *Agência dos Objetos*, uma teoria que explora a capacidade que um objeto tem de relacionar com uma pessoa, causando impacto, influência, poder.

É uma teoria naturalmente curiosa, já que traz ação para algo tido como inanimado. Afinal de contas, como uma coisa, um objeto em minha casa pode ter influência sob mim? Mas pode! O que varia são as suas intensidades. Gell traz o exemplo contemporâneo de uma obra de arte, uma pintura de Vênus, deusa da mitologia grega que, na obra, representava um ideal de corpo feminino. Essa pintura, em 1914, foi esfaqueada por uma manifestante feminista, pois aquele quadro exercia sob a mulher algo a mais do que uma tela pintada.



Figura 17: Tábua de proa de canoa, Baía Milne, Massim, Papua-Nova Guiné, Museu de Arte de Honolulu. Fonte: Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/conceito/arte-alfred-gell>, acessado em junho de 2019.

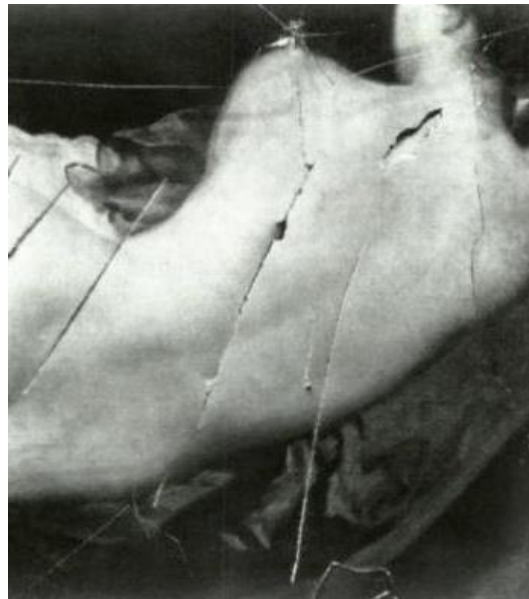


Figura 18: Fotografia dos cortes no quadro de Vênus ao Espelho, do pintor espanhol Diego Velázquez (1599-1660). Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f0/Richardson-Venus.jpg>, acessado em maio de 2024.

A ideia principal, que quero enfatizar, é que os objetos não são entidades passivas, mas agentes ativos – daí o nome da teoria “Agência dos Objetos” –. Os objetos, em certa medida, são capazes de moldar as relações sociais, como também são moldados por elas. Eles carregam consigo uma espécie de poder, um significado intrínseco que as pessoas veem neles, que podem ser significados de memória, de valores ou históricos, que são capazes de influenciar profundamente a vida das pessoas que os possuem, fazem uso, ou mesmo, os veneram.



Figura 19: Acima, ilustração de uma cerimônia tupinambá, em 1550, no litoral brasileiro. Na imagem, os indígenas portam em mãos os maracás, um tipo de instrumento com forte carga ritualística e religiosa para os nativos. Foi observado e descrito por diversos viajantes na época, como Jean D'Lery e Hans Staden. Abaixo, à esquerda, jovens alemães encantados na exposição do busto da grande esposa real do faraó Akenátton, a rainha Nefertiti. Abaixo, à direita, visão de observador da estátua de Prima Porta do imperador romano Otávio Augusto. Quando os romanos iam ao fórum e passavam por ela, reverenciavam, portavam e falavam como se o próprio soberano estivesse ali, ante a eles, tratava-se de um objeto que exercia grande poder. Fonte: Gravura. Theodorus de Bry (1528-1598), em *America*, volume 3 (1590-1634); disponível em: <https://www.instagram.com/p/B5mmRahFkuP>, acessado em dezembro de 2019; disponível em: <https://www.instagram.com/p/BwmWqYdA86z>, acessado em novembro de 2019.

E afinal, qual o sentido de expor sobre isso neste livro? A resposta é simples: arqueologia. A arqueologia analisa objetos, artefatos como evidências de seres humanos, logo explorar as relações de elementos materiais com as pessoas é valioso e caro para os pesquisadores, como também auxilia a compreensão do passado. O que nos é legado do passado não são cartas e testemunhos, mas vestígios e artefatos deixados por esses homens e mulheres.

Quando trabalhamos com base em artefatos, sítios arqueológicos e elementos do ambiente desses sítios, esbarramos em diversos entraves na pesquisa. É natural precisar de ferramentas mentais para compreender a vida das pessoas que viveram em nossa região no passado. Se não temos mais suas palavras para ouvir, resta-nos estudar seus vestígios, mas não apenas por eles mesmos. Podemos também recorrer às relações dessas pessoas com os objetos que as cercavam. No entanto não podemos imaginar que os homens do passado teriam a mesma percepção que nós temos de algo ou usariam os utensílios da mesma forma que atribuímos funcionalidade a eles.

Nas redondezas de Lavras, em Minas Gerais, as pessoas que aqui habitaram usaram diversas coisas que hoje, nós arqueólogos, chamamos de artefato. Esses objetos antigos, vasilhas em cerâmica ou mesmo almofarizes líticos (instrumentos em rocha para moer) eram algo do dia a dia de aqueles antigos lavrenses. Muitas cerâmicas aqui presentes possuem traços, que são caracterizados como pertencentes de outras localidades, elementos de culturas de indígenas de outra região, mas essas influências culturais que estiveram gravadas e expressas, nas sutilezas das técnicas de fazer um bote de cerâmica, foram necessárias para revelar algo importante sobre essas pessoas, como diz o arqueólogo britânico Chris Gosden:

“As pessoas criavam a si mesmas e definiam-se socialmente por meio dos objetos que confeccionavam e usavam, descobrindo novas dimensões de humanidade. É, em essência, a variedade de dimensões humanas o que nos interessa; a pré-história é o período em que tantas dimensões foram exploradas e expandidas” (GOSDEN, 2019, p. 39-40).

A teoria de Alfred Gell possui a capacidade de nos convidar a repensar o passado e as relações antigas entre humanos e objetos, que eram encarados como meros produtos inanimados. Ao compreendermos a agência dos objetos, é possível desvendar uma nova paisagem, nas janelas do passado, um recorte de riqueza e complexidade das sociedades que um dia existiram.



Figura 20: Detalhe da ilustração, mulheres tupinambás utilizam vasilhas e potes cerâmicos na preparação de alimentos. Muitos dos artefatos que possuímos hoje eram objetos do cotidiano tal como representado nessa xilogravura. Fonte: Gravura. Theodorus de Bry (1528-1598), em *America*, volume 3 (1590-1634).

Referências bibliográficas

⇒ Sobre simbolismo e cosmovisão

ELIADE, Miceia. **Mito e realidade**. Ed. Perspectiva, 2019.

MACIEL, Lucas da Costa. 2019. "Perspectivismo ameríndio". In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/conceito/perspectivismo-amerindio>

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo, **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**, São Paulo, Cosac Naify, 2002

⇒ Sobre sociabilidade

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Ed. UNB, 1992.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira: a pré-história e os verdadeiros colonizadores**. Archaeo, 2019.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. Editora Record, 2015.

⇒ Sobre a adaptação e migrações

FUNARI, P. P. A., e NOELLI, F. S. **Pré-história do Brasil**. Editora Contexto, 2002.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Ed. UNB, 1992.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira: a pré-história e os verdadeiros colonizadores**. Archaeo, 2019.

KRAUSE, Johannes; TRAPPE, Thomas. **A jornada dos nossos genes: uma história da humanidade e de como as migrações nos tornaram quem somos**. Sextante, 2022.

VALLS, J. 1997 O gênero *Arachis* L. (Leguminosae): importante fonte de proteínas na pré-história sul-americana? **CENARGEM/ EMBRAPA** (reproduzido em *Arqueologia em conexão*), 11 p.

⇒ Sobre a agência dos objetos

GELL, Alfred. The Technology of Enchantment and the Enchantment of Technology. In: J. Coote e A. Shelton (eds.), **Anthropology, Art and Aesthetics**. Ed. Clarendon Press, Oxford, págs. 40-63. 1992.

GELL, Alfred. A rede de Vogel, armadilhas como obras de arte e obras de arte como armadilhas. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais**. Rio de Janeiro, N. 8, págs. 174-191, 2001.

GELL, Alfred. **Arte e Agência: uma teoria antropológica**. São Paulo: Ubu Editora, 2018

GOSDEN, Chris. **Pré-história**. Porto Alegre: L&PM, p. 39-40, 2019.

GOSDEN, Chris. What do objets want? **Journal of Archaeological Method and Theory**, págs. 193-211, 2005.

PEDROZO, Gabriel Arriel. Por uma arqueologia em Lavras. **Revista do Patrimônio Cultural de Lavras**, Ano I, n. 1, Lavras, p. 2020.

3 CONTANDO UMA HISTÓRIA POR MEIO DOS ARTEFATOS



Era uma daquelas manhãs quentes de quartas-feiras. Mas o local em que acabava de entrar era climatizado e, a julgar a sua extensão, ameno. Estava adentrando aquilo que chamam romanticamente de “o porão do museu”, expressão muito aplicada ao Louvre. Mas aqui a palavra “porão” não cabia em qualquer forma, era um ambiente grande, com imensas prateleiras, móveis por alavancas rotativas e, à medida que seguia a minha anfitriã, mais ficava boquiaberto. Na época, eu era apenas um estagiário de graduação e a pessoa que me conduzia era uma professora emérita com mais de 40 anos na área. Tratava-se de uma grande oportunidade, mas o que mais me deixou impactado não foi a diversidade dos objetos de diferentes países, inclusive até um sarcófago ali havia! Mas o que me impressionou foi um objeto em particular, em meio a tantas prateleiras, a senhora tirou das gavetas uma adaga e, ao pegá-la, fui avisado do seu fio, sim, após milênios, ela ainda estava afiada, conservava a

funcionalidade e, ainda, um resultado concreto da ação de uma pessoa que viveu em milênios atrás. Como poderia aquela figura ainda ferir-me? A lâmina, embora tenha atravessado eras, é tanto do passado quanto do presente, pronta para me cortar com facilidade. Como sobreviveu ao longo do tempo? O rosto e as mãos daqueles que a empunharam são um mistério, mas sua intenção, insculpida na arma, permanecia incólume, sua letalidade ainda vivia.

Finalmente chegamos ao momento no livro que vou explorar sobre os artefatos e arqueologia, a partir da qual falar a respeito dos povos que um dia habitaram nas cercanias de Lavras. Talvez o leitor possa ter pensado que o livro começaria aqui, mas busquei discorrer sobre o “tempo” e as “pessoas do passado”, como uma espécie de introdução para o conteúdo que virá a seguir destas páginas.

O que é arqueologia?

Responder a essa pergunta pode parecer uma tarefa simples, bem tranquila, bastando dizer: “É o estudo dos fósseis!” ou “É o estudo das coisas antigas, dos vestígios!”. Mas não. Primeiro, os fósseis. Fósseis são vestígios de organismos vivos petrificados, e a área de estudo dos fósseis é uma ramificação das ciências biológicas e da geologia: a paleontologia, inclusive a responsável em estudar os dinossauros, uma das tantas formas de vida do passado. Mas e a arqueologia? “É o estudo das coisas antigas, dos vestígios!” Não apenas e por um simples motivo. Existe arqueologia sem a escavação, realizando pesquisas e análises de artefatos em laboratório, ao mesmo tempo que também existe arqueologia investigando vestígios de plantas – chamados *fitólitos*⁵ – que se encontram associados aos antigos humanos que cultivaram antigos vegetais. Esse tipo de análise pode ocorrer desde no Mediterrâneo com uma vinha – para produzir uvas – ou no Brasil com araucárias e milho.

Portanto, vemos que arqueologia não se trata dos dinossauros, nem de grandes escavações cheias de aventuras. Boa parte da pesquisa é realizada em laboratório, analisando grandes coleções de artefatos, em muitos casos fragmentados. E os *artefatos* são o objeto de estudo da arqueologia, tratando-se, de forma básica do produto da técnica e da ação humana, logo arqueologia investiga enquanto ciência elementos materiais produzidos (ou relacionados) por seres humanos, como vemos na imagem a seguir.

⁵ Que no último capítulo iremos explorar melhor.



Figura 22: Exemplos de objeto de estudo da paleontologia, um fóssil de um antigo animal, como um dinossauro ou outra forma de vida; e da arqueologia, um artefato, no caso uma estatueta sumeriana, escavada por Sir Leonard Woolley. A semelhança é que ambos estejam, às vezes, soterrados, porém suas origens são diferentes, uma natural e outra antrópica. Fonte: <https://www.ikessauro.com/2009/09/sauropode-nigeriano-finalmente-e.html>, acessado em maio de 2024/ <https://apaixonadosporhistoria.com.br/texto/81/leonard-woolley-e-a-escavacao-das-tumbas-reais-de-ur>, acessado em maio de 2024.

Responder à pergunta “O que é arqueologia?” é semelhante a responder “Até onde vai o jornalismo no passado?”. Um jornalista pode escrever sobre a Queda do Muro de Berlim, em 1994, ou isso é tarefa de um historiador? Onde está a fronteira? Onde começa o trabalho do historiador e termina o do jornalista? Essas distinções não são muito bem definidas atualmente. Em muitas áreas das ciências humanas, como a geografia, fica difícil, inclusive, definir o que é a própria disciplina. Isso ocorre tanto pelo seu amplo leque de atuações, quanto pela relativização teórica e conceitual, que atinge suas atividades, fazendo algo que estava restrito a um setor estar presente em outro, como o historiador estudar uma *História do Presente* e ocupar o mesmo reduto temporal que o jornalista.

Não é algo exclusivo da arqueologia ou da história. Contudo, independentemente dos devaneios, é necessário abraçar uma resposta, mesmo que ela ainda não agrade a todos os arqueólogos, os quais ainda não chegaram e nem parecem querer estar em um consenso.

Uma definição interessante foi dada em uma entrevista pelo arqueólogo Martial Raimond Pouquet, um antigo professor de graduação: *“Nessas últimas décadas, trata-se do estudo da vida de pessoas, das relações de comportamento social, dos aspectos culturais, tendo por base os objetos e os seus ambientes contextuais”* (grifo meu) (ARQUEOLOGIA EM FOCO, 2015).

Quando vemos um conceito, é importante analisar por partes, então vamos lá. *“Nessas últimas décadas, trata-se do estudo da vida de pessoas (...)”*, significa que é uma ciência que visa analisar as pessoas, ter informações sobre elas, nisso já difere dos fósseis e dos dinossauros. *“(...) das relações de comportamento social, dos aspectos culturais (...)”*. Aqui, vê-se que a arqueologia busca entender os aspectos sociais e culturais das pessoas, o que a aproxima dos objetivos da antropologia. Após compreendermos que a arqueologia busca observar o social e o cultural das pessoas, devemos considerar os meios pelos quais ela visualiza esses elementos humanos. E aí reside o cerne da questão: *“(...) tendo por base os objetos e os seus ambientes contextuais”*, ou seja, a arqueologia vai recorrer aos artefatos para analisar a cultura, o social e tantas outras coisas do humano, além de recorrer aos artefatos, aos ambientes contextuais, os quais também são de grande importância (que serão abordados no início do próximo tópico!).

Dessa forma, a arqueologia não analisa o artefato somente pelo artefato, ela tem objetivos. O ofício do arqueólogo não se trata de executar avaliações de uma peça de leilão, ou efetuar uma engenharia de materiais. Longe disso, os arqueólogos almejam atribuir contexto histórico, social e cultural aos artefatos que são encontrados. Dessa feita, como ilustrado na imagem abaixo, os arqueólogos, de maneira geral, chegam aos artefatos, a fim de analisá-los para conseguir alcançar – neste caso no passado – informações sobre aqueles que um dia existiram.



Figura 23: Colagem de imagens que ilustram o processo de pesquisa em arqueologia pré-colonial, que consiste em recorrer a artefatos, soterrados ou em uma coleção, analisá-los em laboratório e produzir conhecimento a respeito dos povos indígenas que existiram no Brasil. Fonte: <https://marioadolfo.com/colecao-de-pecas-do-amazonas-foi-destruida-por-incendio-no-museu-nacional/>, acessado em maio de 2024/ <https://classificados.folha.uol.com.br/empregos/959157-arqueologo-esta-em-falta-no-mercado.shtml>, acessado em maio de 2024/ Litografia “Os Puris na Floresta” de Maximilian Von Wied- Neuwied (1782 - 1867), séc. XIX”.

Arqueologia e os vestígios

Já expus brevemente sobre a origem da arqueologia (Capítulo 1) e, agora, um pouco da sua definição, mas já pensou como os artefatos chegam até nós? Os artefatos, como já disse antes, são objetos que transcendem temporalidades, viajam pelo tempo e chegam até hoje. E, portanto, são dessa forma, algo paradoxal, ao mesmo tempo que são um testemunho vivo do passado, um eco daquele tempo e, também, são e estão no presente. E essa

condição, muitas vezes, é ignorada por diversos arqueólogos. Mas pensar como objetos no *hoje* – além de ser algo lúcido – ajuda a compreender a sua história. Não me refiro a uma história do passado, a uma data específica quando o tal artefato foi confeccionado, mas todo o seu trajeto, ao longo do tempo, com suas marcas e intemperismos dos séculos até o seu significado e representatividade no hoje. Seria uma espécie de uma *biografia do objeto*, um conceito teorizado pelo arqueólogo britânico Michael Brian Schiffer.

Logo como são formados os vestígios arqueológicos? Cada local tem seu contexto específico, uma antiga aldeia indígena na Amazônia pode estar encoberta pela densa floresta e ser revelada pelo sensor LIDAR, mas extremamente afetada pelo forte intemperismo que rege os trópicos; ao mesmo tempo outro sítio pode estar resguardado, em uma gruta de calcário por milênios e ali sujeitos a outras dinâmicas quer elas de preservação ou mesmo de degradação. Em ambos os casos, quer seja em distintos ambientes, a matéria orgânica sempre degrada. Em ambientes anaeróbicos, isto é, com baixa presença de oxigênio, como os pântanos que conseguem preservar vestígios humanos, como o homem de Lindow na Inglaterra, ou mesmo as estacas submersas que formam as fundações da cidade de Veneza, encontram-se em maior preservação que estivessem fora de seus ambientes. A mesma coisa com um livro, se for deixado fora de sua casa, ao relento, exposto ao sol e à chuva, ele logo pereceria, porém, se mantê-lo numa estante, em um quarto arejado e sem poeira, o livro durará décadas e séculos! O mesmo acontece para uma série de possíveis vestígios humanos, os quais seguem dinâmicas de perdas de informação. Todavia nem tudo é negativo, mesmo que as coisas tendem, de maneira geral, a se deteriorarem, consumidas pelo tempo, ainda assim, os pesquisadores, conseguem obter informações justamente com a própria passagem do tempo e a deterioração de uma peça. Logo nem tudo é negativo, ganham-se informações, com o passar do tempo, como dados de uma *cronologia relativa* por meio da sua estratigrafia. Veja a ilustração a seguir.

Além da preservação e da relação de perda e ganho de informações, vamos explorar os quatro principais tipos de artefatos, encontrados no Campo das Vertentes, concomitantemente, nas cercanias de Lavras. São eles, a cerâmica, os instrumentos líticos, as pinturas rupestres e os solos antrópicos.

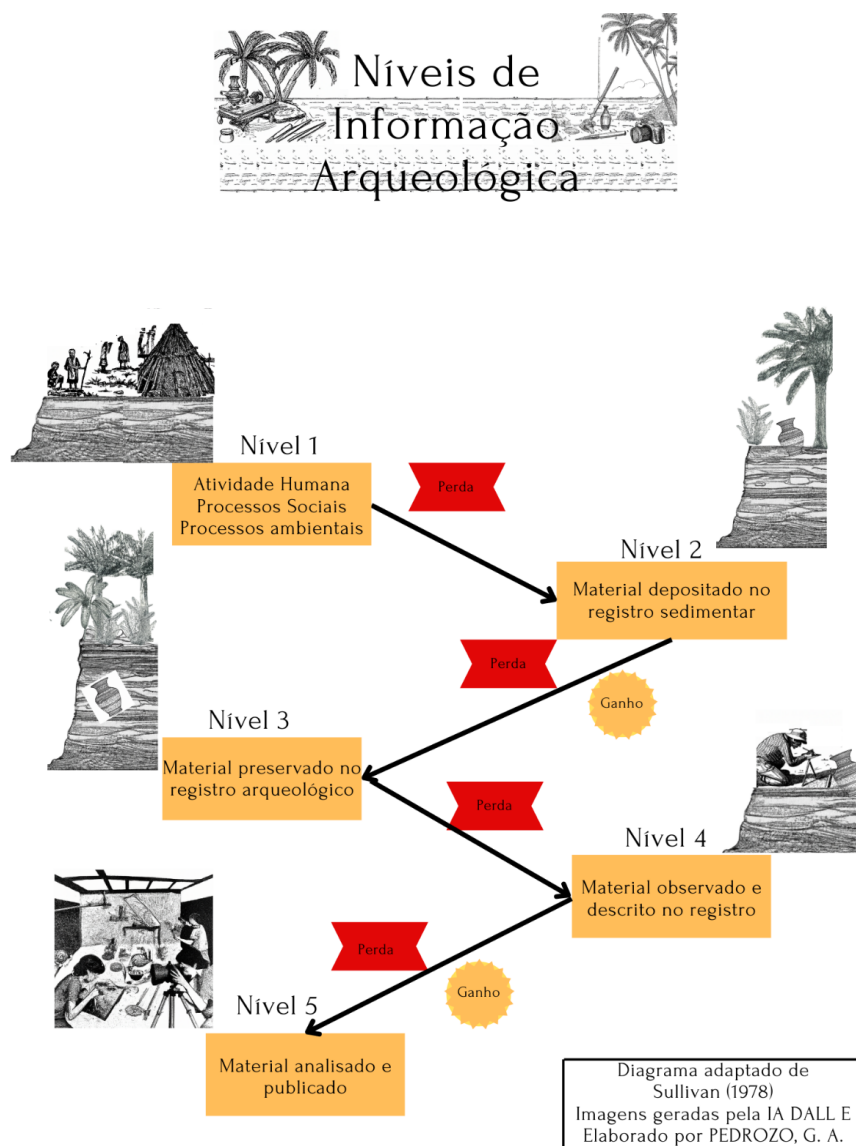


Figura 24: A dinâmica de perda e ganho em um sítio arqueológico. Desde o seu começo, quando ainda era um agrupamento humano, segue com seu abandono, depois é imerso no solo e, após muito tempo descoberto e escavado, por fim, analisado. Fonte: Elaborado por (PEDROZO, 2024, p. 157) e adaptado de Sullivan (1978).

E por que logo esses quatro? Evidentemente existem muitos outros, porém, como estamos analisando um passado que antecede a colônia, em uma sociedade não industrializada diferente da nossa – em que há uma abundância assustadora de objetos e bens consumíveis – essa sociedade do passado era regida por outras dinâmicas. Com a ausência de itens industrializados (presentes desde o Brasil Republicano e final do Império) e manufaturados (que vigoraram no Brasil Colônia e início do Império) o Brasil Antigo ou Pré-Colonial, com a sua miríade de centenas de milhares de indígenas, que produziram e deixaram toda uma variedade de artefatos, esses vestígios são, por natureza, um reflexo da sociedade e dos recursos disponíveis e técnicas conhecidas de seus artesãos. Imagine uma aldeia, nas proximidades do rio Grande, com as ocas de palha e pilares de madeira, as canoas às margens, amarradas com cordas trançadas ou dispostas para fora d'água, o que poderia resistir ao tempo? Todos esses elementos são perecíveis. Apenas as suas vasilhas confeccionadas em cerâmicas, suas ferramentas em rocha, o solo em que eles produziram ficam como testemunho da sua existência. Já o restante, seus possíveis cores, pulseiras e tantos outros ornamentos e tantas coisas nunca saberemos e foram todos efêmeros, perdidos e consumidos pelo passar do tempo.

A cerâmica

A cerâmica, chamada de “*clássico dos clássicos*” dos arqueólogos, possui, como o nome diz, uma tradição de análise desde os primórdios da arqueologia. E o motivo dela ser um clássico encontra-se justamente na natureza quase “indestrutível” com o tempo. Já que, após a argila se tornar cerâmica, por meio de um processo de queima em altas temperaturas, algo em torno dos 600 a 800 graus, a “argila vitrificada” nunca mais se torna perecível na natureza. Portanto toda cerâmica produzida por qualquer ser humano, em qualquer época, pode ser encontrada! A questão vai ser o seu estado de integridade, pois, dependendo, ela pode estar tão degradada, tão quebrada, que restará apenas o seu pó, em tamanhos de grãos que, na prática, desaparecem no terreno.

Essa sua natureza imperecível, trata-se de algo fantástico aos arqueólogos, que querem estudar essas sociedades antigas, mas um grande problema para certos povos do passado. Os romanos, por exemplo, são conhecidos por sua monumentalidade, tratava-se de uma sociedade, sobretudo, a partir da República Tardia, extrativista e com grande produção de mercadorias – inclusive, historiadores do séc. XIX acreditavam que eles tinham condições de efetuar uma Revolução Industrial, algo descartado hoje. Essa grande

produtividade que abastecia a grande malha comercial da república (e depois o império) exigia grandes olarias, e o produto dessas olarias, com os milhões de potes produzidos, não iriam desaparecer, resultando em grandes “lixões arqueológicos”. E, sim, eles existem no meio de cidades, como o Monte Testaccio, em Roma.



Figura 25: Colagem de imagens do Monte Testaccio, constituído de milhões de fragmentos de cerâmicas. Fonte: <https://talesoftimesforgotten.com/2021/04/10/monte-testaccio-a-literal-mountain-of-ancient-roman-trash/>, acessado em maio de 2024./ <https://sovrintendenzaroma.it/content/cosa-fai-oggi-monte-testaccio-e-il-suo-cuore-di-cocci>, acessado em maio de 2024.

Então, o que encontramos nas cercanias de Lavras, bem como no Campo das Vertentes? Naturalmente, não havia romanos por aqui e nem uma

sociedade com proporções monumentais, logo os seus vestígios serão das mesmas escalas de quem vivia nesse cenário, oriundo de diversos assentamentos indígenas que tinham como provável forma principal de subsistência a horticultura e pesca, tendo em vista os artefatos remanescentes.

São povos que estiveram sujeitos a outros processos históricos, outras pressões e circunstâncias em relação àqueles que estavam no Mediterrâneo. As dinâmicas dos grupos ameríndios do Brasil resultaram, a depender do período, em comunidades de caçadores-coletores ou em aldeias. Esse último grupo é o mais presente, nas cercanias da região, e as cerâmicas que são encontradas, estima-se, que lhes pertença.

Esses artefatos podem ser desde grandes vasilhas inteiras usadas, para sepultar indivíduos da comunidade – urnas funerárias – ou pequenas vasilhas. Contudo grande parte encontra-se bastante fragmentada, sendo, em último laudo de prospecção realizado, apontando para -25% de preservação em todos os sítios arqueológicos pré-coloniais na localidade.

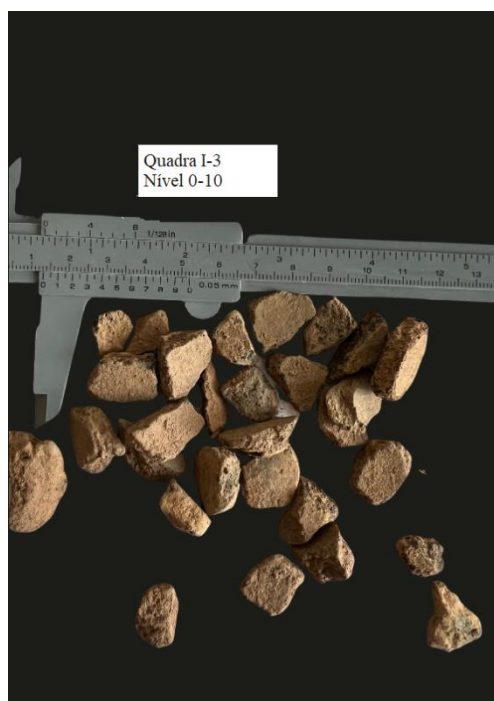


Figura 26: Artefatos cerâmicos com alto nível de fragmentação, algumas classificações arqueológicas consideram como “material residual”. Mas trata-se de uma condição bastante frequente dos artefatos, em uma das coleções provenientes de um sítio arqueológico, no município de Ribeirão Vermelho. A referência *quadra* diz respeito à quadricula de procedência, na escavação que aquelas peças possuem, e *nível* refere-se à profundidade no solo em que os artefatos estavam. Dessa forma, consegue-se inferir um “mapa 3D” do sítio arqueológico e a posição de origem. Fonte: (PEDROZO, 2024, p. 119).

Mas os artefatos cerâmicos presentes na região não são apenas meros cacos de potes quebrados. Eles possuem uma infinidade de atributos, dentre os

quais, alguns, vale a pena destacar. E, por meio desses atributos, conseguimos obter mais informações dos antigos ceramistas.

Todo objeto criado pelo ser humano carrega traços do seu artesão e, conseqüentemente, da sua cultura. É como se esses traços estivessem impregnados no objeto, mesmo que, à primeira vista, isso não pareça evidente. Com o passar do tempo e a variação dos estilos, percebemos como cada objeto é uma expressão de sua época. Desde relógios de pulso até um simples pente, todos carregam os traços de suas épocas. Basta comparar um relógio dos anos 1970, outro dos anos 1980 e um atual para perceber as mudanças. Exemplos marcantes dessas transformações podem ser vistos nas roupas e nos carros, que se alteram com o tempo, à medida que os estilos e as gerações mudam e sucedem.

Essas mudanças nos objetos também são percebidas nesses povos antigos que habitaram no que hoje viria a ser o Brasil. E, sim, os potes de cerâmica que os indígenas faziam possuem estilos, formas e decorações que se modificam com a passagem do tempo. Os arqueólogos conseguem ver nuances de uma geração à outra e criam uma cronologia. Trata-se de técnica chamada de *seriação*, a qual consiste em construir uma linha cronológica, por meio das alterações sofridas pelos objetos, em cada geração decorrida. Infelizmente, em muitos casos, o grau de degradação dos sítios arqueológicos de uma região é tamanho que não se consegue reconstruir um padrão de peças suficiente para tecer uma linha cronológica básica.

A seriação, como alguns já puderam ter deduzido, é uma ferramenta de datação. Consegue-se estimar uma datação relativa, por meio da seriação, já que se sabe o período a que aquele “estilo” pertence. Chama-se datação relativa, uma vez que é inferida uma data aproximada, diferente da datação absoluta, cujas técnicas trazem um ano mais exato para a peça.



Figura 27: Mudanças nos estilos de roupas ocidentais ao longo do Século XX. Abaixo, gerações do mesmo tipo de carro. Essas alterações refletem tendências sociais e culturais de suas épocas, ao mesmo tempo que se consegue estimar a data da sua fabricação somente por seu estilo “Este carro é desse ano” ou “Este carro é dos anos 90”. Fonte: <https://histericahistoria.blogspot.com/2018/04/uma-analise-da-moda-parte-1-historia-de.html>, acessado em maio de 2024/ https://www.reddit.com/r/carros/comments/1ap0xdz/evolu%C3%A7%C3%A3o_das_marcas_1930atual_qual_sua_d%C3%A9cada/, acessado em maio de 2024.

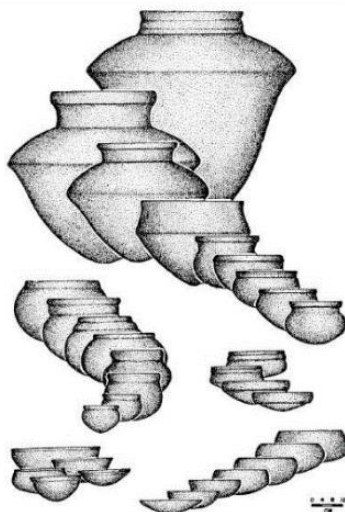


Figura 28: Tipos de formas de cerâmicas tupiguarani dispostas em série. Fonte: SCHMITZ, P.I., Migrantes da Amazônia: a Tradição Tupiguarani, 1991.

Os tipos de artefatos cerâmicos no Campo das Vertentes

E quais são os “estilos”, as características marcantes nesses artefatos? Para a arqueologia, a própria característica já retrata uma informação por si mesma. E, por meio dela, distingue-se das demais tendências que acompanham outros povos. No entanto é importante fazer ressalvas, pois relacionar estilo com etnia é algo delicado, dado que um povo pode adotar o estilo mais comum de outro povo. Muito do que se faz em arqueologia brasileira, especialmente no período que antecede a chegada dos portugueses, é uma investigação bastante sensível. Os povos indígenas eram muito diversos e sabemos pouco sobre eles. Em uma mesma aldeia, poderiam ser faladas várias línguas. Casamentos, como forma de aliança, traziam mulheres de outras tribos, que confeccionavam vasilhas conforme os métodos aprendidos em suas localidades de origem. As muitas guerras e conflitos que possivelmente ocorreram nesses rincões interioranos do Brasil são ocultos aos olhos contemporâneos e deixaram poucos vestígios. É na somatória de tantas variáveis que os arqueólogos tentam encontrar algum padrão, algum traço que se repete e do qual tirar um marcador técnico que indique um aspecto social e, por consequência, um elemento cultural. São muitas voltas complicadas que os pesquisadores modernos estão condicionados a fazer, em amplas extensões de território como o Brasil Central.

Durante os anos 1960, no Brasil foi estabelecido o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), arregimentado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelo *Smithsonian Institution* nos Estados Unidos da América, capitaneado pelo casal de arqueólogos estadunidenses Betty Meggers e Clifford Evans. O programa realizou milhares de viagens, entre os anos de 1966-1971. Em seguida, pelos idos de 1976, foi realizado o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica (PRONAPABA), que visava às regiões equatoriais do Brasil, clima da Amazônia Brasileira. Essas expedições buscavam identificar a maior quantidade possível de sítios arqueológicos, artefatos ou qualquer ocorrência que fosse de interesse arqueológico, tendo por objetivo a construção de um panorama geral das inúmeras culturas arqueológicas brasileiras, isto é, o mosaico de povos indígenas que aqui viveram.



Figura 29: Famosa fotografia de Betty Meggers e Clifford Evans lavando uma urna funerária no Rio Anajás, no Pará. À esquerda, Betty Meggers posa ao lado da urna, já com a tampa, em frente ao Museu Paraense Emílio Goeldi. Fonte: (SOUZA LIMA e BARRETO, 2020, p. 404).

Um dos legados do PRONAPA, sob inspiração da metodologia arqueológica norte-americana, foram justamente os conceitos de Tradição e Fase. O conceito de Tradição na arqueologia diz respeito a uma tradição de confecção cerâmica, que os povos antigos tinham, foi aquilo que mencionei acima de tentar encontrar algum padrão, um traço que, além de poder indicar a cultura, se posto em série, também, é capaz de indicar uma data. Em um livro chamado Terminologia de 1966, na página 145, define-se: “grupo de elementos ou técnicas, com persistências temporal”. Ou seja, são elementos ou técnicas que persistem por um tempo, criando uma “Tradição”, um “certo jeito” de fazer os objetos. O mesmo acontece hoje, com uma “tradição” de fabricar veículos que podem ser percebidos pelo seu acabamento. Já a Fase é uma Tradição de menor expressão.

E onde eu quero chegar com isso tudo? Existem tradições arqueológicas, no Campo das Vertentes⁶, as quais são presentes repetidamente em vários sítios arqueológicos da localidade! Indica uma ligação técnica e cultural entre os habitantes dessas localidades, sem precisar fazer uma datação

⁶ Veremos mais adiante, no próximo capítulo, que esse conceito apresenta problemas, especialmente quando aplicado às peças cerâmicas do Brasil Central e, naturalmente, também às peças cerâmicas do Campo das Vertentes.

com C14 (Carbono 14) para buscar datas de cada um deles. Não quer dizer que sejam exatamente contemporâneos, mas que compartilham de uma relativa proximidade de tempo e, sobretudo, de uma extensão de um povo específico na região.

Há duas expressivas tradições de confecção cerâmica, presentes na localidade, uma chamada de Tradição (ou Subtradição) Aratu-Sapucaí e a Tupiguarani (sem hífen).

A Tradição Aratu é um conjunto de traços semelhantes que ocorrem, no Brasil Central, estando presente nas regiões Nordeste, Centro Oeste e Sudeste, englobando os Estados do Mato Grosso, Bahia, Minas Gerais e Norte de São Paulo, por exemplo. A sua subtradição, Aratu-Sapucaí, a presente na localidade do Campo das Vertentes, segundo o arqueólogo Henriques Junior, trata-se de uma cerâmica caracterizada por vasilhames piriformes e globulares de variados tamanhos e destaca-se por haver grandes potes. Para a armazenagem de líquidos e grãos, foram produzidas pequenas vasilhas geminadas, rodela de fuso que atestam a ficção do algodão. Também, em cerâmica, foram feitos cachimbos, urnas funerárias, além de pratos e tigelas.

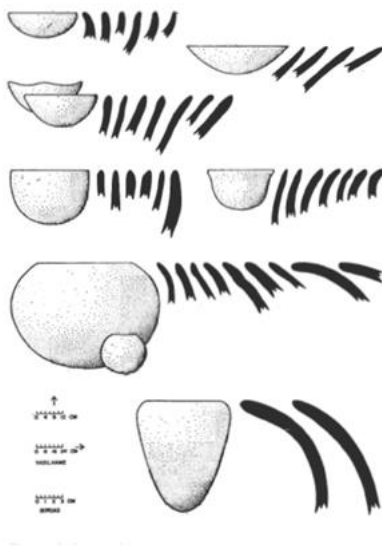


Figura 30: Morfologia das peças Aratu-Sapucaí. Fonte: (MARTIN, 2013).

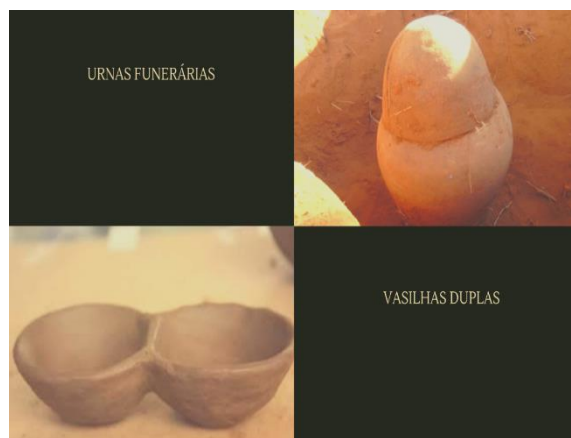


Figura 31: À direita uma urna funerária encontrada ao Norte de São Paulo, próximo ao rio Grande. E abaixo, à direita, uma réplica de uma vasilha duplicada. Fonte: <https://journals.openedition.org/confins/21188>, acessado em maio de 2024.

Além dessa maneira de confeccionar cerâmica, que é a mais presente na localidade e com ramificações, para amplas áreas do Brasil Central, existe outro grupo também presente: o tupiguarani. Diferente dos traços da Aratu e sua variação Aratu-Sapucai, que, segundo alguns pesquisadores, vincula-se a povos falantes do grupo linguístico Macro-Jê, as cerâmicas tupiguarani, por sua vez, vincula-se aos falantes do tronco linguístico Tupi, com ramificações presentes no litoral e outras regiões do Brasil (já abordado em páginas acima). As famílias linguísticas são ramificações de vários idiomas que possuem uma origem em comum, como as famílias de línguas latinas que são o português, espanhol francês etc. Já no Brasil existe uma rica variedade de línguas indígenas⁷, além das citadas Tupi-guarani e do macro-Jê.

Afora as próprias ramificações do Tupi-guarani, com um polo Guarani ao Sul – inclusive sendo a segunda língua do Paraguai – e outro ramo ao Norte, estendendo-se pelo litoral, as cerâmicas que esses antigos povos produziam tinham aspectos semelhantes entre si, apesar das longas distâncias. São peças cerâmicas que detêm como característica marcante visualmente uma rica decoração – em diferença das peças Aratu-sapucai que são peças com escassas decorações. As cerâmicas tupiguaranis são vasilhames que recebem um polimento intensivo, já destinado à aplicação da pintura, que possui motivos

⁷ O Brasil é lar de uma vasta diversidade linguística indígena, com mais de 150 línguas faladas por diferentes povos indígenas. Essas línguas pertencem a várias famílias linguísticas, como yanomami, arawak e karib, refletindo a rica e complexa herança cultural do país.

de decoração geométricos, particularmente, em cores vermelhas, pretas e, em alguns casos, a cor branca. Além dessas decorações, possuem decorações plásticas, isto é, decorações de “riscos”, na superfície do pote, como linhas incisas, pequenos montinhos um ao lado do outro, (conhecido como corrugado) e aplicação na superfície feito com a unha.

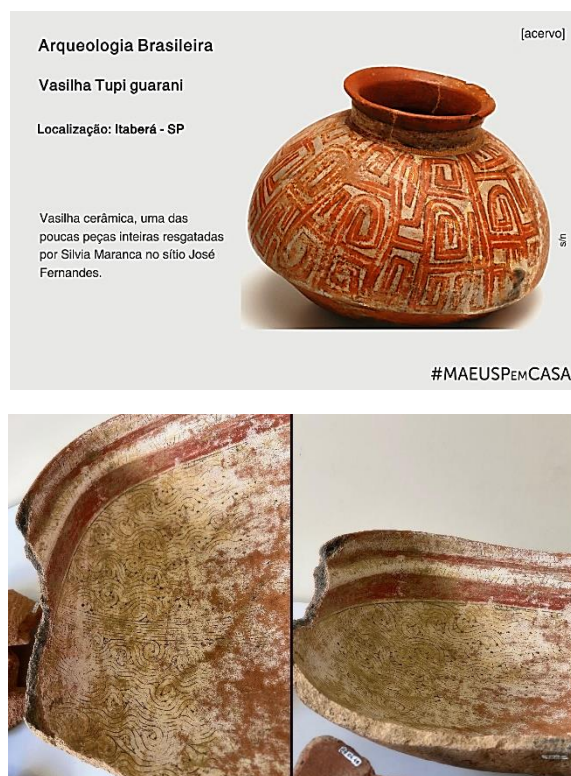


Figura 32: Acima, vasilha cerâmica tupi-guarani com alto grau de preservação e rica decoração de formas geométricas, com proveniência em São Paulo. Abaixo, fotografia com os detalhes decorados de um fragmento de uma outra vasilha; foto proveniente de uma visita técnica ao Museu de Arqueologia e Etnologia Americana (MAEA) da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais. Fonte: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1304348463238091&set=a.181503078855974>, acessado em maio de 2024/ Fotografias do autor, junho de 2023.



Figura 33: Fotografia de um fragmento cerâmico corrugado espatulado, proveniente do sítio cerâmico Palmital, do município de Ijaci, Minas Gerais. A peça apresenta outra tipologia de decoração, com incisos na superfície. Fonte: (ARKAIOS, 2004, p. 124).

Os demais tipos de artefatos na localidade: lítico, solos antrópicos e pinturas rupestres

Além do *clássico dos clássicos*, que é a cerâmica, existe, como mencionado no início do capítulo outros conjuntos de artefatos que compõe a coleção de evidências na localidade, dos quais, em nada são menores do que a cerâmica em capacidade e potencialidade de transmitir informações.

Sobre os artefatos confeccionados em rocha, chamados de líticos, junto com a cerâmica, são um tipo de vestígio bastante conhecido, sobretudo pelo público. Muitas vezes, sendo representante até mesmo de um símbolo do passado, as pontas de flecha, lança, ou os *bifaces* fazem parte do repertório de imagens de quando alguém pensa sobre a “Pré-História”.



Figura 34: Coleção de bifaces, instrumentos líticos de duas “faces” de corte. São recorrentes em ilustrações em materiais didáticos. Eram usados para uma variedade de funções, sendo considerados um “canivete suíço” do passado, os quais, em específico, são de um acervo do paleolítico na França. Fonte: <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/815448>, acessado em maio de 2024.

Para a análise dos líticos, os arqueólogos exploram diversas técnicas da fabricação desses objetos. Podem parecer simples e rudimentares, mas necessitam de uma destreza e manualidade, além do aprendizado da sequência de gestos e ações específicos de uma técnica de confecção. Não se trata de simplesmente “bater uma pedra na outra”, nem mesmo qualquer tipo de rocha é usado. Há aquelas que apresentam pontos específicos de quebra, chamados de *clivagem*, isto é, a maneira da rocha se quebrar. Um quartzo e um granito se quebram de formas diferentes, possuem clivagens diferentes. Mas, como não bastassem as especificações dos materiais, estamos lidando com seres humanos, que possuem gostos, preferências, ainda mais em se tratando de algo que envolve uma atividade laboral tão específica. Logo havia grupos que, mesmo com abundância de um tipo de rocha que permitia a fabricação desses instrumentos, eles preferiam outras rochas, mesmo que fosse mais trabalhoso encontrá-la.



Figura 35: Descrição da técnica de confecção de um biface. Fonte: <https://menrvatemplodosaber.blogspot.com/2016/>, acessado em maio de 2024.

Até agora foi explorado, de maneira breve, a respeito de líticos lascados, que consiste na remoção em lascas da rocha por meio de golpes. Pode ser utilizado um percussor, que é a outra rocha ou instrumento que se choca com a rocha desejada. Os percussores, normalmente, são mais “macios” que a rocha “base” que sairá o objeto. Tal como a imagem anterior, o sílex, é uma rocha bastante usada na fabricação de líticos, por sua clivagem, relativa durabilidade e abundância.

Os arqueólogos não apenas analisam os objetos finais dessa fabricação. Eles recorrem até de lascas produzidas para conseguir remontar toda a sequência de gestos que ali foi feita. Dessas lascas, buscam-se o tamanho e a forma, as quais fornecem pistas sobre a habilidade do artesão antigo.

Mas, há outros tipos de instrumentos líticos, cuja fabricação não consiste unicamente no lascamento. Refiro-me aos líticos polidos, extremamente comuns no Campo das Vertentes e outras intermediações da Bacia Hidrográfica do rio Grande – um dos principais rios da região.



Figura 36: Dois exemplares de lítico, um machado polido e outro lascado. (Foto editada pelo autor). Fonte: <https://www.instagram.com/grauenwulf/>, acessado em maio de 2024.

Se um é lascar, por meio do impacto, o polimento é produzido – como pelo próprio nome diz – pela abrasão ou fricção contra outras rochas. Essa técnica confere ao objeto um acabamento mais fino e resistente.

E desses objetos polidos, existe toda uma gama variada de formas, funções, decorações e de carga simbólica, como o machado semilunar, muito recorrente entre povos falantes de língua Jê. As peças se destacam, sobretudo, na região do Sul de Minas Gerais, são os machados, almofariz, virotes, entre outros. Muitos associados à agricultura, sobretudo, o almofariz de proporções maiores, relacionados ao processamento da mandioca e outros possíveis vegetais.



Figura 37: Acima, machados polidos com o cabo reconstituído; vale lembrar que a madeira se trata de algo orgânico e, por isso, mais perecível com o tempo, restando as cabeças de machado. Abaixo, fotografia de instrumentos líticos da região de Lavras, Minas Gerais, repare na presença de almofariz e machados. Fonte: <https://testnewsframes.globalvoices.org/instrumentos-rudimentares-feitos-de-pedra/>, acessado em maio de 2024/ (NÉMETH-TORRES, 2018, p. 18).

Além dos líticos, existe outra evidência que assume uma postura mais discreta e silenciosa, trata-se dos solos antrópicos. Também conhecidos por *terra preta* ou arqueossolos, são, de maneira resumida, solos modificados pela ação humana, ao longo do tempo. Portanto esses solos guardam em seus horizontes vestígios remanescentes do comportamento e atividade humana realizada sob aquele determinado lugar. Esse tipo de evidência testemunha os costumes e a organização social, bem como a maneira de ocupar espacialmente aquela área.



Figura 38: Colagem de fotografias de solo antrópico, amostras e in loco. Note, abaixo, a presença de artefatos (fragmento de cerâmica) emergidos no produto pedológico. Fonte: Fotografias do autor, Lagoa Dourada, Minas Gerais, sítio arqueológico Catauá, julho de 2023.

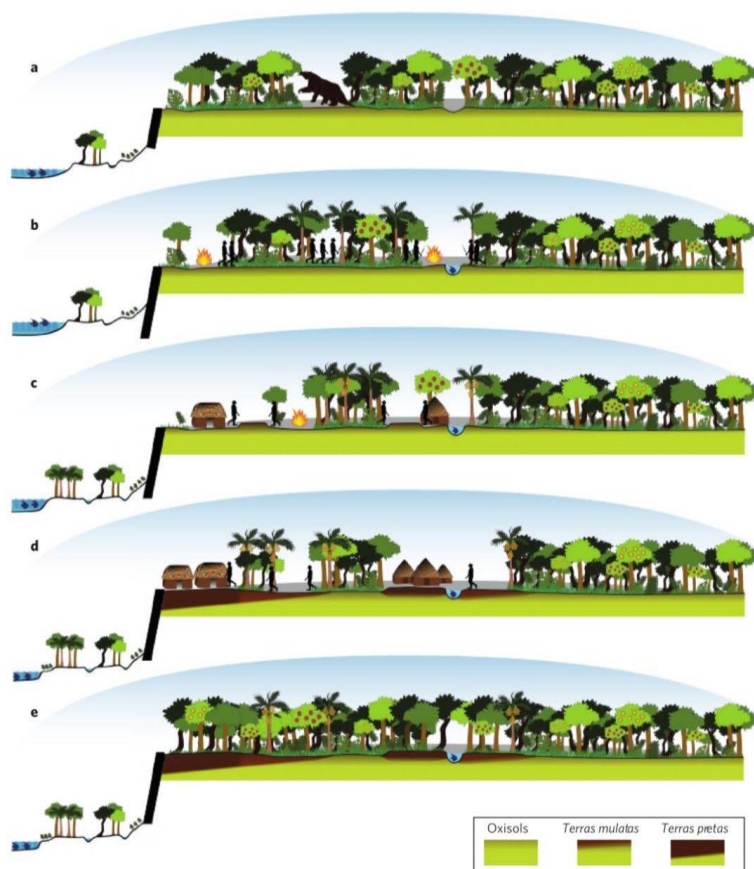


Figura 39: A ilustração traz, em perspectiva cronológica, a presença humana na paisagem, bem como as suas interações com o ambiente e o solo, particularmente, após a figura “e” com a formação de terra preta (solo antrópico). Sendo a legenda das demais ilustrações: a) Floresta tropical pré-humana com dinâmica de lacunas naturais, incluindo impactos de megafauna. b) Grupos nômades que utilizam a coleta de recursos vegetais (incluindo árvores) e animais e, quando desejável, formando brechas por queima nas florestas – sim, as pessoas, desde muito tempo, impactam na natureza, o que muda é uma projeção de escala –. c) Sedentarismo se instaura, com singelas hortas e ligeira modificação do solo. d) Aumento do sedentarismo e do crescimento populacional com a correspondente modificação do solo, parcelas da vegetação já são roçadas, impactos de cortes e queimadas e pequeno crescimento de árvores em parcelas antigas. e) Abandono que leva à regeneração florestal e ao legado de solos antrópicos. Note o papel central desempenhado pelos recursos aquáticos e ambientes aluviais para a seleção de recursos apropriados. Fonte: (ROBERTS et al, 2017, p. 4).

A pedologia, ramo da ciência que se dedica ao solo, torna-se uma ferramenta essencial nesse caso. Ela fornece todo um arsenal de metodologias e estruturas conceituais, que possibilitam um entendimento da natureza do solo. Por meio da pedologia, é possível descobrir mais detalhes sobre a intensidade e os processos de formação (pedogênese) daquele solo antrópico, isto é, identificar as atividades humanas que influenciaram e o produziram. Essas atividades podem ser a remoção da cobertura vegetal, a compactação do solo, a adição de matéria orgânica ou inorgânica. Desse modo, são esses fatores que alteram as estruturas e a composição do solo. No caso da terra preta, por meio da análise pedológica, descobriu-se o alto índice de fertilidade que esses solos proporcionavam e, ainda, proporcionam nutrientes necessários ao crescimento de plantas, como a concentração de nitrogênio e fósforo.

Já abordamos de maneira sucinta os artefatos líticos e os solos antrópicos e vamos explorar um pouco sobre um outro ícone da “pré-história”: as pinturas rupestres. As pinturas rupestres, que estão presentes no Campo das Vertentes, como também ao Sul de Minas Gerais, são consideradas de um período anterior aos sítios arqueológicos que apresentam cerâmica e instrumentos líticos. Essas manifestações de grafismo nas rochas são de uma possível outra sociedade, que habitou anteriormente e que não fazia uso da horticultura e tampouco residia em assentamentos fixos, diferente daqueles que são encontrados às margens do rio Grande. Assim, há uma sobreposição de temporalidades indígenas, podendo haver milênios de separação entre os habitantes das aldeias, nas proximidades dos rios com os autores do grafismo rupestre, mas isso não impede que possa ter existido algum tipo de interação e releituras das pinturas e grafismos na localidade, porém, ainda carece de mais estudos, sobretudo, com datações absolutas.

Seja como for, a pintura rupestre consiste de desenhos confeccionados à tinta, enquanto os grafismos rupestres são desenhos feitos, por meio de sulcos na rocha (pequenos “canais”, “veios” ou “trilhos” perfurados na rocha que formam alguma ilustração). Interessante, que essa categoria de vestígio também é organizada em *tradições*, *subtradições*, *estilos*, etc, tal como as cerâmicas, em que, de maneira básica, buscam-se os padrões, as repetições dos traços que indicam relações e tendências entre os antigos indivíduos que realizaram estas pinturas e gravuras no passado. E, curiosamente, há uma certa “tendência de pintura” que se ramifica por localidades, normalmente ocorrendo em paredes de grutas, lapas, abrigos, lajes e costões.

Como se pode perceber, em Minas Gerais, existe uma grande confluência de tradições e estilos de pinturas rupestres, destacando, sobretudo, a

tradições Planalto e São Francisco. Essa última, a São Francisco, destaca-se pela ocorrência de imagens com formas “geométricas” elaboradas, ou seja, elementos desenhados com linhas retas ou cruzadas e formas simples e com a repetição de objetos do cotidiano, como arcos, dados (pequena lança de arremesso), como também a presença de sóis (plural de sol).

Enquanto a tradição Planalto encontra-se presente nas intermediações centrais do estado mineiro, sobretudo, nas localidades da Serra do Cipó, Alto Jequitinhonha, Montes Claros, entre outras. Possui, como temática recorrente de representações de imagens de cervídeos, com cores vermelhas, porém podendo ser encontrados tons negros, amarelados e esbranquiçados nas composições das pinturas.

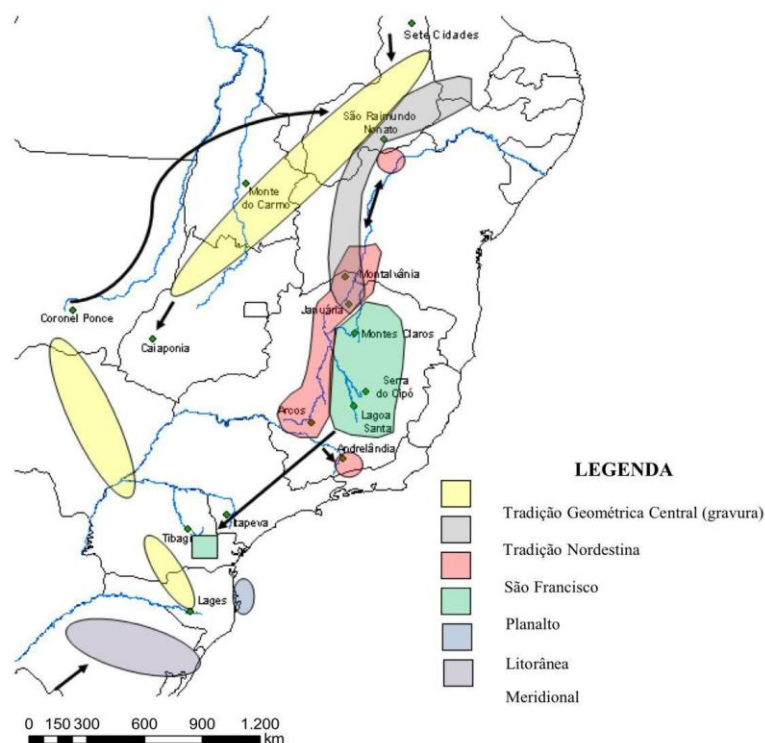


FIGURA 1: Tradições da arte rupestre brasileira
Adaptado de: PROUS, André (1992).
Elaborado por: Leonardo Cristian Rocha [2014].
DATUM: WGS 84

Figura 40: Mapa das tradições de pintura rupestre no Brasil. Fonte: (SALES, 2012, p. 25).

Nas proximidades de Lavras, há vários exemplos, como no município de Carrancas, Itutinga, São Tomé das Letras (a que se atribui o nome de “Letras” às pinturas rupestres), São João del Rei e tantas outras localidades ao Sul de Minas Gerais. Como pode ser notado na imagem abaixo, as pinturas rupestres, em Carrancas, encontram-se em relativo bom estado de preservação, tendo em vista a constância da presença de turistas e a intensidade da ocupação colonial que teve a redondeza. Trata-se de pinturas que seguem vínculos com a Tradição São Francisco, ainda mais com proximidade de Andrelândia – local de manifestação da tradição. Outro elemento de Carrancas que vale destacar são as ilustrações com formas de aranhas (chamadas de araneiformes pelos arqueólogos) e as “nuvens” com a “precipitação da chuva” em ziguezague.

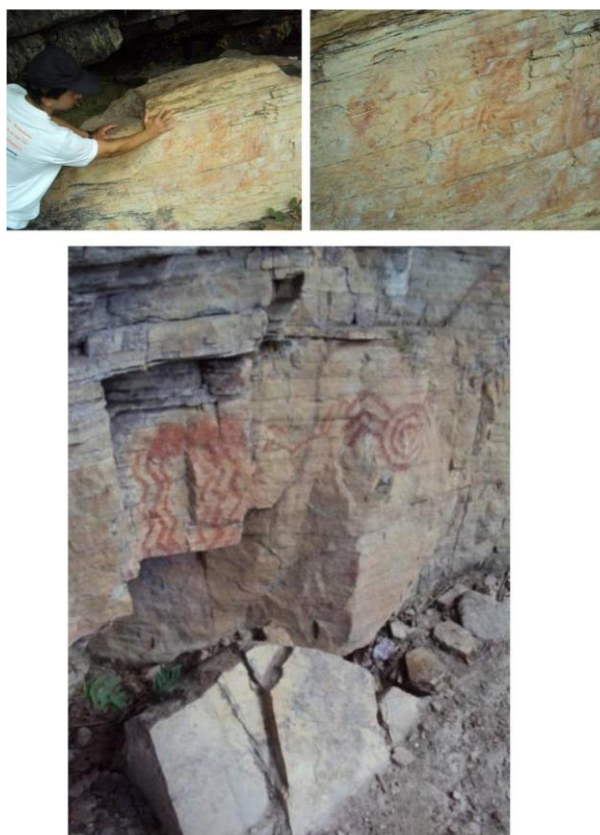


Figura 41: Pinturas rupestres de Itutinga, Minas Gerais. Note as mãos em comparação à pessoa ao lado. Abaixo, pinturas rupestres em Carrancas, Minas Gerais, com formas de araneiformes e “nuvens”. Legenda: Colagem de imagens. (SALES, 2012, p. 52, 59).

Outro exemplo próximo encontra-se no município de Itutinga. Nas redondezas da cidade, há um abrigo que contém alguns vestígios de pinturas espalhadas pelas paredes de rocha, com alto grau de intemperismo – consumidas pelo tempo, diferente de Carrancas. Uma das figuras que mais se destaca são as mãos, quer sejam pequenas, atribuindo sua proveniência de crianças, ou de tamanhos mais razoáveis no teto do local, pintadas com faixas verticais e horizontais. Por carência de mais pesquisas e de sua localização ainda não ser amplamente divulgada, a sua filiação estilística, mesmo que peculiarmente próxima à de Carrancas, trata-se de um mistério.

Referências bibliográficas

⇒ Sobre arqueologia e sua definição

ARAUJO, A G. M. **Por uma arqueologia cética**: ontologia, epistemologia, teoria e prática da mais interdisciplinar das disciplinas. Curitiba: Editora Prismas, 2019.

ARQUEOLOGIA EM FOCO. O QUE É ARQUEOLOGIA? Parte 4, com o Prof. Martial Pouquet. YouTube. Duração 3.56, Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qFH2wtPRKQw>

BRUNEAU, P; BALUT, P. **Artistique et archéologie**. Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, Paris, 1997.

THIESEN, Beatriz Valladão; POUQUET, Martial. Nem Tempo, nem Método. Nem História, nem Antropologia. O que é Arqueologia?. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 6, n. 1, 2018.

⇒ Sobre a Biografia dos objetos:

SCHIFFER, Michael Brian. **The material life of human beings: artifacts, behavior and communication**. Routledge, 2002.

⇒ Arqueologia e seus vestígios, e os solos antrópicos:

ARAUJO, Astolfo Gomes de Mello. Peças que descem, peças que sobem e o fim de Pompéia: algumas observações sobre a natureza flexível do registro

arqueológico. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Brasil, n. 5, p. 3–25, 1995.

ARAUJO, A. G. M. As Geociências e suas Implicações em Teoria e Métodos Arqueológicos. In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 3, p. 35-45, 1999.

CAMPOS, T. A. Interfaces entre Pedologia e Arqueologia: compreendendo a interdisciplinaridade entre as áreas com base em revisões bibliográficas. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 39, 2022.

DUNNELL, Robert. The Notion Site. In: ROSSIGNOL, J. e WANDSNIDER, L. (eds.). **Space, Time and Archaeological Landscapes**. Plenum Press, New York, 1992.

PEDROZO, Gabriel Arriel. **História Indígena no Campo das Vertentes**: Uma análise arqueológica da ocupação pré-colonial às margens do rio Grande (Ribeirão Vermelho, MG). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São João del-Rei. 2024.

ROBERTS, Patrick et al. The deep human prehistory of global tropical forests and its relevance for modern conservation. **Nature plants**, v. 3, n. 8, p. 1-9, 2017.

WILSON, Lucy. **The role of geoarchaeology in extending our perspective**. Geological Society, London, Special Publications, v. 352, n. 1, 2011

⇒ Sobre a Cerâmica

ARKAIOS. **Relatório Final de Escavação**, 2004.

DIAS, A. S. Novas Perguntas para um velho problema: escolhas tecnológicas como índices para o estudo de fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 2, p. 59-76, 2007.

MARTIN, G. **Pré-História do Nordeste**. 5ª ed. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2013.

PEDROZO, Gabriel Arriel. Por uma arqueologia em Lavras. **Revista do Patrimônio Cultural de Lavras**, Ano I, n. 1, Lavras, p. 2020.

PEDROZO, Gabriel Arriel. **História Indígena no Campo das Vertentes**: Uma análise arqueológica da ocupação pré-colonial às margens do rio Grande (Ribeirão Vermelho, MG). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São João del-Rei. 2024.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Ed. UNB, 1992.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**: a pré-história e os verdadeiros colonizadores. Archaeo, 2019.

SARIAN, Haiganuch. A cerâmica como documento arqueológico. **Revista de Pré-História**, v. 6, p. 195-204, 1984.

SANTACREU, Daniel Alberio. **Materiality, techniques and society in pottery production: the technological study of archaeological ceramics through paste analysis**. Walter de Gruyter GmbH & CoKG, 2014

SOUZA LIMA, Marcelle Rolim de; BARRETO, Cristiana; LIMA, Helena Pinto. História de vida de uma urna marajoara: reconectando contextos e significados. **Revista de Arqueologia**, v. 33, n. 3, p. 404, 2020.

SHEPARD, Anna Osler. **Ceramics for the Archaeologist**. Washington, DC: Carnegie Institution of Washington, 1980.

TERMINOLOGIA. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica, parte 2. **Manuais de Arqueologia**, v. 2. Curitiba: Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, 1969.

⇒ Sobre os Líticos e pintura rupestre

CAMELO, Ivanilson. Arte Rupestre Em Gado Bravo/Pb: Resquícios De Presença Indígena. **Revista Tarairiú**, v. 1, n. 20, 2022.

GASPAR, Madu. **A arte rupestre no Brasil**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2003.

NÉMETH-TORRES, G. **História Geral de Lavras, Volume I**. Lavras: Geovani Németh-Torres, p. 18, 2018.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Ed. UNB, 1992.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**: a pré-história e os verdadeiros colonizadores. Archaeo, 2019.

SALES, C.L. **A Estrada Real nos cenários arqueológico, colonial e contemporâneo**: construções e reconstruções histórico-culturais de um caminho. 308f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, Minas Gerais. p. 25, 52, 59, 2012.

SALES, Cristiano Lima. Arqueologia e história indígena em Lagoa Dourada, Minas Gerais, Brasil: primeiros passos. **Faces de Clio**, v. 8, n. 16, 2022.

4 OS ANTIGOS HABITANTES DO ALTO RIO GRANDE

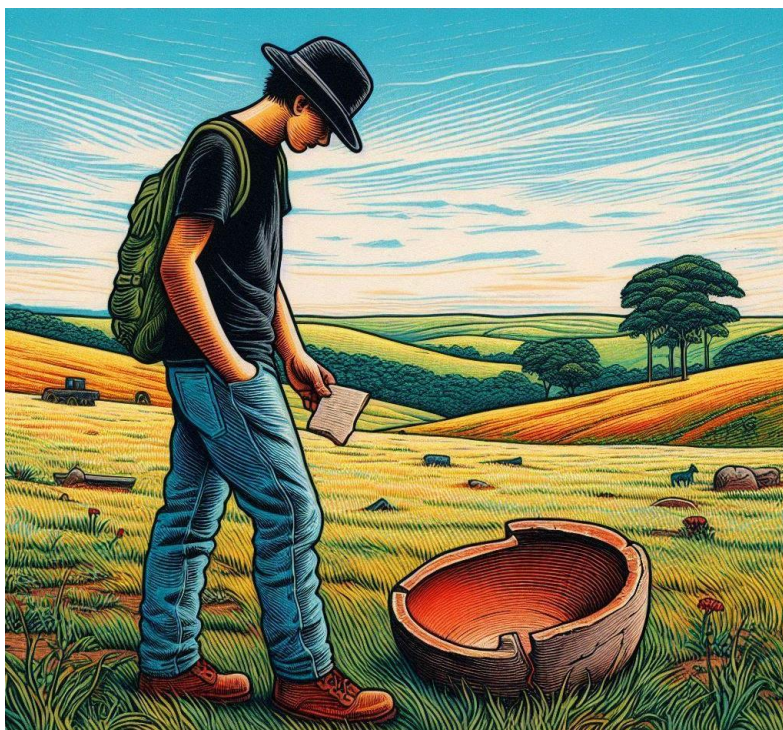


Figura 42: Um artefato solto no pasto

Não faz muito tempo, ainda era 2019, e minha tarefa era prospectar sítios arqueológicos ao redor de Lavras. Passei uma semana visitando diversas localidades, conhecendo veredas que mesmo sendo um lavrense não conhecia. Tinha voltando da minha estadia no Sul, e retornei com outro olhar que a minha formação possibilitou. As serras, os rios, os barrancos que antes eram apenas paisagem agora assumem outros significados. Estas feições possuem algo para me contar, uma história, seja ela natural ou humana. Particularmente a humana é a que buscava nestas andanças, mas o que encontrei não foi o que o formalismo que os livros pintavam. O que me deparava aos olhos era um quadro bem diferente, uma sobreposição sem fim de temporalidades. Os lugares onde eu pisava foram habitados por pessoas há vários séculos. Essas pessoas pensavam e falavam de maneira tão diferente que seríamos, uns para os outros, como seres de outro mundo. E no lugar deste mundo indígena sobrepunha os ecos de

um mundo colonial. Nas possíveis rochas onde os nativos pescavam na piracema, talvez pararam sertanistas para descansar e hoje resguardam barcos de alumínio motorizados, onde havia as matas ciliares e as possíveis plantações de milho, o espaço tornou-se pastagem, e todo aquele mundo distante, que ainda hoje tento descobrir, recai em um estado calmo e sereno de silêncio, onde as palavras já foram ditas, restando apenas seus vestígios para trás.

As condições físicas do ambiente e seus possíveis impactos no modo de vida dos antigos habitantes

Para começar este capítulo, vou explorar um pouco sobre as características físicas da paisagem, mas não aquelas que consideramos importantes, mas que os indígenas – alvo de interesse do livro – consideravam. De antemão, a principal característica identificada, para essas populações caçadoras e horticultoras na localidade, é a presença de corpos d'água, que são rios, lagos e córregos. Todos os sítios conhecidos arqueológicos cerâmicos, no Campos da Vertentes, possuem relação e proximidade com a água. E o porquê disso? Talvez o leitor já tenha em mente a resposta pela sua obviedade: a água é um recurso inestimável para um assentamento humano. Trata-se de um recurso valioso não apenas para os trópicos na América do Sul, mas para diversas localidades ao redor do globo. Exemplos incluem o Crescente Fértil, onde os povos mesopotâmicos dependiam dos rios Tigres e Eufrates, e o Egito, que se desenvolveu ao longo do Nilo. Um exemplo mais contemporâneo dessa relação pode ser observado no mapa da Europa: a maioria das capitais dos países está localizada às margens de um rio.

Além da água propriamente dita, os rios possibilitam, para esses antigos habitantes de Minas Gerais, alimento. Vale lembrar que esses povos indígenas do Brasil eram mais pescadores que caçadores, boa parte do que se supõe de seus alimentos de proteína animal vinha dos peixes, como pode ser observado pelos primeiros viajantes europeus (Jean D'Lery, Hans Staden, André Thevet, Pêro de Magalhães Gândavo, entre outros). Como se não bastasse, esse elemento da paisagem, além de grande modelador da morfologia do terreno⁸, possibilitou a mobilidade e penetração de diversos povos no antigo território brasileiro. O fluxo de pessoas, objetos, culturas, línguas pode ser apurado em algumas evidências que mais adiante vão ser exploradas. Logo, na somatória

⁸ Os rios atuam como importantes modeladores da morfologia do terreno, esculpindo vales, planícies aluviais e deltas ao longo do tempo. Pelos processos de erosão, transporte e deposição de sedimentos, os rios modificam paisagens, influenciando a formação de solos e ecossistemas.

desses fatores, a hidrografia de uma região é um importante elemento para buscar compreender um pouco sobre a vida desses povos antigos.

No título do capítulo está escrito “Alto rio Grande”. Mas, afinal, o que seria o Alto, Médio e Baixo rio Grande? Para responder a essa pergunta, basta olhar onde se encontra a nascente e a foz (onde desagua ou termina) do rio. Logo são consideradas dezenas de municípios do Campo das Vertentes como localizados próximos à nascente e, por isso, suas localizações em relação ao rio é no Alto curso, em outras palavras, encontram-se no Alto rio Grande. E o “alto” é alto? Sim, os rios normalmente nascem em uma posição mais elevada e correm de uma posição mais alta no relevo para uma mais baixa, terminado, em tese, no mar cuja altitude é considerado o marco zero.

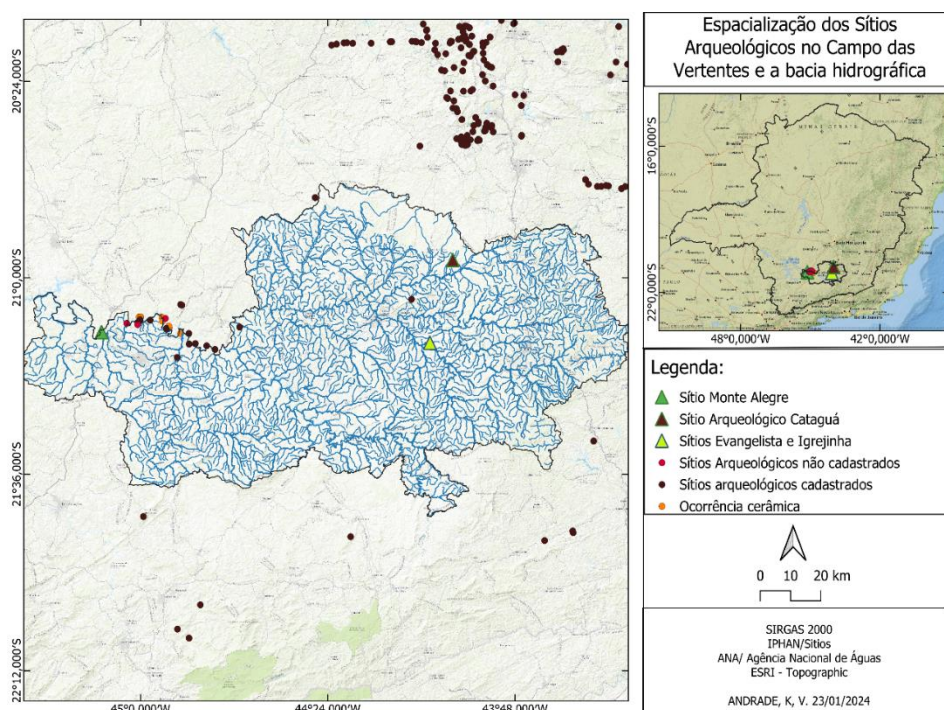


Figura 43: Mapa de sítios arqueológicos no Campo das Vertentes e a bacia hidrográfica do rio Grande. Fonte: Autor.

Nesse mapa do Campo das Vertentes há espacialização dos sítios arqueológicos em relação à Bacia Hidrográfica do rio Grande. Note que, à esquerda (Oeste), há um triângulo verde, que representa o sítio Monte Alegre, no

município de Ribeirão Vermelho e, ao seu lado, uma sequência de outros sítios arqueológicos abrangendo os municípios de Perdões, Lavras, Ijaci, Bom Sucesso e Ibituruna (área que vou explorar mais neste subcapítulo). Já mais ao Leste, à direita do mapa, há o sítio arqueológico Evangelista, Igrejinha (em Prados) e o Cataguá (em Lagoa Dourada). Repare que todos eles se encontram próximos ao rio ou de uma ramificação dele (em azul) e que, nas cercanias de Lavras, existe uma concentração de sítios arqueológicos. Trata-se de uma coincidência? Naturalmente, não. Há um contexto de prospecção intensa por parte da empresa que realizou o licenciamento ambiental da Hidrelétrica do Funil, isto é, quando da construção da represa, contrataram uma empresa de arqueologia, para salvar os artefatos, que poderiam ser afetados na inundação e, assim, encontrou-se essa quantidade de sítios arqueológicos. Isso significa que, a montante do rio, (subindo rio acima, em sentido Leste), pode haver mais sítios arqueológicos, ao mesmo tempo que, ao descer o rio, a jusante, também podem haver mais assentamentos e evidências antigas de humanidade nas proximidades das margens do rio.

Outro elemento físico da paisagem que vale de nota se trata justamente do relevo. Como, em muitos casos, uma posição mais alta confere uma localização estratégica, em uma época que não existia, na região, Estados (governos e países), que visam proteger seus cidadãos. Logo os indígenas que residiam nessas intermediações valiam-se uns dos outros, dependiam da própria tribo para sua defesa. Naturalmente, estar em uma tribo lhe confere uma enorme liberdade comparada a nós, cidadãos de países, porém eles estavam sujeitos a perigos de outros povos. Contudo vale notar que entre as poucas evidências que temos desses antigos habitantes da região não existe qualquer indicativo de atividades de conflito intenso, como em outras localidades do Brasil (como na Amazônia com as aldeias fortificadas, ou no litoral com os conflitos documentados entre Tupinambás e Tupiniquins). Existem, sim, são evidências de influência de outros grupos, porém podem ser de natureza amistosa em trocas e confluências culturais e não necessariamente um estado de guerra generalizado, tornando as cercanias de Lavras uma terra hobbesiana⁹. Logo as posições estratégicas das aldeias, em topos de morros ou meias vertentes, em lugares com amplas visões do ambiente que lhes cerca, trata-se de escolhas assertivas

⁹ A expressão "terra hobbesiana" remete ao conceito de Thomas Hobbes sobre um estado de natureza caótico, em que prevalece a anarquia e a constante ameaça à segurança dos indivíduos. Utilizada, para descrever ambientes marcados por desordem e violência, essa expressão enfatiza a extrema vulnerabilidade e o perigo contínuo enfrentado pelos habitantes, destacando a ausência de proteção e a necessidade urgente de restabelecer a ordem e a segurança.

de indivíduos que viveram na região por mais tempo que nós (a cidade de Lavras possui pouco mais que meros 300 anos) e que seus motivos reais e verdadeiros ainda são um mistério.

Outro traço dessas antigas aldeias é a sua distância das margens do rio. Já falamos que elas se encontram próximas às margens, mas não residiam propriamente nas margens dos rios, elas ficavam a algumas centenas de metros da água. Esse padrão se repete por toda a região, tendo até alguns desses antigos assentamentos beirando um quilometro de distância. E o porquê desse fator ainda não estar muito claro? Uma das explicações pode ser a alta umidade, que afeta quem mora a 30 metros de distância do rio. Essa proximidade proporciona acesso à água, sem estar diretamente nas zonas alagadiças, que são abundantes em insetos e mosquitos. Assim, os habitantes podem usufruir dos benefícios da água enquanto se mantêm afastados das desvantagens das áreas mais úmidas e infestadas. Vale destacar que apenas um sítio na região se encontra em uma antiga planície de inundação do rio e próxima de meandros abandonados, com todos os demais residindo em posições altas. De modo geral, aspectos do relevo e características físicas da paisagem dizem muito sobre esses antigos habitantes, ainda mais quando as evidências que possuímos deles é demasiadamente escassa, quando comparada com outras temporalidades e período da história brasileira, como o colonial e imperial.

O mapa seguinte justamente explora, como a legenda da imagem já diz, as diferentes altitudes da localidade e os sítios arqueológicos. Além de indicar apenas mudanças de altitude, eles podem trazer possíveis indicativos para explicar certas questões relacionadas aos artefatos, como determinadas tendências de técnicas de confecção da cerâmica nessas localidades. Quando digo artefato, nesse contexto, refiro-me aos cacos de antigas vasilhas de cerâmica, e há um tipo de vasilha que possui a superfície de seu interior toda escura, a própria pasta da cerâmica fica preta do lado de dentro, então são potes com lado externo claro e interior escuro. Para fazer esse tipo de peça, recorre-se a uma técnica em específico, a qual não se acha, em grupos indígenas do litoral, sendo mais recorrente no interior do Brasil. A questão é que, por meio de estudos experimentais, o arqueólogo Alexandre Parad, em sua tese de doutorado, mostra que essa porção negra no interior do pote cela mais o recipiente e evita a ação da humidade nos alimentos ali guardados. E o onde o relevo entra nisso? O relevo mais alto reduz a temperatura e faz ser mais fácil o manejo de árvores araucárias (sim, sabe-se que grupos mais recentes cultivavam e faziam uma gestão das araucárias), e uma hipótese seria que a presença maior de peças com a parte escura interior seria em razão do maior

consumo de pinhão e a sua preservação em vasilhas. Veja que se trata de uma possibilidade teorizada e não uma certeza absoluta, mas trabalhos de especulação como de um detetive, que junta uma série de pistas e consegue lançar luz, ou ao menos, manter o exercício contínuo de fazer perguntas e propostas para tentar responder e ter um pouco mais de informações sobre esses antigos habitantes da região.



Figura 44: Um fragmento de cerâmica de um antigo pote, com a parte interna enegrecida. Artefato proveniente do sítio arqueológico Monte Alegre, Ribeirão Vermelho, MG. Fonte: (PEDROZO, 2024, p. 142).

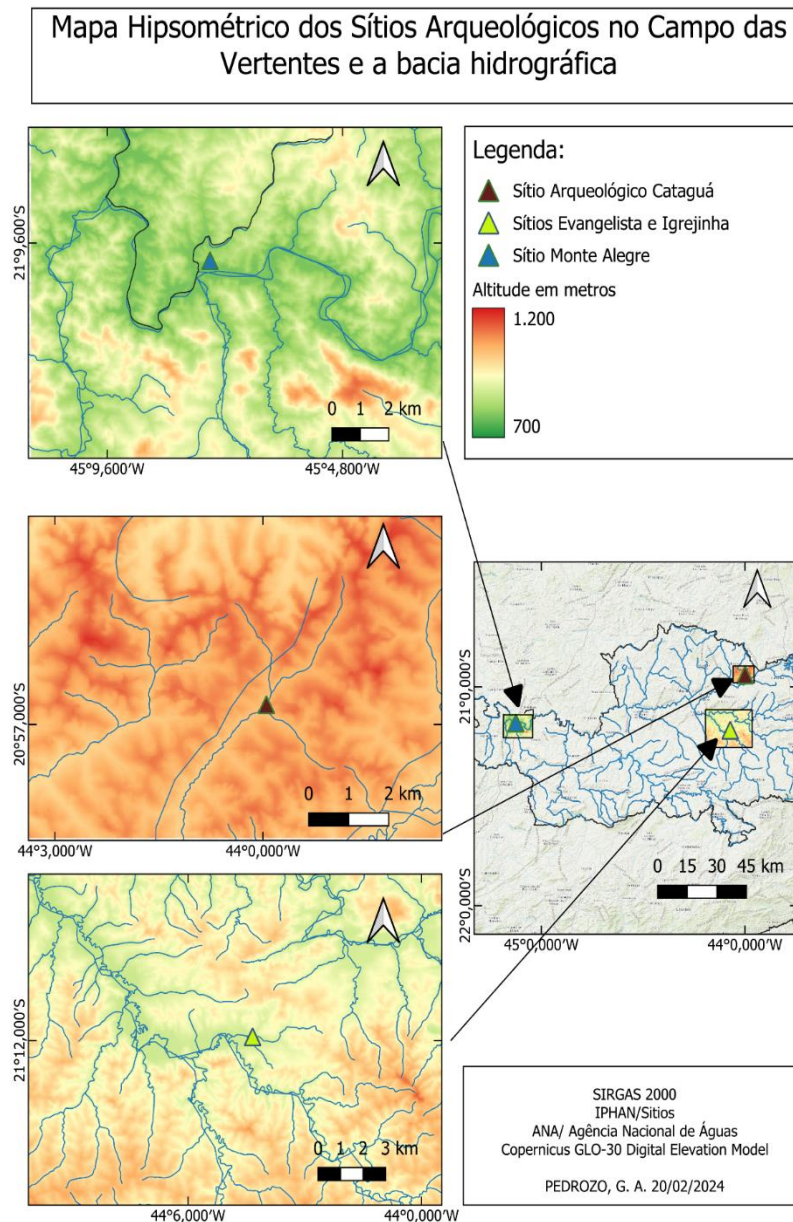


Figura 45: Mapa da oscilação da altitude de relevo, em três áreas de interesse arqueológico, contendo quatro sítios. Fonte: Autor.

Na arqueologia chamamos de redução essas partes escuras na cerâmica. Elas são resultado do carbono em excesso, durante o processo da queima das peças de argila, que se tornam cerâmica. A partir dos 600/800° Célcius, a pasta de argila fica tão aquecida que passa a incorporar o que está na atmosfera do seu entorno. Se for muita fumaça, ela fica repleta de carbono (reduzida), se for pouca fumaça e mais oxigênio, ela fica clara (oxigenada) tendendo para o vermelho. Essas variações das queimas indicam técnicas de queimas diferentes, como também gostos diferenciados, por exemplo, uma predileção por peças escuras (como indígenas do Brasil Central) ou peças mais claras (como os falantes tupi do litoral).

Mas essas predileções, técnicas e estilos culturais não são sempre uma regra absoluta, elas partem de escolhas dos artesãos antigos que nos é desconhecida. No sítio Monte Alegre, existe mais de uma forma de pasta queimada. Essa outra opção é o núcleo escuro e as laterais claras, conhecida como Coração Negro, em que o ceramista faz uma queima muito intensa no primeiro instante, com bastante fumaça e, em seguida, com pouca lenha alimentando a fogueira, a fumaça fica menos espreça e então vem o efeito de ficar mais claro.



Figura 46: Fragmentos de cerâmica com os três tipos de queima, da esquerda para a direita: oxigenada, redutora e coração negro. Fonte: (PEDROZO, 2024, p. 106).

Além dessa diversidade, no produto da queima da cerâmica, existe uma pluralidade ainda maior nas formas das peças. Nós, arqueólogos, seguimos um

rigoroso padrão de descrição de partes de uma vasilha. Pode ser até engraçado, mas pessoas dedicam suas vidas estudando vasilhas antigas. O fato cômico reside justamente por ser um objeto do mezinho, do comum, do cotidiano que foi preservado. Por ser algo do cotidiano, conseguimos explorar a vida privada desses homens e mulheres do passado e, além disso, podemos inferir sobre sua alimentação ou influências culturais, já que se um traço cultural atinge o dia a dia de uma pessoa, quer dizer que aquele indivíduo foi altamente influenciado. Uma coisa é um cidadão curdo iraquiano fazer uma saudação para a bandeira de seu país, outra coisa são seus hábitos culturais e crenças que distinguem do governo de vertente sunita. Quero mostrar, com esse exemplo, que pode haver povos que são subjugados na formalidade e resistir culturalmente no seu cotidiano e conservar suas características dentro de casa, como o caso de muitos imigrantes, que trazem consigo seus hábitos alimentares e que são mantidos mesmo no estrangeiro. Logo, as influências que atingem objetos tão comuns do cotidiano dessas antigas pessoas, como suas vasilhas, cuias e potes, podem significar que foram influências culturais mais efetivas.

O interessante sobre a descrição das características dos potes é que seus nomes seguem as partes do corpo humano. Um vaso é descrito como “pescoço” e “ombros”. E as medições são as mais diversas possíveis, buscando explorar ângulos de inclinação das suas bordas, diâmetros de pescoços e aberturas, alturas e espessuras e etc.

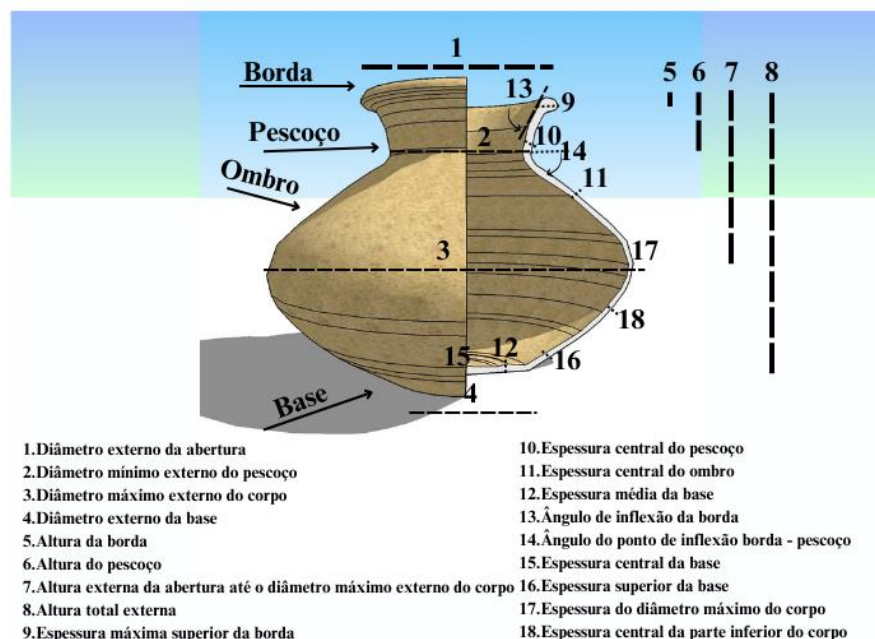


Figura 47: Medições básicas de morfologia geral de um vaso cerâmico. Fonte: (PEDROZO, 2024, p. 112).

Sobre a alimentação dos antigos habitantes

Como mencionado na página anterior, os artefatos cerâmicos são objetos do cotidiano e, por isso, podem indicar uma série de hábitos e funções de seus antigos donos. Por meio das formas, pode-se atribuir, em certa medida, o seu uso, quer seja como recipiente para grãos ou para o preparo de grandes porções de alimento. Inclusive, em Monte Alegre, próximo à Lavras, as peças apresentavam, em suas pastas, intensas e profundas marcas de queima. Essas marcas de queima são ocasionadas, em uma vasilha de cerâmica, que esteve por longuíssimos períodos ao fogo, ou seja, eram usadas, possivelmente, no cozimento de alimentos, não apenas para armazenar grãos ou guardar indivíduos mortos¹⁰. Acarreta isso em mais pistas para a afirmação de ser tratar

¹⁰ A presença de urnas funerárias desses povos antigos é relativamente comum na região, no que diz respeito aos seus artefatos. Inclusive, no Museu Bi Moreira, encontra-se mais de um exemplar em bom estado de preservação.

de um assentamento fixo por longos períodos de tempo. E não algo temporário ou de natureza esporádica.

Com base em estudos realizados em outros povos e informações coletadas de grupos indígenas contemporâneos em Minas Gerais, podemos fazer algumas especulações. Para realizar alguma afirmação que essa comunidade indígena, em específico, alimentava-se de tal coisa, é necessário apresentar evidências. Mas, como este livro se volta para a divulgação científica e não para a academia, tomei a liberdade de explorar as *possibilidades* que os antigos lavrenses, ijacienses e ribeirenses poderiam se alimentar. Obviamente, são informações comprovadas ou estimadas de outros sítios arqueológicos, mas não os da localidade aqui explorada em particular. Trata-se de um exercício especulativo.

Falar sobre os alimentos consumidos por pessoas de milênios ou séculos atrás é uma tarefa nada fácil, e obter pistas que apontam para essas questões são, sobremaneira, ainda mais raras, uma vez que vestígios de vegetais são completamente perecíveis, salvo alguns casos excepcionais. Mas uma das alternativas, para compreender esse traço da vida dos antigos habitantes, são os *fitólitos* de plantas, os quais são antigas estruturas de sílica que ficam após a decomposição e, por meio dessas estruturas microscópicas, que se consegue distinguir qual tipo de espécie de vegetal era aquele. Assim conseguimos mensurar qual tipo de planta era presente na época e a relação dos antigos indígenas com ela, quer seja de cultivo, manejo, coleta, etc.

Além disso, os arqueólogos recorrem muito ao ambiente em que o sítio arqueológico se encontra. Busca-se uma sondagem dos alimentos selvagens que são disponíveis na localidade, quais frutas, sementes, raízes, ervas podem ser acessadas naquele tipo de bioma local. Depois disso, tenta relacioná-los com os artefatos, “Há muitos machados?” Se, sim, quer dizer que cortavam algo. “Há muitos almofarizes?” Se, sim, quer dizer que processavam alimentos, “Quais tipos de plantas, sementes, grãos, frutas, ervas do local podem ser processadas para consumo?”. “A cerâmica do lugar tem alguma marca de uso? No microscópio existe algum resíduo? E nos instrumentos líticos? Existem vestígios microscópicos do último corte ou uso?”. Essas são algumas perguntas fundamentais que guiam os pesquisadores e que podem começar a fazer a base de uma pesquisa alimentar pretérita de uma área que já foi ocupada por humanos no passado.

Infelizmente, muitos sítios arqueológicos estão sujeitos ao intemperismo do clima. Na região de Lavras, todos os sítios arqueológicos são em céu aberto, ou seja, estão ao relento – como a cerâmica descrita no início do capítulo –

fazendo com que fiquem sujeitos à chuva, pisoteamento de humanos e animais, dilatação do solo com a oscilação de temperatura e uma infinidade de possibilidades que danificam o sítio. E, quando se trata de vestígios orgânicos, ossos, couro e vegetais, tudo isso quase desaparece! E, se são encontrados no sítio, deve-se ter determinado cuidado, uma vez que um osso de uma cutia pode ser a presa daqueles antigos indígenas, ou um simples animal que morreu ali, em cima depois de séculos e, por movimentação do solo, foi parar alguns ossinhos no mesmo horizonte estratigráfico (mesma profundidade do solo).

No caso das plantas, é importante considerar se os *fitólitos* encontrados são de uma árvore que os habitantes manejavam, como as araucárias, ou se pertencem a uma árvore que cresceu naturalmente no local muito tempo depois. As raízes dessas árvores podem penetrar no solo, fazendo com que vestígios afundem e se misturem com o nível do sítio arqueológico. Mas, há uma grande diferença entre vestígios das plantas e de animais, no caso dos indígenas, uma vez que a relação de humanos e animais foi completamente distinta nas Américas, as plantas “ganharam mais atenção”. Os motivos ainda são um mistério! Mas, aqui, no continente Americano, a domesticação de plantas foi, de longe, maior que a de animais. Já no Velho Mundo, Europa, Ásia e África (Oceania é um caso à parte), a domesticação de animais foi mais intensa, como os cavalos, bodes, asnos, aves, elefantes e uma infinidade de criaturas. Claro que houve plantas, como o importante trigo, base para o alimento produzido mais amplamente consumido: o pão. Mas em comparação com as Américas a domesticação de vegetais é surpreendente pela sua diversidade.

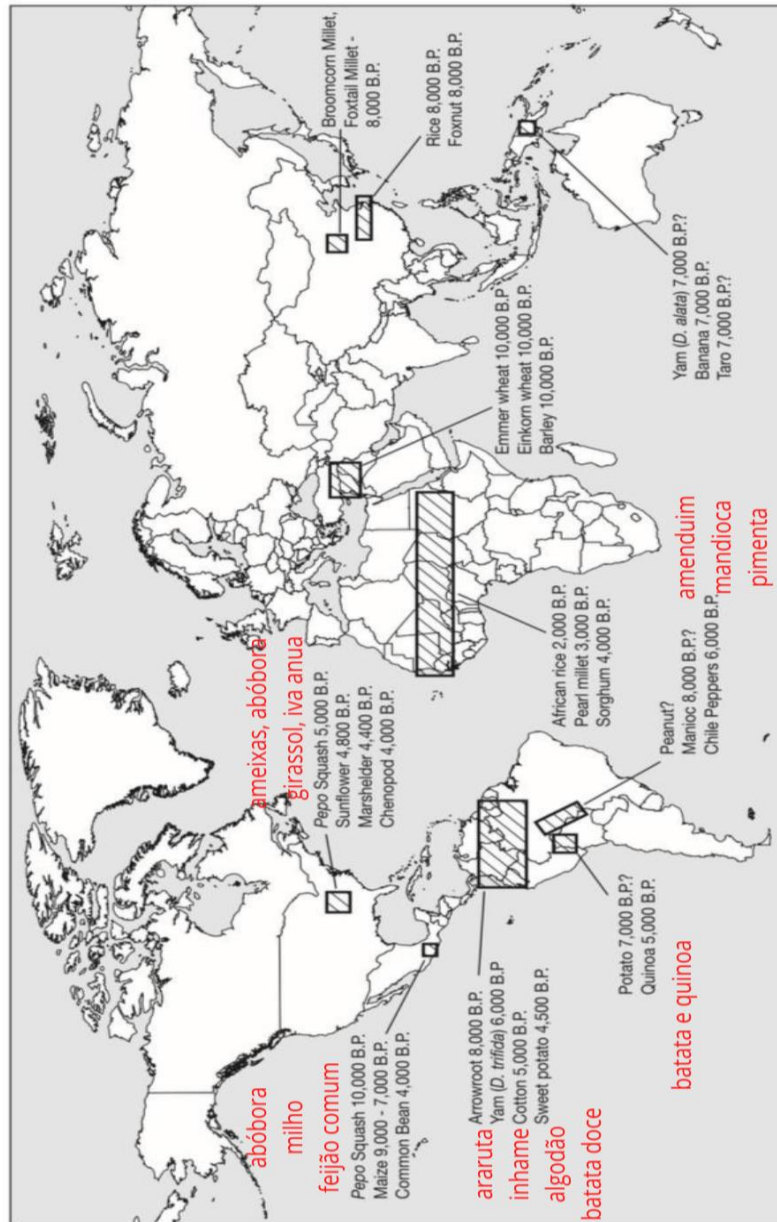


Figura 48: Centros independentes conhecidos de domesticação de plantas e animais. Trata-se apenas um mapa simplificado, mas note que existe cinco centros somente nas Américas, enquanto, no restante do globo, tem que somar os continentes para conseguir cinco. Fonte: (SMITH, 2006, p. 12224).



Plantas domesticadas na Amazônia e no seu entorno antes da colonização. Note a diversidade de plantas, em apenas uma das cinco áreas de domesticação da América e o intenso uso por parte dos indígenas da vegetação que lhes cerca, não apenas adaptando a ambientes extremos, como os trópicos, mas o moldando para o seu consumo. Fonte: <https://oeco.org.br/reportagens/quem-e-a-amazonia/>, acessado em maio de 2024. Adaptado de (CLEMENT, et al, 2015, p. 3). 15:54.

No caso específico dos indígenas para além da Amazônia, em demais porções do território brasileiro, haverá duas plantas que valem mencionar: o milho e a mandioca. O milho, domesticado na América Central (vide o penúltimo da página anterior), chegou à América do Sul, em uma data ainda pouco conhecida, porém a sua adoção foi ampla. Mas, apesar de seu extenso cultivo, ele ainda se encontra sujeito a várias pragas e com baixo poder nutricional. Por outro lado, o consumo de raízes tubérculos, como mandioca, bata-doce e inhame proporcionava vantagens na alimentação, para os antigos indígenas, que era equilibrada com a caça e pesca.

Além desses dois, vale a nota da presença do feijão, porém, por causada sua inviabilidade de consumo cru, exige o uso de potes cerâmicos ao seu preparo e cozimento, o que restringe seu uso na história para depois do surgimento da cerâmica (8.000 A.P. no Brasil). Já o amendoim, cuja origem da

domesticação se acredita ser no Mato Grosso, foi encontrado presente em grupos indígenas no Peru e Equador. Muitas outras plantas, como carás, maniçoba, palmito, eram consumidas, como também sementes de jatobá, umbu, pequi, maracujá, araticum, murici, xixá, mamacadela, urucum, grão-de-galo, cansaço e pitomba. Os indígenas não se restringiam em apenas processar farinha de mandioca, produziam de diversas outras plantas, como a macambira (um tipo de bromélia).

O número do uso de espécies de plantas chega à casa de centenas, segundo estudos enográficos de populações mais recentes (algumas atuais). Como o caso dos indígenas Waiãpi, na Guiana Francesa, que, segundo pesquisas dos anos 80, Pierre Grenand contabiliza 129 plantas silvestres que são consumidas por esse grupo. Já o antropólogo William Balé, em seu livro de 1994, *Footprints of the Forest: Kaapor Ethnobotany – The Historical Ecology of Plant Utilization by an Amazonian People*, que em português se traduz: Pegadas da Floresta: Etnobotânica Kaapor – A Ecologia Histórica da Utilização de Plantas por um Povo Amazônico, o autor traz os surpreendente o número de 179 plantas.

Toda essa diversidade de vegetais supera muito o número de vegetais que temos nós contemporâneos à disposição em um bom supermercado. A riqueza desse conhecimento de cultivo e de modelamento de elementos da paisagem, como as plantas, quer seja por meio da domesticação, ou apenas um manejo, ocorre em razão de milênios de anos habitando este território tropical, cujos solos, em vários casos, não são tão férteis em seu estado natural e exigiam uma série de estratégias por parte dos antigos habitantes, desenvolvendo as terras pretas, isto é, solos antrópicos que, na Amazônia, garantiam a fertilidade que o solo do local não provinha. Para além dos solos, uma estratégia empregada, para o combate de pragas nas plantações, feita por diversas tribos hoje, é a introdução de formigas nas proximidades, as quais não irão consumir generalizadamente aquilo que foi cultivado e guarnecem dos problemas que nós resolveríamos por meios químicos.

Um dos tipos de plantação que os antigos indígenas usavam e que hoje, além dos indígenas, outras comunidades tradicionais como caiçaras, ribeirinhas e quilombolas que copiaram ou herdaram dos indígenas, foi a forma de plantio chamada de coivara, ou agricultura itinerante. O processo consiste na escolha de uma determinada área, seguida pela derrubada da vegetação do lugar e a espera pela secagem dos materiais cortados. Depois, realiza-se a queima controlada dos galhos e plantas secas, garantindo que o fogo não se espalhe descontroladamente. As cinzas produzidas são então incorporadas ao solo, enriquecendo-o com nutrientes e tornando-o apto para o cultivo de novas

plantas. E depois desse processo, eles deixam o local e passam para outra localidade e repete-se o processo de maneira que, após vários, formam um ciclo desse tipo de roças.

Outro elemento importante a mencionar são suas plantações que não consistiam apenas em um tipo de planta, como é comum hoje na monocultura, mas incluíam vários tipos de plantas (policultura). Esse método é mais complexo, pois exige um bom conhecimento das plantas para garantir que elas não venham competir entre si. Pelo contrário, o objetivo é que elas se fortaleçam mutuamente, promovendo um ecossistema agrícola equilibrado e sustentável. Além dos pequenos vegetais, árvores também eram e são plantadas, as quais garantem toda uma sorte de recursos variados, de acordo com cada espécie, sendo eles óleos, pigmentos para pinturas, medicamentos, iscas para suas caças e pescas e, evidentemente, alimento como pinhão e açaí.

Nas localidades de Lavras e no Campo das Vertentes, nenhum estudo dessa natureza foi realizado ainda, em que se busca investigar os plantios dos antigos habitantes da região. Temos diversas evidências, como mencionadas no início deste subtópico, como os potes cerâmicos e almofarizes, mas também há cachimbos, que remetem ao tabaco, que pode ter sido cultivado na redondeza ou vindo de outras regiões. Vale salientar que o uso do tabaco por essas populações iam muito além de algo recreativo, mas havia outros significados que poderiam ser simbólicos e religiosos, além da planta poder ser diferente da atual, uma vez que existem variações entre os vegetais com o tempo, e as propriedades do tabaco podem ser bem deferentes das atuais. Seja como for, ainda há muito para ser pesquisado e descoberto, como por meio de análises de *fitólitos* em sítios arqueológicos da região. Em todo caso, há todo um universo para ser explorado por futuros pesquisadores.

O sítio Monte Alegre, os demais sítios arqueológicos e seus artefatos e a condição histórica da localidade

Como já foi abordado no livro até aqui, há toda uma variedade de sítios arqueológicos, quer sejam eles constituintes de cerâmica de povos que habitaram a região ainda nesses últimos 1500 anos, como também de pinturas rupestres que antecedem vários milênios, os quais são provenientes de outros grupos com outras formas de vida, possivelmente, bem diferentes culturalmente dos ceramistas e horticultores das proximidades do rio Grande. Esses vários sítios foram, em sua maioria, prospectados, ou seja, uma breve sondagem para compreender seus tipos cerâmicos, demarcar sua natureza e tamanho, contudo

apenas um foi mais intensamente estudado nas redondezas de Lavras, especificamente na cidade vizinha, Ribeirão Vermelho. Trata-se do sítio arqueológico Monte Alegre, com a sua idade estimada por datações de termoluminescência¹¹ apontando para 1200/800 A.P. (antes do presente).

Sua escavação ocorreu, em razão da duplicação da rodovia Fernão Dias, nos anos que cercam a virada do Século XXI. Ela foi realizada por uma empresa de arqueologia, sim, há empresas nisso! Na região, houve atividades de uma empresa de arqueologia que visava salvar as peças que seriam submersas pela construção da represa hidrelétrica do Funil, também por volta dos anos 2000. Essas empresas, normalmente, trabalham junto com o licenciamento ambiental, que empregam arqueólogos para fazer aquilo que chamamos de salvaguarda de materiais arqueológicos em áreas de empreendimentos. No caso do sítio Monte Alegre, a empresa fez o salvamento dos artefatos do sítio, por meio de uma escavação, para que as obras da rodovia pudessem dar procedimento, no final, às centenas de quilos de artefatos, talvez toneladas, foram ao seu devido lugar, em um museu. E foi escolhido o Museu Bi Moreira, na Universidade Federal de Lavras. Trata-se de uma coleção de mais de cinco mil fragmentos cerâmicos que foram estudados por mim, em meu mestrado, vinte anos depois da construção da rodovia e do seu salvamento.

Como mencionado na introdução do livro, a arqueologia parte do conhecido para o desconhecido e, até o momento, trata-se do sítio arqueológico com maior quantidade de artefatos conhecidos. Porém é apenas uma questão de tempo, para que novas escavações sejam realizadas, em outros sítios da região, os quais podem ser até maiores. Inclusive, na época, a empresa que realizou a escavação detectou outros sítios e áreas com a ocorrência de cerâmica, as quais poderiam, bem possivelmente, estar relacionadas com aquele que foi escavado. Poderia ser um conjunto de aldeias, ou uma aldeia mais espaçada, ou, com grande chance de ser um local que já foi ocupado em intervalos de tempos por várias aldeias ao longo dos séculos. Da mesma forma que sob uma casa antiga se constrói uma outra nova, os indígenas não ficavam presos a apenas um lugar fixo e, sobretudo, com as suas formas de plantio que rotacionam de área em área, eles acabam tendo uma sazonalidade no local. Mas trata-se de uma hipótese, tendo por base um comportamento observado em nativos contemporâneos e do período do contato com europeus 500 anos atrás no litoral.

¹¹ A datação por termoluminescência é um método que mede a luz liberada por minerais cristalinos, quando aquecidos, utilizada para determinar a idade de objetos arqueológicos e geológicos. Este processo estima o tempo decorrido desde que o material foi exposto ao calor ou à luz solar pela última vez.

Uma das constatações mais interessantes no sítio Monte Alegre é a grande variabilidade de artefatos cerâmicos encontrados. Essas formas plurais não seguem necessariamente os padrões de confecção cerâmica estabelecidos, conhecidos como Tradição. As peças possuem características próprias, mas também apresentam vínculos com uma tradição anterior, a Tradição Una, e uma tradição vizinha, a Tupiguarani (descrita no capítulo anterior deste livro).

Essa diversidade pode parecer anômala em comparação com os padrões observados em outros sítios, mas acredito que essas particularidades e variações sejam comuns. Elas refletem a complexidade cultural e tecnológica das populações antigas, que não se encaixam facilmente nos modelos ocidentais modernos. Esses modelos não foram criados para compreender o comportamento tecnológico de populações passadas que poderiam ser polilinguísticas (falantes de mais de uma língua) e, portanto ter escolhas tecnológicas igualmente diversas e multifacetadas. Além disso, outro fator que possibilita a diversidade é a sua localização, pois encontravam-se às margens de um grande rio, que fluía vindo do Leste para Oeste, em uma localidade que, como em outros sítios da região, foi comprovado ser uma região de fronteiras, havendo uma série de confluências culturais entre os mundos do Brasil Central e os mundos do litoral brasileiro, regido pelos tupis.

Talvez o leitor já deva ter percebido a frequência dos “talvez”, “possivelmente”, “hipnoticamente”, “provavelmente”, em uma série de informações que trago e já deve estar cansado da afirmação que “pouco se sabe sobre os povos da localidade”. Mas temos objetos materiais, reais, que, além de concretos, dizem, independente da interpretação arqueológica que se possa ter, que havia indígenas nessas margens do rio Grande. Esses indígenas (agora peço que faça um exercício imaginativo) viveram por muito tempo por aqui, séculos inteiros, mais que nossa sociedade brasileira. Suas aldeias, assentadas nos topos dos morros, quase defronte para a água do rio, tinham outra visão completamente distinta a que temos hoje. Em certos trechos do rio, antes da construção da hidrelétrica, era mais baixo o nível das águas, com dezenas de rochas florescendo na superfície (como era nas redondezas da antiga Ponte do Funil). Ali, durante o período de Piracema, em que os peixes sobem o rio e estão mais vulneráveis, os antigos habitantes poderiam pescar com seus arcos as diversas espécies nativas, como mandis, carimbas, pias etc. Por detrás desses pescadores, poderiam ser vistas as roças de mandioca, que normalmente se plantavam nas encostas de morros, enquanto o milho nas partes mais baixas próximas ao rio. Onde não havia as plantações, a vegetação poderia ser mais

densa, especialmente com matas ciliares mais consistentes e várias porções de capoeira¹².

Hoje, a paisagem é bem diferente, com longas pastagens, as quais possivelmente tomaram forma majoritária na região apenas pelos idos de 1700, já que, em 1820, dois viajantes bávaros que passaram em Ibituruna, Spix e Martius, descrevem:

“Idílica a região, porém solitária e deserta. As cercas muito extensas, que correm pelas encostas dos vales e separam os pastos de cada fazenda, são quase que os únicos vestígios de que o país é habitado” (SPIX-MARTIUS, 2017, p. 252).

Evidentemente, não pense que seria um paraíso na terra antes da colonização, um *Éden Perdido*, com um lugar encantado e imaculado. Longe disso, desde que haja seres humanos, existe impacto antrópico, e os indígenas são pessoas, não é sem motivo que encontramos os solos marcados por sua intensa atividade e presença no local. A distinção para conosco é que são sociedades diferentes, com uma adotando um modelo mais agressivo de uso e ocupação do espaço, mesmo quando havia poucos colonos, no final de 1600, o impacto era maior.

Todos os leitores, inclusive o escritor, nasceram em um tempo diferente dos antigos habitantes de Lavras e do Campo das Vertentes. Somos o produto da colonização portuguesa, de forma direta e indireta, independente da origem sanguínea. Sob nosso passado, há uma série de processos históricos que moldaram a região, começando com os primeiros sertanistas que a exploraram. Em seguida, ocorreram os conflitos encarniçados entre os bandeirantes paulistas e as tropas coloniais na Guerra dos Emboabas, que tanto marcou a história do Campo das Vertentes. Os primeiros assentamentos surgiram, liderados pelo bandeirante paulista Francisco Bueno da Fonseca, que posteriormente fundou o arraial que se tornaria Lavras. Houve também investidas contra os quilombos de Campo Grande, que ameaçavam as cidades atuais da região. Além disso, a presença dos missionários americanos protestantes, na segunda metade do Século XIX, deixou um impacto significativo. Esses eventos, entre outros, contribuíram para a rica e complexa história da região. Isso não significa que os indígenas estiveram de fora, pelo contrário, estiveram presentes na sociedade colonial. Porém parece ser quase impossível relacionar e ligar diretamente, por

¹² Capoeira é uma vegetação secundária que se desenvolve, em áreas anteriormente desmatadas, caracterizada por uma mistura de arbustos, árvores jovens e plantas herbáceas

meio de evidências, os indígenas que estavam na Sant'Ana de Lavras do Funil, durante os anos de 1700-1800, com aqueles que produziram os artefatos que são encontrados às margens dos rios, já que os de 1700-1800 podem ser indivíduos escravizados ou colonos livres de outras localidades, algo muito comum, como indígenas coloniais conhecidos por *Carijós*.

Normalmente, as bandeiras que partiam de São Paulo eram constituídas, em grande parte, por indígenas e mamelucos, e poucos homens brancos, os quais falavam, além do português, a *Língua Geral Paulista*, uma mistura de português com Tupi. Talvez alguém possa até pensar que justificariam os nomes em Tupi de diversas localidades na região, como *Macaia*, *Ijaci*, *Grupiara*, *Itirapuã*, etc., mas sua origem é mais recente¹³. O leitor deve lembrar, como explorado no capítulo 1, que as temporalidades se misturam e, além disso, existem releituras do passado com intuítos ideológicos e políticos. Esses nomes tupis, são originários de tendências modernistas do Século XX, em que se buscaram incorporar elementos da cultura indígena, como símbolos da “autenticidade e originalidade” brasileira e, por isso, são nomes em Tupis e não nomes que derivam da língua Jê, que é mais presente nas porções interioranas do Brasil.

Pretendo mostrar, nesses dois últimos parágrafos, uma “lacuna histórica”. A mesma lacuna de evidências entre as aldeias horticultoras e produtores de cerâmica, com as pinturas rupestres, manifesta novamente esse espaço vazio, agora ligando os indígenas que habitavam essas aldeias com aqueles que aparecem no registro documental – de forma esporádica – na região de Lavras. Talvez possa haver pistas, em outros sítios arqueológicos, nos quais se encontra alguma materialidade que aponte para o contato com europeus, quer seja pacífico ou não. Outra possibilidade seria que os vestígios que temos são de indígenas que morreram de doenças propagadas por europeus no litoral e, antes de um explorador chegar, a terra já estava desolada. Ou que grupos expulsos do litoral pelos europeus rumaram para o interior, causando um efeito dominó entre populações em levadas migratórias (que também traziam doenças), tudo isso pode ter impactado e causado a desolação na região. Justificaria um sítio ser classificado apenas com cerâmica tupiguarani em Ijaci (cidade vizinha). A verdade é que não sabemos o paradeiro dos indígenas da localidade, o povir

¹³ **Nota do editor:** Nesse trecho, Gabriel Pedrozo gentilmente esclarece uma informação imprecisa em uma publicação de minha autoria [Németh-Torres, 2018, p. 23]. De fato, através de suas preciosas observações, fica evidente que os toponímicos tupis de nossa região não são derivados de indígenas que aqui habitavam: quando não, são vestígios linguísticos dos bandeirantes setecentistas (Bocaina, Ibituruna, Ingaí, Macaia, Grupiara), ou mesmo arbitrariedades dos legisladores mineiros na década de 1920 (Ijaci, Itumirim, Itutinga, Itirapuã) – talvez como tentativas de uma construção de identidade brasileira, típico da cultura daquela época.

desses homens e mulheres que, um dia, viveram nas redondezas de Lavras, é incerto e desconhecido.

Seja como for, encerro este livro, apresentando ao leitor um panorama mais realista dos registros arqueológicos e da história da região, uma história que, por ser antiga e complexa, naturalmente, apresenta mais incertezas que certezas.

* * *

Em 2018, o historiador lavrense Geovani Németh-Torres publicou o livro “*História Geral de Lavras*”, no qual traça uma narrativa histórica da cidade de Lavras que segue desde os seus primórdios até o final do século XIX. Esse livro me impactou profundamente tanto como leitor quanto como pesquisador. Talvez, este livro, *Arqueologia e História Indígena de Lavras e do Campo das Vertentes*, possa ser um exercício de complementação ao passado que antecede, em muito, aqueles ali documentados e explorados pelo historiador em sua obra. E que o arqueólogo, que escreve este livro, objetiva ter contribuído (e continuar contribuindo) em construir uma história indígena na região. Ademais, quando criança, havia feito uma honesta pergunta para mim mesmo: “Que havia aqui antes de Lavras existir?”. Hoje percebo que sou capaz de, ao menos, respondê-la e espero que tenham gostado da resposta.

Referências bibliográficas

⇒ Sobre as condições físicas do ambiente e seus possíveis impactos no modo de vida dos antigos habitantes:

DELFORGE, Alexandre Henrique. **O sítio arqueológico Cerâmica Preta**: estudo das técnicas e da cadeia operatória da cerâmica queimada em ambiente redutivo dos povos pré-coloniais praticantes da tradição cerâmica Aratu-Sapucai. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PEDROZO, Gabriel Arriel. **História Indígena no Campo das Vertentes**: Uma análise arqueológica da ocupação pré-colonial às margens do rio Grande (Ribeirão Vermelho, MG). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São João del-Rei. 2024.

POUGUET, M. H. **Tecnologias Cerâmicas**: Material Didático. Universidade Federal do Rio Grande, p 42-45. 2018.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Ed. UNB, 1992.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**: a pré-história e os verdadeiros colonizadores. Archaeo, 2019.

⇒ Sobre a alimentação dos antigos habitantes:

BALÉE, William L. et al. **Footprints of the forest**: Kaaapor ethnobotany - the historical ecology of plant utilization by an Amazonian people. Columbia University Press, 1994.

CLEMENT, Charles R. et al. The domestication of Amazonia before European conquest. *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences*, v. 282, n. 1812, p. 20150813, 2015.

GRELAND, P. **Introduction à l'étude de l'Univers Waiãpi: techno-écologie des indiens du haut Oyapock (Guyane Française)**. Paris : SELAF, 1980.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Ed. UNB, 1992.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**: a pré-história e os verdadeiros colonizadores. Archaeo, 2019.

SMITH, Bruce D. Eastern North America as an independent center of plant domestication. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 103, n. 33, p. 12223-12228, 2006.

⇒ Sobre o sítio Monte Alegre e seus artefatos:

PEDROZO, Gabriel Arriel. **História Indígena no Campo das Vertentes**: Uma análise arqueológica da ocupação pré-colonial às margens do rio Grande (Ribeirão Vermelho, MG). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São João del-Rei. 2024.

Gabriel Arriel Pedrozo



Graduei-me em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG, 2020) e obtive o título de mestre em História pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ, 2024). Atualmente, estou cursando História na Faculdade Católica Paulista (FACAP) e realizo o doutorado em Geografia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com foco em Geografia Física e Geoarqueologia. Minha formação inicial concentrou-se na Arqueologia Provincial Romana na Península Ibérica, com ênfase em questões de Agência (Antropologia da Arte) e Tecnologia Cerâmica. Durante meu percurso acadêmico, tive a oportunidade de realizar estágios voluntários no LEEH-USP e no LARP, vinculado ao MAE-USP (2017-2018). Atualmente, minha atuação está voltada para a Arqueologia da região Sul do Estado de Minas Gerais, onde colaboro voluntariamente com a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Turismo e Cultura da cidade de Lavras (MG). Nesse contexto, ofereço assessoria técnica arqueológica e ministro capacitações na área de Educação Patrimonial, com enfoque especial em conteúdos relacionados à história pré-colonial e história colonial. Meus trabalhos de pesquisa concentram-se em geoarqueologia, etno-história, história indígena e tecnologia cerâmica.

1. PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

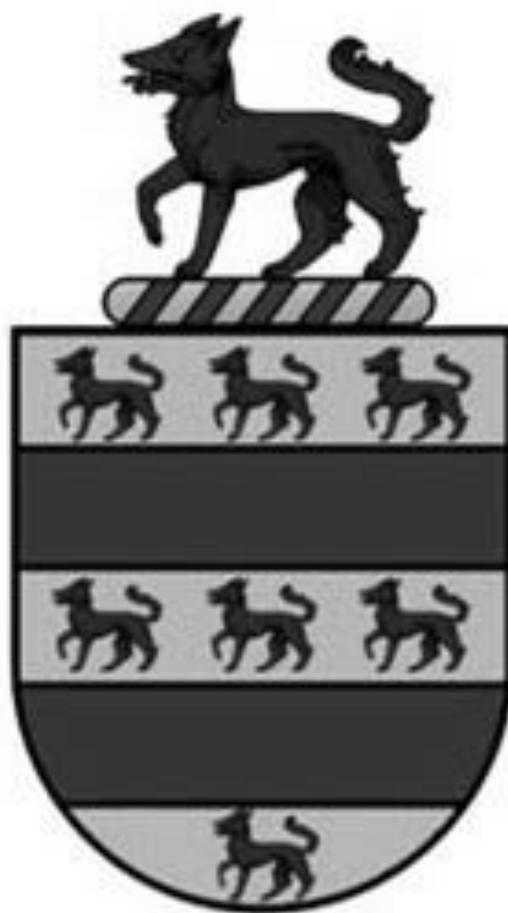
1.1. Artigos acadêmicos

1. Pedrozo, G. A.; Amaral, P. C. (2024). 'Vazio' Historiográfico indígena na obra viagens pelo Brasil de Spix-Martius: novas perspectivas históricas em diálogo com a arqueologia. *Anais da VIII Semana de História da UFV*. Viçosa, Minas Gerais.
2. Amaral, P. C.; Pedrozo, G. A. (2024). Entre ruínas e memórias: A importância dos tours domésticos de William Coxe e suas contribuições para narrativas históricas e a arqueologia. In: *Anais da VIII Semana de História da UFV*. Viçosa, Minas Gerais.
3. Pedrozo, G. A. (2023). Arqueologia da paisagem e suas perspectivas. *Territorium Terram*, 6(9), 194-206.
4. Pedrozo, G. A.; Serralheiro, L. C. (2023). Educação e o patrimônio indígena no Campo das Vertentes. *Territorium Terram*, 6(8), 18-27.
5. Németh-Torres, G.; Pedrozo, G. A. (2023). A redescoberta da Imagem de Sant'Ana Mestra da antiga Igreja Matriz de Lavras (MG), atual Igreja de Nossa Senhora d Rosário. *Revista da Academia e Letras de São João Del-Rei*, 12, 209-223.
6. Pedrozo, G. A.; Amaral, P. C. (2023). Mongol Empire and Portuguese Navigations. *Chinggis Khaan Heritage and Culture*, 2, p. 50-59.

7.	Pedrozo, G. A. (2023). Fictile et Urbs: um estudo da Cerâmica Campânica e suas interações em Carthago Nova. In: Fleming, M. I. A.; Porto, V. C. (Org.). <i>10 anos de LARP: trajetórias e perspectivas (Vol. 1)</i> (pp. 289-291). São Paulo: Universidade de São Paulo; Museu de Arqueologia e Etnologia.
8.	Pedrozo, G. A.; Amaral, P. C. (2023). Arqueologia e narrativa histórica: representação da Sibéria por meio da Arqueologia. In: Santos, A. B.; Ahlert, J.; Machado, J. P. (Org.). <i>Pesquisando nas ciências humanas múltiplas conexões(Vol. 1)</i> (pp. 71-81). Jaguarão: Edicon.
9.	Amaral, P. C.; Pedrozo, G. A. (2022). Arqueologia e narrativa histórica: representação da Sibéria por meio da arqueologia. <i>Cadernos de Resumos do III Encontro Internacional de pesquisa em Ciências Humanas (Vol. 1)</i> (pp. 40-41).
10.	Pedrozo, G. A.; Rocha, L. C. (2022). Arqueologia jê no rio Grande: contribuições e perspectivas da geoarqueologia para interpretação dos vestígios. <i>III Seminário de Teoria Arqueológica Contemporânea, III Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação (Vol. 1)</i> (p. 85).
11.	Pedrozo, G. A. (2020). Por uma Arqueologia em Lavras. <i>Revista do Patrimônio Cultural de Lavras, 1(1)</i> , 416-426.
12.	Rezende, L. P., & Pedrozo, G. A. (2020). A estrutura de ensino de laticínios na Escola Agrícola de Lavras: pioneirismo educacional, improviso estrutural, referência nacional. <i>Revista do Patrimônio Cultural de Lavras, 1(1)</i> , 339-357.
13.	Pedrozo, G. A., & Rezende, L. P. (2020). Ocupação Aratu-Sapucaí nas áreas do atual município de Lavras, Minas Gerais. <i>Revista do Patrimônio Cultural de Lavras, 1(1)</i> , 238-254.
14.	Fernandes, F. B. S. D., & Pedrozo, G. A. (2018). A representação iconográfica das cerâmicas galaicas do Castro de Santa Trega. In <i>XVII Mostra da Produção Universitária</i> . Rio Grande (RS): FURG.
15.	Pedrozo, G. A., & Farias, J. L. P. (2018). O espaço público na Antiguidade. In <i>XVII Mostra da Produção Universitária</i> . Rio Grande (RS): FURG.
16.	Silva, Y. A., Pedrozo, G. A., Fernandes, F. B. S. D., Costa, C. F., Landgraf, C., Costa, V. A., & Souza, A. G. (2017). Arqueologia em Foco: pluralidade cultural e construções de conhecimentos. In <i>XVI Mostra da Produção Universitária</i> . Rio Grande (RS): FURG.

1.2. Monografias

1.	Pedrozo, G. A. (2024). <i>História Indígena no Campo das Vertentes: Uma análise arqueológica da ocupação pré-colonial às margens do rio Grande (Ribeirão Vermelho, MG)</i> . Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São João del-Rei.
2.	Pedrozo, G. A. (2019). <i>Agência do Inanimado: grupos cerâmicos em Cartagena no Séc. I a.C.</i> . Rio Grande (RS): FURG. Monografia para obtenção do título de Bacharel em Arqueologia.



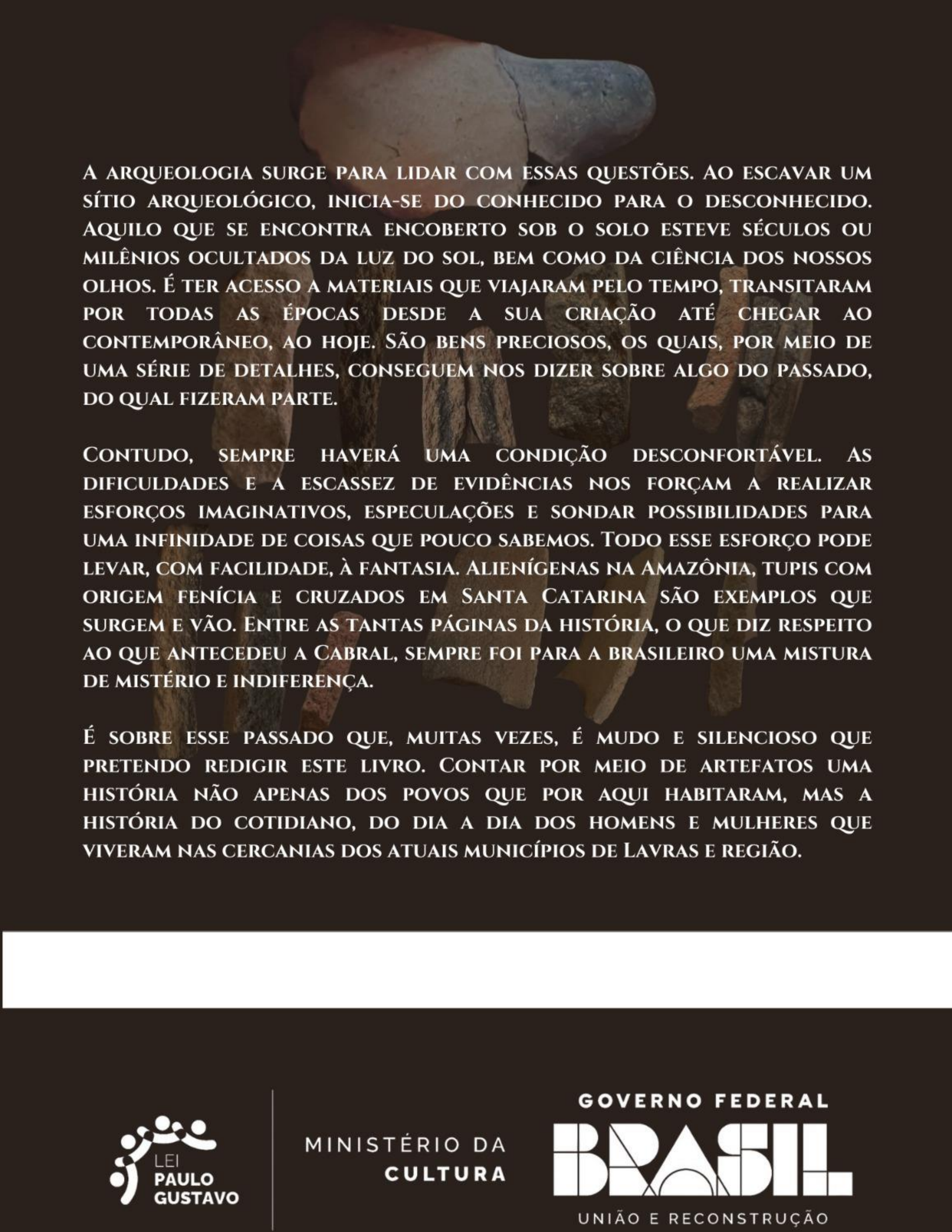
Endereço para contatar o autor:

GABRIELARQUEO@HOTMAIL.COM



MINISTÉRIO DA
CULTURA





A ARQUEOLOGIA SURGE PARA LIDAR COM ESSAS QUESTÕES. AO ESCAVAR UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO, INICIA-SE DO CONHECIDO PARA O DESCONHECIDO. AQUILO QUE SE ENCONTRA ENCOBERTO SOB O SOLO ESTEVE SÉCULOS OU MILÊNIO OCULTADOS DA LUZ DO SOL, BEM COMO DA CIÊNCIA DOS NOSSOS OLHOS. É TER ACESSO A MATERIAIS QUE VIAJARAM PELO TEMPO, TRANSITARAM POR TODAS AS ÉPOCAS DESDE A SUA CRIAÇÃO ATÉ CHEGAR AO CONTEMPORÂNEO, AO HOJE. SÃO BENS PRECIOSOS, OS QUAIS, POR MEIO DE UMA SÉRIE DE DETALHES, CONSEGUEM NOS DIZER SOBRE ALGO DO PASSADO, DO QUAL FIZERAM PARTE.

CONTUDO, SEMPRE HAVERÁ UMA CONDIÇÃO DESCONFORTÁVEL. AS DIFICULDADES E A ESCASSEZ DE EVIDÊNCIAS NOS FORÇAM A REALIZAR ESFORÇOS IMAGINATIVOS, ESPECULAÇÕES E SONDAR POSSIBILIDADES PARA UMA INFINIDADE DE COISAS QUE POUCO SABEMOS. TODO ESSE ESFORÇO PODE LEVAR, COM FACILIDADE, À FANTASIA. ALIENÍGENAS NA AMAZÔNIA, TUPIS COM ORIGEM FENÍCIA E CRUZADOS EM SANTA CATARINA SÃO EXEMPLOS QUE SURGEM E VÃO. ENTRE AS TANTAS PÁGINAS DA HISTÓRIA, O QUE DIZ RESPEITO AO QUE ANTECEDEU A CABRAL, SEMPRE FOI PARA A BRASILEIRO UMA MISTURA DE MISTÉRIO E INDIFERENÇA.

É SOBRE ESSE PASSADO QUE, MUITAS VEZES, É MUDO E SILENCIOSO QUE PRETENDO REDIGIR ESTE LIVRO. CONTAR POR MEIO DE ARTEFATOS UMA HISTÓRIA NÃO APENAS DOS POVOS QUE POR AQUI HABITARAM, MAS A HISTÓRIA DO COTIDIANO, DO DIA A DIA DOS HOMENS E MULHERES QUE VIVERAM NAS CERCANIAS DOS ATUAIS MUNICÍPIOS DE LAVRAS E REGIÃO.